



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

NAYANNE DO NASCIMENTO SILVA

**EDUCAÇÃO ARTÍSTICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR EM MATO
GROSSO (DO SUL): 1971 A 1982**

**Dourados – MS
2018**

NAYANNE DO NASCIMENTO SILVA

**EDUCAÇÃO ARTÍSTICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR EM MATO
GROSSO (DO SUL): 1971 A 1982**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, sob a orientação da professora doutora Kênia Hilda Moreira.

**Dourados – MS
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586e Silva, Nyanne Do Nascimento
Educação artística como disciplina escolar em Mato Grosso (do Sul): 1971
A 1982 / Nyanne Do Nascimento Silva -- Dourados: UFGD, 2018.
148f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Kênia Hilda Moreira

Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação,
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Ensino de arte. 2. Sul de Mato Grosso. 3. História das disciplinas
escolares. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

NAYANNE DO NASCIMENTO SILVA

**EDUCAÇÃO ARTÍSTICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR EM MATO
GROSSO (DO SUL): 1971 A 1982**

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM EDUCAÇÃO DO PPGEdu/FAED/UFGD

Aprovada em 27 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Kênia Hilda Moreira – FAED/UFGD
Presidente da Comissão e Orientadora

Prof. Dr. Kazumi Munakata – PUC-SP
1º Examinador

Prof^ª. Dr^ª. Eurize Caldas Pessanha – FAED/UFGD
2ª Examinadora

**Dourados – MS
2018**

*Dedico está dissertação ao meu avô Cezarino,
que veio a falecer neste ano de 2018.*

Obrigado pelas conversas de tarde...

AGRADECIMENTOS

Parafraseando Pesavento, agradeço primeiramente a oportunidade de explorar as sensibilidades de um outro tempo através de seus rastros, possibilitando o passado existir no presente. É difícil encontrar palavras para agradecer a *TODOS* àqueles que estiveram ao meu lado durante esse percurso. Mas sei que tudo isso não seria possível se não fosse eu, os outros e Ele... Por isso, partilho essa celebração com minha família. Ao meu pai José Apolinário, à minha mãe Cleude e ao meu irmão Fábio que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando. Em especial, ao meu esposo Rodolfo, que esteve comigo em todos os momentos deste processo, tornando os meus dias melhores. Obrigado por serem meu porto seguro!

À belíssima prof^a Dr^a. Kênia Hilda Moreira, orientadora e amiga ariana, que instigou em mim o gosto pela pesquisa, por meio de seus ensinamentos que jamais esquecerei. Agradeço de coração por ter abraçado comigo a Arte como tema desta pesquisa. A você, todo meu respeito e admiração.

Aos professores: Eurize Caldas Pessanha e Kazumi Munakata, pelas contribuições realizadas no exame de qualificação que foram de suma importância para a reformulação e conclusão deste trabalho.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD. Aos amigos do Grupo de Pesquisa História, Memória e Sociedade (GEPHEMES), pelas ricas conversas. Aos profissionais que trabalham no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e na Escola Estadual Presidente Vargas e aos ex-professores que contribuíram com esta pesquisa.

Aos meus colegas do mestrado de todas as linhas, sobretudo, a de “História da Educação, Memória e Sociedade”, em especial, aos amigos que ganhei: Cinthya, Rozana e Rômulo que estiveram sempre dispostos a me ajudar. Aos colegas da Escola Saldanha Derzi pelas conversas produtivas e acolhedoras. Agradeço carinhosamente a Laura, Claudiane e Sabrina por suas contribuições para que tudo isso se tornasse possível. A minha prima e cúmplice Rithielly Nascimento, pelos empréstimos de livros na biblioteca da UFGD. Obrigada por tudo!

A Ele pelo dom da vida e também por colocar pessoas certas, nos momentos certos da nossa vida, acredito que a Shirley foi uma delas. Neste processo, estivemos unidas como irmãs, compartilhando ideias, experiências e momentos inesquecíveis. E mesmo diante das suas dificuldades, me incentivou, sempre – para quem eu posso dizer: - Vencemos!

“O visível possui, ele próprio, uma membrura de invisível, e o in-invisível é a contrapartida secreta do visível, não aparece senão nele [...] O visível do outro é o meu invisível; o meu visível, o invisível do outro [...] o Ser é esta estranha imbricação que faz com que o meu visível, se bem que não seja sobreponível ao outro, abra para ele, e que ambos abram para o mesmo mundo sensível”.

Merleau-Ponty

RESUMO

A Lei nº 5.692/71 representou a inserção da Educação Artística no currículo e uma esperança para o ensino das artes. A integração das linguagens – artes plásticas, música, teatro e dança – se apresentou como uma proposta confusa e ineficiente, afetando em parte o ensino de artes na escola. Nesse contexto, este estudo analisou a trajetória e as práticas educativas em torno da disciplina escolar Educação Artística, em duas instituições de ensino secundário, no município de Dourados, Mato Grosso (do Sul), no período de 1971 a 1982. Foram selecionadas as duas primeiras instituições de ensino secundário do município – o Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados (GOC) e o Ginásio Estadual Presidente Vargas (GPV). Durante a pesquisa, procurou-se responder a um problema central: Como se desenvolveu a trajetória e as práticas educativas em torno da disciplina escolar de Educação Artística, em duas escolas de ensino secundário em Dourados, Mato Grosso (do Sul), no período de 1971 a 1982? Questionou-se, também: Como estava organizado o currículo do ensino de 1º e 2º graus após a obrigatoriedade dessa disciplina? Quais eram os conteúdos propostos para essa nova disciplina no currículo destas instituições e nos livros didáticos para a Educação Artística? Qual era a formação dos profissionais que lecionavam Educação Artística? Para responder a tais questões utilizou como fontes de investigação Legislações, Atos, Pareceres e Livros Didáticos de Educação Artística da época e fontes orais, por meio de entrevistas com ex-professores. O recorte temporal inicial de 1971 justifica-se, em virtude da Lei Federal nº 5.692/71, que instituiu a entrada oficial da Educação Artística nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino. O recorte final de 1982 corresponde ao fim do ensino de 2º grau profissionalizante estabelecido pela Lei nº 5.692/71, por meio da Lei nº 7.044/82. A pesquisa insere-se no campo da História da Educação, da História das Disciplinas Escolares e da Cultura Escolar. A análise dos documentos permitiu compreender que a inserção da Educação Artística se tornou possível pela Lei nº 5.692/71, mediante acordo oficial entre MEC-USAID a educação brasileira foi reformulada, incluindo esta disciplina no currículo. Além disso, identificou-se que as influências artísticas estavam enraizadas nesta nova área, como mostrou a análise dos LDs, neste estudo. Em ambas as instituições pesquisadas na cidade de Dourados, as aulas de Educação Artística eram ministradas por professores formados em cursos normais ou em outras áreas e, por meio dos relatos dos ex-professores, notou-se que as aulas eram organizadas de acordo com seus conhecimentos e experiências pessoais e, na prática das aulas, exploravam o que conheciam sobre esta nova área do currículo, especialmente a linguagem artística (artes plásticas, música, teatro e dança) com as quais possuíam afinidade, como por exemplo, os hinos cantados pelos alunos, privilegiando a linguagem da música dentro da polivalência da disciplina de Educação Artística.

Palavras-chave: Ensino de Arte. Sul de Mato Grosso. História das Disciplinas Escolares.

ABSTRACT

Law No. 5,692 / 71 represented the insertion of Artistic Education in the curriculum and a hope for the teaching of the arts. The integration of languages - plastic arts, music, theater and dance - presented itself as a confusing and inefficient proposal, affecting in part the teaching of arts in the school. In this context, this study analyzed the trajectory and the educational practices around the school discipline Artistic Education, in two institutions of secondary education, in the city of Dourados, Mato Grosso (from the South), from 1971 to 1982. The two the first high schools of the municipality - the Osvaldo Cruz de Dourados Gymnasium (GOC) and the Presidente Vargas State Gymnasium (GPV). During the research, we tried to answer a central problem: How was the trajectory and the educational practices developed around the school discipline of Arts Education developed in two secondary schools in Dourados, Mato Grosso (South), in the period of 1971 to 1982? It was also questioned: How was the curriculum of 1st and 2nd grade organized after the compulsion of this discipline? What were the contents proposed for this new discipline in the curriculum of these institutions and in the textbooks for Arts Education? What was the training of professionals who taught Art Education? In order to answer such questions, he used as sources of research Laws, Acts, Opinions and Didactic Books of Artistic Education of the time and oral sources, through interviews with former teachers. The initial temporal cut of 1971 is justified, by virtue of Federal Law No. 692/71, which established the official entrance of Artistic Education in the full curricula of educational establishments. The final cut of 1982 corresponds to the end of the vocational secondary education established by Law No. 5.692 / 71, through Law No. 7.044 / 82. The research is part of the History of Education, History of School Disciplines and School Culture. The analysis of the documents made it possible to understand that the insertion of Artistic Education was made possible by Law No. 5.692 / 71, through an official agreement between MEC-USAID, Brazilian education was reformulated, including this discipline in the curriculum. In addition, it was identified that the artistic influences were rooted in this new area, as the analysis of LDs in this study showed. In both institutions studied in the city of Dourados, Art Education classes were taught by teachers trained in regular courses or in other areas and, through the reports of former teachers, it was noted that the classes were organized according to their knowledge and experience and, in the practice of the classes, explored what they knew about this new area of the curriculum, especially the artistic language (plastic arts, music, theater and dance) with which they had an affinity, such as hymns sung by students, privileging the language of music within the polyvalence of the discipline of Artistic Education.

Keywords: Art Teaching. South of Mato Grosso. History of School Disciplines.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Nota pública de repúdio a MP exposta no site da Federação de Arte Educadores do Brasil (FAEB) em 2016.....	17
Figura 2- Capas das apostilas do curso de extensão cultural promovidos pelo PNPE em 1980.....	35
Figura 3- Capa do jornal Monitor do estado de Mato Grosso (1974).....	50
Figura 4- Fachada do Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados, 1967.....	69
Figura 5- Fachada do Centro Educacional Osvaldo Cruz.....	70
Figura 6- Fachada do Ginásio Presidente Vargas 1957.....	74
Figura 7- Fachada da Escola Estadual “Presidente Vargas” em 07 de dezembro de 1980.....	75
Figura 8- Construção do primeiro prédio da Socigran em 1978.....	85
Figura 9- Capa do LD da 6ª série, Desenho-Educação Artística de André Herling.....	106
Figura 10- Atividades para a 6ª série, da Coleção Desenho- Educação Artística de André Herling.....	106
Figura 11- Capa do LD Desenho Geométrico- Educação Artística de Leni Mª Navolar Bornemann.....	108
Figura 12- Atividade de ampliação e redução de desenhos, LD Desenho Geométrico- Educação Artística de Leni Mª Navolar Bornemann.....	108
Figura 13- Capa do LD da 7ª série, da coleção Hoje é Dia de Arte, de Malaí Guedes de Oliveira.....	111
Figura 14- “Capítulos” dedicados a arte, do LD da 7ª série, Hoje é Dia de Arte, de Malaí Guedes de Oliveira.....	111
Figura 15- Capa do LD da 6ª série, Plástica Educação Artística, de Eiji Yajima.....	112
Figura 16- Letras - tipos e logotipos no conteúdo da 8ª série, da autora Eiji Yajima.....	113
Figura 17- Capa do LD volume 4 da coleção Viver com Arte Educação artística, de Xavier e Agner.....	115
Figura 18- Efeitos ilustrativos de letras, volume 3 dos autores Xavier e Agner, 1984.....	116
Figura 19- Galeria de arte do volume 4 da coleção Viver com Arte Educação artística.....	117
Figura 20- Capa do LD da 5ª série, da coleção Educação Artística: estudo dirigido.....	118
Figura 21- Ficha de auto-avaliação por bimestre para os alunos.....	119
Figura 22- Ficha avaliativa para o professor de Educação Artística.....	119
Figura 23- Atividade e ficha auto-avaliativa relacionada a criatividade para a 5ª série.....	120
Figura 24- Atividade de mosaico para 7ª série.....	122

Figura 25- Capas dos LDs da 6ª série, produzidos pela editora FTD.....	124
Figura 26- Atividade- desenho do natural para a 6ª série.....	124
Figura 27- Apresentação e classificação dos instrumentos musicais.....	125
Figura 28- Esquema da história da arte no Brasil.....	126
Figura 29- Capas dos LDs Reviver Nossa Arte de 1985.....	127
Figura 30- Materiais geométricos para as atividades da 6ª série.....	129
Figura 31- Técnica de desenho com agulha para os alunos da 6ª série.....	130
Figura 32- Atividade de traçado, volume 1 da coleção Desenho Geométrico.....	131
Figura 33- Materiais geométricos nas atividades propostas para os alunos da 5ª série.....	132
Figura 34- Atividade proposta para os alunos da 6ª série.....	133
Figura 35- Descobrimto das cores secundárias por meio de papéis celofanes propostos no volume 2 da coleção Viver com Arte Educação Artística.....	133
Figura 36- Atividade com técnica de agulha proposta para a 5ª série.....	134
Figura 37- Atividade – material para desenhar proposta para os alunos da 6ª série.....	135
Figura 38- Texto-atividade do LD Reviver Nossa Arte de 1985.....	136
Figura 39- Texto-atividade do LD Reviver Nossa Arte de 1985.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação entre os locais de busca, a localização institucional das produções; e os autores e os anos das publicações.....	21
Quadro 2- Presença da Educação Artística e seu conteúdo dentro da matéria comunicação e expressão (Currículo de 1980).....	39
Quadro 3- Disciplinas do currículo o Curso de Educação Artística para Licenciatura de 1º grau e Licenciatura Plena de 1973.....	47
Quadro 4- Programa de sugestão de conteúdos para o ensino de 2º grau, MT 1974.....	52
Quadro 5- Continuação do Programa de sugestão de conteúdos para o ensino de 2º grau em Mato Grosso, 1974.....	53
Quadro 6- Sugestões de atividades para a 5ª série em 1981 em MS.....	56
Quadro 7- Sugestões de atividades para a 6ª série em 1981 em MS.....	57
Quadro 8- Sugestões de atividades para a 7ª série em 1981 em MS.....	58
Quadro 9- Sugestões de atividades para a 8ª série em 1981 em MS.....	59
Quadro 10- Apresentação dos quatro encontros do Prodiarte, com as datas e unidades federadas que participaram em 1982.....	61
Quadro 11- Relação entre os locais de busca, a localização institucional das produções, os autores e os anos das publicações.....	66
Quadro 12- Relação entre os locais de busca, a localização institucional das produções; e os autores e os anos das publicações.....	71
Quadro 13- Nome dos diretores e ano dos seus respectivos mandatos.....	71
Quadro 14- Presença da disciplina de Educação Artística na 1ª e 2ª série do Curso Ginásial de 1971 a 1974.....	74
Quadro 15- Presença da disciplina de Educação Artística no currículo do ensino de 1º grau de 1973 a 1982.....	77
Quadro 16- Módulos e quantidades de aulas semanais de Educação Artística para a 1º fase (5ª a 6ª séries) e 2º fase (7ª a 8ª séries) de 1982.....	77
Quadro 17- Conteúdo programático de Educação Artística do Curso Supletivo (miniginásio), 1º fase.....	78
Quadro 18- Conteúdo programático de Educação Artística do Curso Supletivo (miniginásio), 2º fase.....	79
Quadro 19- Períodos em que foram ofertadas a disciplina de Educação Artística para a 1ª série do Curso Ginásial de 1964-1975.....	79

Quadro 20- Períodos em que foram ofertadas a disciplina de Educação Artística para a 2ª série do Curso Ginásial de 1964-1974.....	82
Quadro 21- Períodos em que foram ofertadas a disciplina de Educação Artística para a 3ª série do Curso Ginásial de 1964-1972.....	82
Quadro 22- Períodos em que foram ofertadas a disciplina de Educação Artística para a 4ª série do Curso Ginásial de 1968-1972.....	82
Quadro 23- Nomes dos professores que lecionaram aulas de Educação Artística no GOC e GPV nos anos de 1970-1980.....	83
Quadro 24- Dados dos LDs de Educação Artística nos anos de 1970 e 1980.....	86
Quadro 25- Relação geral dos conteúdos propostos nos LDs de Educação Artística.....	94
Quadro 26- Conteúdos apresentados na coleção Educação Artística- estudo dirigido.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical
AESP – Associação de Arte-Educadores de São Paulo
AGA – Associação de Arte-Educadores do Rio Grande do Sul
ANARTE – Associação de Arte-Educadores do Nordeste
ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APAEP – Associação dos Profissionais em Arte-Educação do Paraná
ASMAE – Associação Sul-Matogrossense de Arte Educadores
BLD – Biblioteca do Livro Didático
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CDR – Centro de Documentação Regional
COC – Colégio Osvaldo Cruz
COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
CFE – Conselho Federal de Educação
ConFAEB – Congresso Nacional da Federação dos Arte/Educadores do Brasil
DEF – Departamento de Ensino Fundamental
EAB – Escolinha de Arte no Brasil
ECA – Escola de Comunicações e Artes
ENSM – Escola Normal Sud Mennucci
FAMOSP – Faculdade Mozarteum de São Paulo
FAEB – Federação dos Arte-Educadores do Brasil
FEBASP – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
Fename – Fundação Nacional do Material Escolar
Feusp – Faculdade de Educação da USP
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FLD – Fundo do Livro Didático
FTD – Frère Théophile Durand
GEAP – Ginásio Estadual Abílio de Paula
GOC – Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados
GPV – Ginásio Estadual Presidente Vargas
HDE – História das Disciplinas Escolares
INL – Instituto Nacional do Livro
JPL – José Pereira Lins

LADHEME – Laboratório de História da Educação, Memória e Sociedade

LDs – Livros Didáticos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MACKENZIE – Universidade Presbiteriana Mackenzie

MARCO – Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Medida Provisória

NTE – Núcleo de Tecnologias Educacionais

OMEP – Organização Mundial de Educação Pré-escolar

PIEMAT – Plano Integrado do Estado de Mato Grosso

PLV – Projeto de Lei de Conversão

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNPE – Projeto Nacional de propaganda Educacional

Prodiarte – Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte na Educação

PRODASUL – Processamento de Dados de Mato Grosso do Sul

Socigran – Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados

SEPS – Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

USAID – United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

UF – Universidade Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ENSINO DE ARTE E DISCIPLINARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	23
1.1 Mas Afinal, o que é Arte? Definições e Terminologias.....	23
1.2 Antecedentes para Inserção da Educação Artística no Currículo Brasileiro: ensino da arte e suas influências artísticas.....	27
1.3 Disciplinarização da Educação Artística na Educação Brasileira.....	33
2 A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NO CONTEXTO DA LEI Nº 5.692/71 EM MATO GROSSO (DO SUL)	38
2.1 A Lei nº 5.692 - Fundamentos Teóricos para a Implantação da Educação Artística.....	38
1.2.1 Educação Artística no currículo de 1º e 2º Graus.....	43
1.2.2 A Formação do Professor de Educação Artística.....	45
2.2 Educação Artística: Interpretações da lei no estado de Mato Grosso.....	49
2.2.1 Informativo da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso: Jornal Monitor.....	49
2.2.2 Sugestões de Comportamentos Esperados e Conteúdos de Educação Artística: Nível V a VIII.....	55
2.2.3 Programa de Desenvolvimento Integrado: Prodiarte.....	61
3 A DISCIPLINA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA EM DOURADOS (1971-1982)	64
3.1 As Primeiras Instituições de Ensino Secundário em Dourados.....	65
3.2 Educação Artística no Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados: em busca das fontes.....	76
3.3 Educação Artística no Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados: em busca das fontes.....	80
3.4 Depoimentos sobre a Disciplina de Educação Artística Expressa nas Vozes dos Professores.....	84
4 LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: uma análise quantitativa	90
4.1 Livro Didático de Educação Artística: um produto resultante da Lei.....	91
4.2 Construções Geométricas nos Livros didáticos para a Educação Artística.....	106

4.3 Polivalência Expressa nos Livros Didáticos de Educação Artística.....	117
4.4 Técnicas e Materiais nos Livros didáticos de Educação Artística	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXOS.....	149

INTRODUÇÃO

O interesse inicial pela temática desta pesquisa surgiu ainda no período de faculdade, na disciplina de Estágio Supervisionado. A experiência dos estágios aflorou inquietações que consequentemente culminaram no trabalho de conclusão de curso, visando compreender os critérios de escolhas dos conteúdos e metodologias dos arte-educadores para as aulas de Arte.

O curioso é que sempre que penso no fio inicial de ligação com a arte, me vem à memória a imagem da minha mãe, que após muito tempo fora da escola resolveu iniciar sua carreira como acadêmica de Educação Artística. Neste período, ela levava para casa seus livros, desenhos e trabalhos instigantes sobre arte, na qual muitas vezes, deixava ajudá-la. Recordo-me de ficar horas folheando seus livros, observando os desenhos das obras e tentando reproduzi-las com lápis de escrever.

Sendo assim, o interesse em investigar a história da disciplina de Educação Artística, advém de minha formação acadêmica em Artes Visuais¹ e da atuação profissional como docente na área, na rede pública de ensino. Além dos recentes debates em torno da reestruturação dos conteúdos e disciplinas para o Ensino Médio, a partir da Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016, instigando o objetivo dessa pesquisa. De acordo com tal documento a atual LDB nº 9.394/1996 passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 26, § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 2016, p. 01), não sendo mais obrigatória no ensino médio. A figura 1, apresenta uma nota pública de repúdio a MP exposta no site da Federação de Arte Educadores do Brasil (FAEB), no dia 23 de setembro de 2016, com o apoio de diversas associações ligadas ao campo da Educação e da Arte, dentre elas, a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), o Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul (MARCO), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), dentre outros.

Figura 1- Nota pública de repúdio a MP exposta no site da Federação de Arte Educadores do Brasil (FAEB) em 2016

¹ Licenciada em Artes Visuais pelo Centro Universitário da Grande Dourados. Especialista em Ensino de Arte: Técnicas e procedimentos pela Universidade Candido Mendes. Professora de Arte.



Fonte: Imagem retirada do site da FAEB por meio do link: <http://faeb.com.br/noticias/nota-de-repudio-abem>. Acesso em: 21 de set. 2017

Em consequência da repercussão negativa da exclusão da disciplina de Arte, bem como, a disciplina de Educação Física do currículo do ensino médio, a MP foi alterada na Câmara dos Deputados, e em seu novo texto, as reincluíram como disciplinas obrigatórias. No que diz respeito à inserção novamente dessas disciplinas no currículo do ensino médio, o relator, Pedro Chaves, admite que “a formação integral do ser humano exige o atendimento de várias dimensões, dentre as quais a corporeidade, o movimento e a fruição não podem ser desconsiderados”². Apesar da MP ter sido aprovada no senado, cabe lembrar, que até o momento, tal medida está sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016 e ainda sofrerá alterações.

Mediante aos fatos mencionados acima, a presente dissertação tem como objetivo analisar a trajetória e as práticas educativas em torno da disciplina escolar Educação Artística em duas instituições de ensino secundário, no município de Dourados, Mato Grosso (do Sul)³, no período de 1971 a 1982. Consideramos necessário também compreender o percurso da arte para a sua implantação no currículo escolar brasileiro, através das Leis, Pareceres e Livros Didáticos da época. O recorte temporal inicial de 1971 justifica-se, em virtude da Lei Federal nº 5.692 de 1971 que instituiu a entrada oficial da Educação Artística nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino. O recorte final de 1982 corresponde ao fim do ensino de 2º grau profissionalizante estabelecido pela Lei nº 5.692/1971, por meio da Lei nº 7.044/82. Convém lembrar, que dentre as inovações introduzidas pela Lei nº 5.692, estavam a

² Trecho extraído do site: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>. Acesso em: 20 de set. 2017.

³ A escolha por Mato Grosso (do Sul) se justifica porque o recorte temporal abarca este período da divisão do Estado ocorrido em 1977. Quando acontece a divisão do Estado, o município de Dourados pertencia ao Sul de Mato Grosso uno, após a Lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, passa a pertencer ao recém-criado estado de Mato Grosso do Sul. Dourados é a segunda maior cidade do atual estado de Mato Grosso do Sul.

ampliação da obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos, ou seja, para faixa etária que vai dos 7 aos 14 anos”, como lembra Romanelli (1978, p. 237), e a redução do ensino secundário que era de 7 anos, para um único ciclo de três anos, todo ele profissionalizante, chamado ensino de 2º grau. Esta mudança estrutural se justifica pela junção do curso primário e do curso ginásial, em um curso único, chamado fundamental.

Selecionamos as duas primeiras instituições de ensino secundário do município – o Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados (GOC), instalado em 1954, como um polo de extensão do Colégio Osvaldo Cruz, localizado em Campo Grande. Trata-se da primeira instituição de ensino secundário de Dourados, de cunho particular, que funcionou até o ano de 2003 na região. Já o Ginásio Estadual Presidente Vargas (GPV) foi criado pela Lei nº 427, de 2 de outubro de 1951, mas começou a funcionar em 1958, sendo o primeiro a oferecer o ensino secundário público na cidade e está em funcionamento até os dias atuais como *Escola Estadual Presidente Vargas*⁴, atendendo alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Diante do que foi apresentado acima, proponho responder a um problema central: como se desenvolveram a trajetória e as práticas educativas em torno da disciplina escolar - Educação Artística, em duas escolas de ensino secundário em Dourados, Mato Grosso (do Sul), no período de 1971 a 1982?

Questionamos também, como estava organizado o currículo do ensino de 1º e 2º graus após a obrigatoriedade dessa disciplina? Quais eram os conteúdos propostos para essa nova disciplina no currículo destas instituições e nos livros didáticos para a Educação Artística? Qual era a formação dos profissionais que lecionavam educação artística?

Para responder as questões levantadas acima, utilizei como fontes de investigação⁵, Documentos, Legislações, Atos e Pareceres da época, Livros Didáticos de Educação Artística e fontes orais por meio de entrevistas com ex-professores. Convém ressaltar, que devido o recorte temporal dessa pesquisa abarcar o período de divisão do estado de Mato Grosso (MT), em Mato Grosso do Sul (MS), há alguns documentos analisados que são do período de MT uno e outros específicos de MS.

Portanto, tal pesquisa tem o intuito de ampliar as discussões sobre a História das Disciplinas Escolares (HDE), em especial a história da disciplina de educação artística.

⁴ Atualmente a escola está localizada na Rua Oliveira Marques, n.1955 no Centro de Dourados (MS). Informações extraídas do site da escola, através do link: <http://www.escolapresidentevargas.com.br/educacional/conheca-nossa-historia>. Acesso em: 21 de nov. 2017.

⁵ O material encontrado durante a pesquisa será encaminhado para o Laboratório de Documentação, História e Memória (LADHEME), para catalogação, ficando arquivado para utilização em novas pesquisas. Podendo ser analisado em seu conteúdo, o que diz respeito sobre o ensino de arte, a educação de Mato Grosso, bem como, as duas instituições analisadas.

Assim, em conformidade com nosso referencial teórico, tal pesquisa insere-se no campo da História da Educação, da História das Disciplinas Escolares e da Cultura Escolar.

É sabido que a HDE está imbricada à cultura escolar de uma instituição e influenciada pelos acontecimentos sociais de uma determinada época, pois, a cultura escolar, possui fontes importantes para os processos de investigação das HDE, pois nas instituições podemos encontrar,

[...] livros de ata (de aprovação escolar, de registro de matrícula, de reuniões pedagógicas, de reuniões do colegiado, de reuniões administrativas, de posse e designação, de ocorrências disciplinares), regimento escolar, correspondência enviada e recebida (ofícios, convites, circulares, comunicações), por livro de ponto (livro de controle de frequência de professores e funcionários), livro de registro de frequência escolar, grades curriculares, planos de aula e planos de curso, pastas de alunos (em que o conteúdo é a ficha cadastral do aluno e seu histórico escolar), termos de visita e inspeção, registro escolar (dados estatísticos sobre admissão, matrícula, aprovação, transferência), entre outros documentos (GATTI JUNIOR E PESSANHA, 2010, p. 186).

Contudo, com o passar dos anos, este trabalho investigativo de localizar fontes nos acervos escolares, tem se tornado cada vez mais complexo e desafiador, tendo em vista que, grandes partes das instituições não possuem a cultura de preservação desses documentos. Conhecido no ambiente escolar como “arquivo morto”⁶, geralmente são encontrados dentro de caixas velhas, expostos a poeira e umidade, instalados em locais inapropriados para sua preservação. No que diz respeito à importância da preservação dos acervos escolares, Gatti Júnior e Pessanha (2010, p. 158), ressaltam que, “os acervos escolares podem conter subsídios importantes que permitam desvendar o cotidiano da escola em diversas épocas, compreender seu funcionamento interno, a constituição do currículo e as práticas diárias de professores e alunos”, estabelecendo a ponte fundamental para o estudo da HDE.

A escolha pela cidade de Dourados justifica-se, por ter se tornado a segunda maior cidade do atual estado de Mato Grosso do Sul e por ser a cidade natal da pesquisadora e do programa de pós-graduação a que se vincula. Portanto, visamos resgatar a história regional e suas especificidades no que tange ao ensino de Educação Artística. Além disso, tal pesquisa se justifica, dentre outros motivos, pela ausência de investigações sobre o tema, pois, por

⁶ A palavra está entre aspas, pois, não concordamos com tal expressão. Pelo contrário, acreditamos que são arquivos históricos, que guardam memórias e leituras acerca do passado e do presente, pois tratam da vida escolar da instituição. Sobre a importância dos arquivos escolares ler Vidal (2005).

meio do levantamento realizado das produções acadêmicas que tratam do ensino de arte em Mato Grosso do Sul, localizamos apenas duas dissertações de mestrado e um artigo.

No quadro 1 apresentamos as produções relacionadas com o ensino de Arte em MS:

Quadro 1- Relação entre os locais de busca, a localização institucional das produções; e os autores e os anos das publicações.

Autor	Ano	Título	Instituição	Tipo	Local
Richard Perassi Luiz de Sousa	1991	O Desafio da Imagem: Alternativa Contemporânea para a Arte nas Escolas de Segundo Grau	UFMS	Dissertação	PPGEdu /UFMS
Thais Acosta dos Santos; Vera Lúcia Penzo Fernandes	2014	Ensino de Arte em Mato Grosso do Sul: Registro e Catalogação de Fontes Primárias – 1975 A 1979	UFMS	Artigo	ConFAEB
Dyemison Phabulo Cavalcante de Pintor ⁷	2017	Disciplina Educação Artística em Mato Grosso do Sul: Dilemas que a História pode Explicar (1971 - 1997).	UEMS	Dissertação	PPGEdu /UEMS

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nos dados do mapeamento

A dissertação de Richard Perassi, datada de 1991 é a mais antiga. Sua dissertação tem como foco o estudo das imagens artísticas como alternativa contemporânea para a arte na educação escolar de Mato Grosso do Sul, com lócus em duas instituições: Escola Estadual Joaquim Murtinho e o Instituto de Educação, ambas de Campo Grande.

Já o artigo publicado no Congresso Nacional da Federação dos Arte/Educadores do Brasil (ConFAEB) por Thais Acosta e Vera Lúcia Penzo, em 2014, é resultado de uma pesquisa de iniciação científica que objetivou o levantamento de informações sobre o ensino de arte em escolas no estado de MS. O interessante desta pesquisa são as informações coletadas permitindo a identificação dos professores de Arte, das escolas e de questões relacionadas à Arte em MS.

A última produção localizada é a dissertação de Dyemison Phabulo, publicada em 2017. Embora tal dissertação se aproxime com o tema desta pesquisa, o autor visou compreender o que se normatizava e se praticava com relação ao ensino de Educação Artística em MS. Para isso, utilizou documentos legislativos, relatórios de estágio supervisionado realizados em escolas estaduais de MS, produzidos por alunos do curso de Educação Artística da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* de Campo Grande/MS, referentes aos anos de 1991 a 1997, e também, fontes orais produzidas em entrevistas com duas professoras aposentadas e um professor também aposentado que lecionaram a disciplina de Educação Artística entre o final da década de 1970 até o final dos anos de 1990.

⁷ Até o presente momento, essa dissertação ainda não se encontra disponível no site do programa, contudo, conseguimos uma versão com o autor Dyemison Phabulo, a quem agradecemos publicamente.

Dessa forma, ao eleger o estudo da trajetória e as práticas educativas em torno da disciplina de Educação Artística em duas instituições de ensino secundário, em Mato Grosso (do Sul), entre 1971 a 1982, verifiquei que nada foi estudado sobre o ensino de arte na região douradense, valorizando assim, a originalidade desta proposta de pesquisa. Por isso, acredito que o presente trabalho contribuirá para a produção de uma história da disciplina de Educação Artística em Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, concordamos com Chervel (1990, p. 220), ao dizer que “as disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade”, e “seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades”, sendo isso que “explica sua gênese e constitui sua razão social”. Por estes motivos, acreditamos na importância desta dissertação, apresentada em quatro capítulos:

O primeiro, “Ensino de Arte e Disciplinarização da Educação Artística na Educação Brasileira”, visa compreender sob a ótica de diversos autores, o significado da Arte, ou seja, suas definições e terminologias, bem como, analisar o percurso da Arte para a sua implantação no currículo escolar brasileiro.

O segundo capítulo, “A Obrigatoriedade da Educação Artística no Contexto da Lei nº 5.692/71 em Mato Grosso (do Sul)”, trata da obrigatoriedade da Educação Artística por meio da referida lei, com o intuito de evidenciar seus fundamentos teóricos, problematizando-os através de documentos legais e publicações da época em Mato Grosso (do Sul).

O terceiro capítulo, “Educação Artística nas duas Primeiras Instituições de Ensino Secundário de Dourados (1971-1982)”, tem a finalidade de analisar a disciplina de Educação Artística nas duas primeiras instituições de ensino secundário na região de Dourados- GOC e GPV, em Mato Grosso (do Sul), no período de 1971 a 1982.

O quarto capítulo, “Livros Didáticos de Educação Artística no Contexto da Lei nº 5.692/71”, objetiva analisar os conteúdos utilizados nos Livros Didáticos (LDs) de educação artística após sua obrigatoriedade em 1971.

1 ENSINO DE ARTE E DISCIPLINARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para compreendermos a inserção da Educação Artística no currículo escolar através da Lei nº 5.692/71, consideramos importante realizar o percurso histórico do ensino de arte no Brasil, ainda que de forma breve. O presente capítulo visa apresentar sob a ótica de diversos autores, o significado da Arte⁸, ou seja, suas definições e terminologias, bem como, compreender o percurso para sua implantação no currículo escolar brasileiro. Para abarcar a complexidade de tais assuntos, consideramos autores que tratam de cada tema. No que diz respeito às terminologias/definições da arte, consideramos os autores: Amaral (1987), Bosi (1991), Coli (2000), Farthing (2011), Gombrich (2012), Nascimento (2012), Osinski (2012), Proença (2012) e Munakata (2016). Para tratar sobre o percurso do ensino da Arte e as influências das tendências artísticas, nos embasamos em: Andrade (1974) e Barbosa (1985; 2015). Para compreender como foi possível a disciplinarização da Educação Artística no currículo brasileiro, consideramos as leituras de Barbosa (1991; 1995; 2014), Fusari e Ferraz (2001), Souza (2008), Subtil (2012), Kussakawa e Negrão (2012).

Para apresentar tal discussão dividimos o capítulo em três partes: 1.1 “Mas Afinal, o que é Arte? Definições e Terminologias”, que apresenta as concepções sobre o conceito de Arte pela ótica de diferentes autores; 1.2 “Antecedentes para Inserção da Educação Artística no Currículo Brasileiro: ensino da arte e suas influências artísticas”, aborda a trajetória do ensino da Arte e as ideias que influenciaram seu percurso até a chegada da Educação Artística no currículo escolar brasileiro e 1.3 “Disciplinarização da Educação Artística na Educação Brasileira”, que trata da inserção dessa disciplina no currículo de 1º e 2º graus por meio da Lei nº 5.692/71, em contexto político ditatorial.

1.1 Mas Afinal, o que é Arte? Definições e Terminologias

Como já dizia Osinski (2012, p.11), “as origens da arte coincidem com as do próprio homem”. Neste sentido, se olharmos a nossa volta, perceberemos a enorme gama de objetos que nos cercam em diferentes lugares. Acreditamos que tais objetos foram produzidos pelo ser humano para alguma finalidade e para, além disso, buscavam por meio do fazer artístico, expressar seus sentimentos, inquietações e expectativas de vida. Por esse viés, na concepção

⁸ Utilizamos “Arte” em maiúsculo para defini-la como área de conhecimento.

da professora e historiadora brasileira Graça Proença (2012, p. 6), o ser humano sempre “produziu e se cercou de objetos sem utilidade evidente e imediata” e independentemente de qual época for, o ser humano “cria objetos não apenas para se servir deles, mas também para expressar seus sentimentos diante da vida. Sendo assim, sua produção artística está “integrada à cultura e aos sentimentos do povo”. Para a autora,

a arte pode também ser um verdadeiro testemunho histórico, ao retratar situações sociais. O artista pode, ainda, apenas trabalhar com elementos pictóricos – cor e composição, por exemplo –, sugerindo diferentes impressões e sensações a quem contempla sua obra. [...] Com seus múltiplos significados, a arte não está, portanto, isolada das demais atividades humanas: ela está presente nos inúmeros artefatos que fazem parte do nosso dia-a-dia (PROENÇA, 2012, p. 7-8).

Gombrich (2012, p. 39), por sua vez, adverte que “se aceitarmos que arte significa o exercício de atividades tais como a edificação de templos e casas, a realização de pinturas e esculturas, ou a tessitura de padrões, nenhum povo existe no mundo sem arte”. Com seus múltiplos significados, afirmamos que Arte é conhecimento e partindo deste princípio, pode-se dizer que ela, “em muitos momentos da história da humanidade foi usada para designar tanto trabalhos de intenção histórica, como trabalhos que se referia a determinados ofícios e ocupações” (NASCIMENTO, 2012, p. 1), além disso, as atividades artísticas foram se diversificando ao longo do tempo em diversos ramos - pintura, escultura, música, dança, arquitetura, poesia e cinema - isso significa que a arte corresponde a atividades múltiplas e cada habilidade atende a uma finalidade específica que deve ser respeitada. Pois, cada denominação artística requer uma atividade intrínseca, um saber próprio, tendo em vista que, cada uma possui sua especificidade.

Portanto, acreditamos na necessidade da Arte para o ser humano, primando pelo desenvolvimento “dos sentidos e das sensibilidades”, como escreveu Munakata (2016, p. 200), se expressando, por meio, das mais variadas linguagens artísticas que a arte lhe oferece. Além disso, observando o percurso da Arte ao longo do tempo, notam-se suas transformações em cada época, sendo concebida de acordo com o contexto histórico vigente, demarcada por algumas tendências ou estilos artísticos. É sabido, que o homem evoluiu nos mais variados campos e também na arte. Mas afinal de contas, o que é a arte? Para Coli (2000, p. 7), “dizer o que seja arte é coisa difícil”. Segundo o autor,

Um sem-número de tratados de estética debruçou-se sobre o problema, procurando situá-lo, procurando definir o conceito. Mas, se buscamos uma

resposta clara e definitiva, decepcionamo-nos: elas são divergentes, contraditórias, além de frequentemente se pretenderem exclusivas, propondo-se como solução única (COLI, 2000, p. 7).

Num olhar mais atual, o historiador da arte do século XX Ernst Gombrich (2012), acredita que:

Nada existe realmente a que se possa dar o nome Arte. Existem somente artistas. Outrora, eram homens que apanhavam um punhado de terra colorida e com ela modelavam toscamente as formas de um bisão na parede de uma caverna; hoje, alguns compram suas tintas e desenham cartazes para tapumes; eles faziam e fazem muitas outras coisas. Não prejudica ninguém dar o nome de arte a todas essas atividades, desde que se conserve em mente que tal palavra pode significar coisas muito diversas, em tempos e lugares diferentes, e que Arte com A maiúsculo não existe. Na verdade, Arte com A maiúsculo passou a ser algo como um bicho-papão, como um fetiche. (GOMBRICH, 2012, p. 15).

Já Alfredo Bosi, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), crítico e historiador da literatura brasileira, traz a palavra em sua matriz, da seguinte maneira:

A palavra latina *ars*, matriz do português arte, está na raiz do verbo *articular*, que denota a ação de fazer juntas entre as partes de um todo. Porque eram operações estruturantes, podiam receber o mesmo nome de arte não só as atividades que visavam a comover a alma (a música, a poesia, o teatro), quanto os ofícios de artesanato, a cerâmica, a tecelagem e a ourivesaria, que aliavam o útil ao belo. Aliás, a distinção entre as primeiras e os últimos, que se impôs durante o Império Romano, tinha um claro sentido econômico-social. As *artes liberales* eram exercidas por homens livres; já os ofícios, *artes serviles*, relegavam-se a gente de condição humilde. E os termos *artista* e *artífice* (de *artifex*: o que *faz* a arte) mantêm hoje a milenar oposição de classe entre o trabalho intelectual e o trabalho manual (BOSI, 1991, p. 13).

Kazumi Munakata (2016, p. 195), ressalta que “as sucessivas edições dos dicionários registram a persistência do significado da arte como *ars*, ofício, e do artista como artesão”. E visando compreender como se processou a autonomização da arte e do artista, abstraindo as materialidades e as tecnicidades específicas que definiam cada ofício o autor cita Xavier Greffe (2013, p. 69-70 apud MUNAKATA, 2016, p. 196):

O artista diferencia-se do artesão ao trabalhar em lugar próprio e não mais no do destinatário da decoração, para produzir daí em diante obras cada vez menores. Além disso, ele dispõe de um mercado onde pode revender suas obras, o que faz com que se torne cada vez mais independente de quem encomendou a obra inicialmente.

Nesse sentido, “entregar-se ao mercado significava que o artista deveria buscar um público a quem não conhecia, mas que estaria disposto a pagar para assistir à sua obra” (MUNAKATA, 2016, p. 197). Para Amaral (1987), antes do *status*⁹, os artistas estavam, sobretudo, interessados na sua profissionalização, principalmente após a chegada da Revolução Industrial e da invenção da fotografia.

Antes da separação artífice-artista, aquele que se iniciava como aprendiz numa corporação de ofício visava à sua profissionalização para um fim definido: ser pintor real, retratista da burguesia, ourives, escultor de peças comemorativas de personalidades ou eventos, produtor de vitrais, de mobiliário, encarnador de imagens, tapeceiro para ambientes luxuosos, ilustrador de livros, decorador, etc. [...] Em poucas palavras, podemos dizer que antes o artista sabia quem era o seu público. E era verdadeiramente um profissional, no sentido de que a venda de sua produção significava a sua sobrevivência. [...] Fazer arte parece ter-se tornado um diletantismo que confere *status* a quem a prática. E o público do artista, ou do que se considera um artista, é hoje um público sem rosto, tão nebuloso quanto sua obra, mesmo para esse que poderia ser seu público em potencial (AMARAL, 1987, p. 4).

Para Bosi (1991), a arte em suas criações era dividida entre os artistas que desenvolviam um trabalho intelectual e os que realizavam trabalhos manuais. Para o autor “a arte é um fazer. A arte é um conjunto de atos pelos quais se muda a forma, se *transforma* a matéria oferecida pela natureza e pela cultura. Nesse sentido, qualquer atividade humana, desde que conduzida regularmente a um fim, pode chamar-se artística” (BOSI, 1991, p. 13).

Para Coli (1995, p. 8) “arte são certas manifestações da atividade humana diante das quais nosso sentimento é admirativo, isto é: nossa cultura possui uma noção que denomina solidamente algumas de suas atividades e as privilegia.” Diferentemente de Bosi, o autor não generaliza em toda e qualquer atividade humana, como artística ou arte, mas sim, algumas atividades específicas, que são escolhidas por aqueles que atribuem o status à obra de arte, ou seja, arte é aquilo que nossa sociedade diz ser arte. Nota-se assim, que para alguns autores a arte se desenvolve juntamente da sociedade e da sua cultura. Na concepção de Stephen Farthing (2011), pintor e escritor inglês sobre história da arte, aponta que a manifestação da arte é intrínseca ao homem e que,

ao longo da história, nenhuma sociedade, por mais baixo que tenha sido seu nível de existência material, deixou de produzir arte. Representações e decorações, assim como a narração de histórias e a música, são tão naturais

⁹ O status de celebridade aos artistas surgiu no período do Renascimento, precisamente em meados do século XIV e o fim do século XVI.

para o ser humano quanto a construção de ninhos é para os pássaros. Ainda assim, as formas de arte variaram radicalmente em épocas e lugares diversos, sob influência de diferentes circunstâncias culturais e sociais (FARTHING, 2011, p. 8).

Assim como Javier Rubio (*apud* AMARAL, 1987, p. 6) “difícilmente podemos admitir a hipótese de uma arte sem sociedade, a arte é de certo modo para a sociedade como o peixe para a água. [...] embora nem sempre a arte se sinta na sociedade como o peixe na água.” Na concepção do autor, a arte é inerente ao homem, entretanto a capacidade de fruição e apreciação da mesma já não é tão automática, devido à complexidade do que hoje nossa sociedade classifica como obra de arte.

Além disso, Munakata (2016, p. 200) adverte que:

Não há mais um lugar próprio para a arte: ela pode estar em qualquer lugar. A Arte tem valor formativo. Portanto, ela pode e deve estar na escola – ainda mais numa época [...] em que se difunde uma concepção pedagógica baseada na observação e na experimentação e, portanto, na educação dos sentidos e da sensibilidade.

Assim, adentramos em diversas falas sobre definições e terminologias da arte, pois, acreditamos que cada asseveração traz um olhar para a arte ao longo do tempo. Portanto, a arte se encontra em diferentes espaços, dentre eles, na escola. Com valor de formação humana, foi de fato implantada no currículo escolar em 1971, como resultado da visão ideológica de educadores norte-americanos e da tendência tecnicista da Lei 5.692, como veremos adiante.

1.2 Antecedentes para Inserção da Educação Artística no Currículo Brasileiro: Ensino da Arte e suas Influências Artísticas

Se analisarmos o ensino de arte ao longo do tempo no Brasil, verificamos que a inserção da disciplina de Educação Artística no contexto escolar estava enraizada nas tendências artísticas e das concepções de autores que se dedicaram sobre o tema. Este tópico visa compreender o contexto anterior à implantação desta disciplina na escola e quais foram as principais ideias que influenciaram o ensino da arte.

De acordo com Barbosa (2015, p. 43),

Nas escolas secundárias particulares para meninos e meninas, imperava a cópia de retratos de pessoas importantes, santos e a cópia de estampas, em geral europeias, representando paisagens desconhecidas aos nossos olhos

acostumados ao meio ambiente tropical. Estas paisagens levavam os alunos a valorizar esteticamente a natureza europeia e depreciar a nossa pela rudeza contrastante.

Para a autora, até 1870 a escola secundária pouco contestou o modelo do ensino de arte da Academia Imperial das Belas Artes, que serviam em parte como modelo. E em contraposição ao ensino elitista, no final do século XIX, implantou-se no Brasil o ensino de desenho¹⁰ na educação, visando à preparação de mão-de-obra para o trabalho nas indústrias, estabelecendo a união entre criação e técnica, ou seja, primeiro deveria se aprender como trabalhar, para depois aplicar as habilidades técnicas, visando solucionar os problemas por meio de criações individuais. Embasados no modelo norte-americano, intelectuais e políticos (liberais) introduziram e divulgaram no Brasil os modelos de Walter Smith do ensino da arte nos Estados Unidos, especificamente em Massachusetts, onde ficou responsável por organizar o ensino da arte como desenho industrial. Já os positivistas, como lembra Barbosa (2015), defendiam a ideia de que a capacidade imaginativa deveria ser propiciada na escola por meio do estudo e cópia dos ornatos. Contudo, como os liberais haviam ganho da corrente positivista, conseguiram implantar sua diretriz ao ensino de desenho nas escolas secundárias, por meio da reforma educacional de 1901.

Para Barbosa (2015), os principais divulgadores das ideias sobre arte industrial foram Rui Barbosa, em seus Pareceres sobre a Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e da Reforma do Ensino Primário (1883) que subscreveu as ideias de Smith, como justificativa teórica para a inserção e valorização do desenho, assim como as outras disciplinas do currículo, além dos escritos de André Rebouças, publicados no jornal *O Novo Mundo* e Abílio César Pereira Borges, por meio do seu livro *Geometria Popular*.

Barbosa (2015, p. 50) ressalta que “o livro de Abílio César Pereira Borges teve, no mínimo, 41 edições e foi usado em escolas pelo menos até 1959”. Este livro foi organizado com base em outro, denominado *Teachers's Manual for Free hand drawing* de Smith.

O livro propunha que o desenho começasse por linhas [...], verticais, horizontais, oblíquas, paralelas, enfim, pelo que Smith, citado por Borges, chamava de “alfabeto do desenho”. [...] Ele ainda propunha o traçado de gregas, rosáceas, repetições verticais, repetições horizontais, formas entrelaçadas, seguindo mais uma vez Smith. [...] Finalmente, eram apresentados ornatos e elementos arquitetônicos em diagrama (portais, arcos, colunas) de diferentes períodos, principalmente arrochos e neoclássicos (BARBOSA, 2015, p. 49).

¹⁰ O ensino de desenho na escola objetivava dar um conhecimento técnico de desenho a todos os indivíduos para que fossem capazes de produzir suas invenções.

É sabido, que o objetivo do inglês Walter Smith era popularizar o ensino de arte, concebido como ensino do desenho, isto é, ensino preparatório para o design. Foram divulgados nos artigos do jornal Novo Mundo as ações de Smith e seu princípio de democratização da arte em Massachusetts. André Rebouças chegou a escrever longos artigos, na qual defendia as ideias de Smith e frisava a priorização do desenho geométrico destinado à indústria colaborando para a qualidade e prosperidade da produção industrial. De acordo com Barbosa (2015), o artigo de André Rebouças no jornal “O Novo Mundo”¹¹ foi um dos primeiros escritos produzidos expondo a necessidade de inserir o ensino de desenho nas escolas secundárias.

O Novo Mundo, em geral, destacava a importância dada por Smith aos exercícios geométricos progressivos no ensino do desenho, sua ideia de que todo mundo tinha capacidade para desenhar, e sua crença no ensino do desenho como veículo de popularização da arte através da adaptação a fins industriais, colaborando para a qualidade e prosperidade da produção industrial (BARBOSA, 2015, p. 49, grifo do autor).

Convêm ressaltar, que este jornal possuía grande importância cultural naquela época no Brasil. Barbosa (2015), afirma que o modelo de Walter Smith perdurou através do tempo, atravessando várias reformas educacionais, permanecendo quase imutável até a vinda do movimento Modernista, em 1922, embora seus vestígios ainda estivessem presentes nos anos de 1970, por meio dos livros didáticos de educação artística, precisamente, até os anos de 1980.

No início do século XX, o Modernismo trouxe para o campo educacional a proposta de arte como expressão, que veio a se fortalecer após o evento conhecido como - Semana de Arte Moderna - realizado nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, com a participação de artistas, arquitetos, escritores, e compositores brasileiros, que visaram expor através das suas criações, uma arte com feições brasileiras, que mostrasse a realidade do país. Durante essa semana, também foram apresentadas conferências, leitura de poemas, danças e músicas direcionadas para as novas ideias que rompiam com a arte tradicionalista, baseadas nos modelos europeus que vigoravam até então. Na área das artes plásticas destacaram-se as obras de Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Emiliano Di

¹¹ Foi um jornal publicado em Nova York (1872-1889) pelo brasileiro, José Carlos Rodrigues e escrito em português, com larga repercussão entre os intelectuais brasileiros. Neste jornal, André Rebouças escreveu artigos relacionados com a necessidade de se tornar compulsório o ensino do desenho geométrico com aplicações a indústria, assim como Smith conseguiu em Massachusetts (BARBOSA, 2015, p. 50).

Cavalcanti, na área da literatura destacaram-se Menotti Del Picchia, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo, na área da música destacaram-se Guiomar Novaes e Heitor Villa-Lobos, por fim, na área da escultura Victor Brecheret. Nas palavras do escritor modernista Mário de Andrade em seu livro *Aspectos da Literatura Brasileira* o movimento modernista foi

Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional. A transformação do mundo com o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática europeia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil e uma outras causas internacionais, bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reverificação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional (ANDRADE, 1974, p. 231).

Portanto, essas mudanças aconteceram tanto no âmbito cultural como político, visando instaurar um regime mais democrático, que visasse uma reflexão sobre o papel social da educação. Convém lembrar, que John Dewey¹², filósofo norte americano influenciou a educação brasileira com o movimento da Escola Nova, com princípios de modernização, defendia a valorização da arte como instrumento mobilizador da capacidade de criar ligando imaginação e inteligência, tendo em vista, que a educação era uma necessidade social. Contudo, convém dizer, que suas ideias conduziram interpretações diversas a respeito do ensino da arte no Brasil. Neste sentido, apresentamos a seguir as três principais interpretações que influenciaram o cenário educacional brasileiro, com autores que pesquisaram o tema: Perrelet (1917), Sampaio (1929) e Scaramelli (1931).

A primeira concepção baseada nas ideias de John Dewey estava relacionada com a *observação naturalista*, defendida pelo professor de desenho da Escola Normal do Rio de Janeiro, Nereo Sampaio, em sua tese intitulada *Desenho espontâneo das crianças: considerações sobre sua metodologia*, defendida em 1929, onde apresentava o método espontâneo-reflexivo para o ensino da arte, apontando como aporte teórico as ideias de Dewey expressas em seu livro *The School and Society*, de 1899. O método aplicado por Sampaio consistia em deixar a criança se expressar livremente, desenhando de memória e

¹² Dewey ficou conhecido por meio de seus escritos que tratam da arte e o ensino da arte, classificadas como naturalistas. Em seu livro *The School and Society* (1899), o autor recomenda a estimulação dos impulsos naturais da criança para o desenho através dos processos mentais de reconhecimento e reflexão, como por exemplo, o desenho de uma árvore na qual a criança desenharia árvores observadas e não convencionais, pois a observação combinada com a memória e imaginação produziam expressões gráficas de árvores reais.

depois fazê-la analisar visualmente o objeto desenhado para, em seguida, executar um segundo desenho integrando, neste último, elementos observados do objeto real. Convém lembrar, que a Reforma Educacional de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1927-1930), recebeu diretamente influência do trabalho e das ideias de Nereo Sampaio, ao propor o desenho espontâneo, seguido de apreciação naturalista.

À segunda concepção estava ancorada na apreciação dos elementos do desenho, vinculadas ao famoso desenho pedagógico. Divulgada durante a Reforma Francisco Campos em Minas Gerais (1927-1929), possuía a ideia de apreciação como processo de integração da experiência. Contudo, não foi propriamente o texto geral desta reforma que divulgou esta abordagem, mas as atividades desenvolvidas para sua implantação por um grupo de professores estrangeiros do Instituto Jean-Jacques Rousseau. Dos sete integrantes, dois, pertenciam a área de arte, sendo eles: Jeanne Milde e Artus Perrelet. A proposta de Artus Perrelet em seu livro *O Desenho a Serviço da Educação*, publicado em 1917, consistia na orientação esquemática do desenho, por meio da percepção e expressão dos elementos do desenho, neste sentido, foi utilizado nas escolas o desenho pedagógico, que consistia em levar os alunos à cópia de desenhos na lousa feitos pelos professores.

Por fim, a terceira concepção estava relacionada à arte como expressão consumatória, baseados nas ideias de Dewey, foi divulgada no livro de José Scaramelli, intitulado *Escola nova brasileira: esboço de um sistema*, publicado em 1931 na qual apresenta os pressupostos teóricos da Reforma Carneiro Leão, em Pernambuco (1928-1930). O autor acreditava que a arte deveria ser usada para ajudar a criança a organizar e fixar noções apreendidas em outras áreas de estudo, desta forma, a arte era aplicada sempre no final de uma experiência, ligando-se a ela através do conteúdo. Assim, estas três concepções de ensino de arte afloraram no Brasil, até a chegada dos anos de 1930 com tentativas de escolas especializadas¹³ em arte para crianças e adolescentes. Contudo, tais ideias foram interrompidas com a implantação do Estado Novo, em 1937, e em seu lugar, foi introduzido o argumento da arte como uma atividade para a liberação emocional da criança.

Por este prisma, a partir de 1947, começam a aparecer ateliês para crianças em várias cidades do Brasil, orientados por artistas que tinham como objetivo liberar a expressão da criança, fazendo com que ela se manifestasse livremente sem interferência do adulto, usando

¹³ Escola Brasileira de Arte criada em São Paulo, que atendia crianças de escolas públicas de oito a quatorze anos, que podiam gratuitamente estudar música, desenho e pintura. Essa instituição era baseada nos métodos de Theodoro Braga ao propor um ensino voltado para a natureza. Havia também cursos para crianças na Biblioteca Municipal Infantil, criado pelo Departamento de Cultura de São Paulo. Os cursos eram ministrados por Anita Malfatti, com o método da livre expressão e espontaneísmo.

lápiz, pincel, tinta, argila, dentre outros recursos. Nesse período, precisamente em 1948, surge à primeira Escolinha de Arte no Brasil (EAB), instalada no Estado do Rio de Janeiro, pelo artista Augusto Rodrigues. No que diz respeito à criação dessa Escolinha, Barbosa (1985, p. 15) salienta que,

A iniciativa de Augusto Rodrigues foi recebida com entusiasmo não somente pelos artistas de vanguarda da época (Clóvis Graciano, Alcides Rocha Miranda e outros), mas também pelos educadores envolvidos no processo de revitalização educacional, como Anísio Teixeira e Helena Antipoff.

A escolinha ganhou tal dimensão, que com o passar dos anos se expandiu para vários Estados, a maioria de cunho particular, ofertavam aulas de arte para crianças, adolescentes e adultos. Nesse sentido, de acordo com Barbosa (1985), naquele momento, elas se transformaram num centro para treinamento de professores de arte e artistas.

Passados dez anos após a implantação da EAB, precisamente em 1958, o governo federal cria classes experimentais, com o objetivo de investigar alternativas, experimentando variáveis para os currículos e programas organizados pelo Ministério de Educação. A partir deste momento, o governo decide criar um convênio com a EAB para inserção da arte nos currículos das escolas experimentais e a partir daí “as práticas das Escolinhas começaram a se fazer presentes na escola primária e secundária por meio das classes experimentais criadas no Brasil” (BARBOSA, 1985, p. 15).

Na prática, o ensino de arte vivenciada nas classes experimentais foi uma exploração de variedades de técnicas, com o emprego de pintura, desenho, impressão, dentre outros, estabelecidos pelo professor por meio de uma sequência didática, respeitando a evolução gráfica das crianças. Mas, apesar do entusiasmo dos educadores com as EAB, até então, ela não era valorizada como disciplina na educação básica, pois, embora a disciplina tenha se tornado obrigatório no currículo em 1971, como veremos no tópico seguinte, de forma tímida sua presença já existia na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024 de 1961 ao propor no artigo 38, § 4º, “atividades complementares de iniciação artística” (BRASIL, 1961, p. 1). Que sem uma área específica no currículo, serviu de apoio às disciplinas vigentes no currículo da época, isso porque “o conceito de arte se constituiu em uma atividade complementar de iniciação artística, isto é, foi reduzido à sugestão de tema, desenhos alusivos e comemorações cívicas e religiosas” (KUSSAKAWA; NEGRÃO, 2012, p. 7).

Para Barbosa (1995), a arte neste período foi utilizada como

[...] elemento integrativo entre as áreas cognitiva, afetiva e motora, dirigindo-se à formação global do indivíduo, continuou a ser dada fora da escola, nas escolinhas de Arte, que desenvolviam um trabalho sem garantia de continuidade pelo aluno, sujeita a uma série de variáveis, pouco estimulantes pelo professor quase sempre resultante do caráter complementar à Arte pelo sistema educativo” (BARBOSA, 1995, p. 100-101).

Uma década depois, a LDB/1961 é alterada pela Lei 5692/1971, que inseriu a disciplina de Educação Artística no currículo como veremos a seguir.

1.3 Disciplinarização da Educação Artística na Educação Brasileira

A obrigatoriedade da Educação Artística veio expressa na Lei Federal nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, em seu artigo 7º: “será obrigatória à inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” (BRASIL, 1971, p. 3). Questionamos por que a Educação Artística se tornou uma disciplina curricular obrigatória com a Lei 5.692/1971, como única disciplina do currículo na época que poderia mostrar abertura em relação à criatividade e que segundo Barbosa (1991), no período ditatorial, momento em que o contexto autoritário excluía a reflexão filosófica e a crítica.

Uma das hipóteses de Subtil (2012) é que a arte, enquanto uma “área historicamente ligada ao exercício da liberdade e da expressão criadora, deveria manter-se sob controle, tornar-se um instrumento a favor da conservação e dos objetivos desenvolvimentistas apregoados pela ditadura militar” (SUBTIL, 2012, p. 127). Ainda na concepção da autora, a obrigatoriedade da Educação Artística veio revestida de um discurso centrado no desenvolvimento individual dos educandos, embasada num caráter técnico-científico e com um planejamento rigoroso que escamoteava a crítica e a contradição.

No que tange a conquista da obrigatoriedade dessa disciplina, Barbosa (1991, p. 10) ressalta que,

Isto não foi uma conquista de arte-educadores brasileiros, mas uma criação ideológica de educadores norte-americanos que, sob um acordo oficial (MEC-USAID), reformulou a educação brasileira, estabelecendo em 1971 os objetivos e o currículo configurado na Lei Federal nº 5.692 de Diretrizes e Bases da Educação.

A criação e inserção da disciplina Educação Artística no currículo no período ditatorial tratou-se, portanto, de um mascaramento humanístico e nacionalista de uma lei extremamente tecnicista, como lembra Barbosa (1985). Desta forma,

Esta lei estabeleceu uma educação tecnologicamente orientada que começou a profissionalizar a criança na sétima série, sendo a escola secundária completamente profissionalizante. Esta foi uma maneira de proporcionar mão-de-obra barata para as companhias multinacionais que adquiriram grande poder econômico no país sob o regime da ditadura militar (1964 a 1983) (BARBOSA, 1991, p. 10).

Com a atuação polivalente expressa na Lei, um único professor deveria dominar as múltiplas linguagens¹⁴ da Arte, pois era exigido pelo currículo. Na concepção de Fusari e Ferraz (2001, p. 41- 42), desde sua implantação “observa-se que a Educação Artística é tratada de modo indefinido, o que fica patente na redação de um dos documentos explicativos da lei, ou seja, o Parecer nº 540/77 [...] no mesmo parecer fala-se na importância do “processo” de trabalho e estimulação da livre expressão”.

Essa reforma educacional, que estabeleceu o ensino de 1º e 2º graus assumia um caráter profissionalizante, explícito já no seu Art. 1: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a função necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo consciente da cidadania” (BRASIL, Lei nº 5.692/71). Assim a disciplina de Educação Artística fundamentou em sua prática pedagógica a valorização da livre expressão e a preparação técnica para o trabalho, este último, se acentuou ainda mais na década de 1980, pois as aulas estavam estreitamente relacionadas ao Ensino do Desenho e ao Trabalho, que tomou um sentido industrial, em particular, com os desenhos geométricos, como nos lembram Fusari e Ferraz (2001). Para as autoras

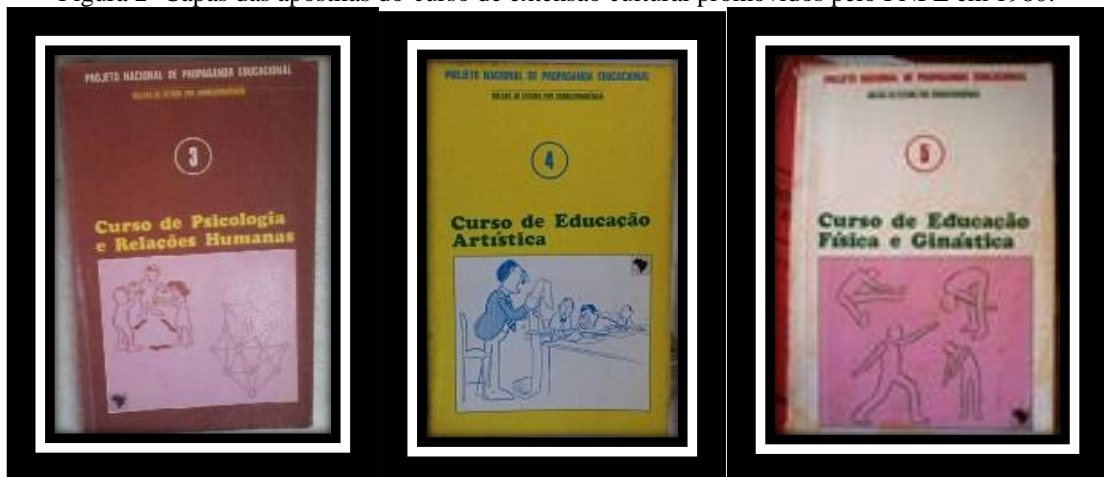
O desenho de ornatos e o desenho geométrico eram considerados ‘linguagens’ úteis para determinadas profissões e quando transformadas em conteúdo de Ensino, dava-se ênfase aos aspectos técnicos e científicos. Os professores exigiam e avaliavam esse conhecimento dos alunos agregando métodos que tinham por finalidade exercitar a vista, a mão, a inteligência, a imaginação (memórias e novas composições), o gosto e o senso moral (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 29).

Em consequência do contexto social da época, a disciplina de Educação Artística, estava voltada para a formação do aluno para a atuação nas fábricas. Identificamos essa

¹⁴ Atualmente, elaboraram-se novas classificações das artes, categorizando-as em sete, como já afirmamos no início deste capítulo (pintura, escultura, música, dança, arquitetura, poesia e cinema).

concepção de ensino na apostila intitulada *Curso de Educação Artística*, organizado pelo Projeto Nacional de Propaganda Educacional (PNPE), nº 4, publicado em 1980 no estado de São Paulo, com o intuito de oferecer ao estudante uma “linguagem clara, adequada a exposição das técnicas abordadas, fornecem-lhe dados para aquisição de um fundo de cultura tecnológica, subsídios para estudos posteriores em cursos da área oficial do ensino profissionalizante” (PNPE, 1980, p. 98). O documento se auto define como apostila de divulgação cultural com fins didáticos, para o curso de Educação Artística, contendo no total noventa e oito páginas. Convêm ressaltar, que além desta apostila, identificamos mais quatro¹⁵ volumes com outras habilitações todas publicadas pelo PNPE, em 1980, em São Paulo. Apresentamos abaixo algumas capas do curso de extensão cultural promovidos pelo PNPE, dentre elas, a apostila de número quatro do curso de Educação Artística.

Figura 2- Capas das apostilas do curso de extensão cultural promovidos pelo PNPE em 1980.



Fonte: Projeto Nacional de Propaganda Educacional (PNPE, 1980)

Visando ressaltar a importância de tal material, a última página da obra *Curso de Educação Artística* (nº 4) resalta que “estes cursos não devem faltar na estante do brasileiro consciente de que sua melhoria profissional determina, além de seu progresso individual, o efetivo desenvolvimento sócio-econômico do País” (PNPE, 1980, p. 98). É sabido que essa visão de educação como salvação para o desenvolvimento econômico estava apregoada no período ditatorial, juntamente com a implantação da Lei nº 5.692/71. Além disso, esta lei veio acompanhada de Atos e Pareceres que deram suporte para sua implantação. Nesse sentido, a apostila do curso de Educação Artística deixa explícita a influência da Lei nº 5.692 e do Parecer 853 na construção do seu sumário, ao dividir os conteúdos de Educação Artística em

¹⁵ Nº 1- Curso Prático de Contabilidade, nº 2- Curso Prático de Administração Empresarial, nº 3- Curso de Psicologia e Relações Humanas, nº 5- Curso de Educação Física e Ginástica. Estes volumes foram localizados por meio do site: <https://www.estantevirtual.com.br/editora/pnpe>.

áreas de expressão e comunicação: parte I- expressão oral; parte II- expressão escrita; parte III- expressão plástica; parte IV- expressão musical e parte V- expressão corporal.

A primeira está relacionada com a *Expressão Oral*, apresentando técnicas para o estudante aprender a falar em público. A segunda parte, *Expressão Escrita*, expõe técnicas de redação e um glossário visando auxiliar o problema de linguagens, obedecendo às modificações determinadas pelo Acordo Interacadêmico entre Brasil e Portugal. A terceira parte está relacionada à *Expressão Plástica*, apresentando técnicas de pintura em gessos, cerâmicas e couros. A quarta parte, *Expressão Musical*, mostra a escrita musical (partitura) e suas notações com ilustrações de imagens em preto e branco.

Por fim, a quinta parte intitulada *Expressão Corporal*, apresenta técnicas de relaxamento, como por exemplo, o ato de bocejar, respirar, estirar e retrair o corpo. No final da apostila consta um “teste”, com dez questões relacionadas aos conteúdos de Educação Artística. No topo da prova constam os seguintes detalhes: “Assinale com um X as questões corretas deste teste. Recorte-o e o remeta ao PNPE num envelope assim sobrescrito: Ao PNPE”. Os que tivessem apresentado “respostas satisfatórias” receberiam “pelos Correios, inteiramente grátis, um artístico CERTIFICADO DE APROVEITAMENTO” (PNPE, 1980, p. 95-96, grifo do autor).

Apesar de toda a mobilização para a inserção de uma educação tecnologicamente orientada para profissionalizar a criança ainda na sétima série, sendo a escola secundária completamente profissionalizante, como revela Barbosa (1991), com a falta de recursos humanos e materiais, as instituições com ensino secundário reconheceram a impossibilidade de ofertarem a parte profissionalizante do currículo, além disso, “as próprias secretarias e conselhos estaduais de educação não estavam aparelhados para enfrentar a magnitude das alterações necessárias para adequar a rede de ensino as determinações da lei” (SOUZA, 2008, p. 275), pois, a estrutura educacional do ensino de 2º grau, totalmente profissionalizante, precisava adaptar-se às novas exigências. Para isso,

Era preciso, além de ampliar a matrícula, adaptar todos os antigos estabelecimentos de ensino secundário para oferecimento de formação técnica profissional, o que implicava a instalação de oficinas, compra de equipamentos, montagem de infraestrutura adequada e capacitação de professores para as disciplinas da formação profissional. Tendo em vista a complexidade e o ônus dessa reestruturação, a lei previa a máxima racionalização dos recursos materiais e humanos para a implantação da reforma (SOUZA, 2008, p. 268).

Na concepção de Barbosa (2014, p. 10):

Como as escolas continuaram pobres, sem laboratórios que se assemelhassem aos que eram operados nas indústrias, os resultados para aumentar a empregabilidade dos jovens foram nulos. Por outro lado, o fosso entre elite e pobreza se aprofundou, pois as escolas particulares continuaram preparando os estudantes para o vestibular, para a entrada na universidade, embora os currículos fingissem formar técnicos. Enquanto isso o ensino médio público nem preparava para o acesso a universidade nem formava técnicos assimiláveis pelo mercado.

Perante tais dificuldades, em 1975, o Conselho Federal de Educação (CFE) reavaliou a legislação e considerou inviável que todas as escolas de 2º grau se transformassem em técnicas. Com a ineficácia da reforma em todo país, em 1982 ela é eliminada pela Lei nº 7.044/82 aprovada pelo Congresso Nacional. Sendo assim, “o ensino de 2º grau voltou a se constituir em escolas técnicas profissionalizantes e escolas de educação geral” (SOUZA, 2008, p. 276). De acordo Barbosa (1991), a politização dos arte-educadores começou em 1980 na Semana de Arte e Ensino, entre os dias 15 e 19 de setembro na USP, com o encontro de 2.700 arte-educadores que trataram dos aspectos políticos e regionais, visando sanar problemas que se estendiam desde o período da implantação da disciplina. Esse encontro foi muito significativo para os arte-educadores, gerando “a necessidade de organizações associativas profissionais a fim de abrir o diálogo com os políticos locais e regionalizar os procedimentos com respeito à diversidade cultural do país”. (BARBOSA, 1991, p.13-14).

Após esse encontro foram criadas Associações Estaduais de Arte Educação, servindo como apoio e base aos arte-educadores. Assim, surge em 1982 à primeira associação estadual, Associação de Arte-Educadores de São Paulo (AESP), seguida pela criação da Associação de Arte-Educadores do Nordeste (ANARTE), Associação de Arte-Educadores do Rio Grande do Sul (AGA), Associação dos Profissionais em Arte-Educação do Paraná (APAEP) e em 1987, Associação Sul-mato-grossense de Arte Educadores (ASMAE) e a Federação dos Arte-Educadores do Brasil (FAEB). Apesar de 1980 ser considerada a década de crítica à educação imposta pela ditadura militar e da pesquisa por soluções para o ensino de arte, é somente em 1988¹⁶, que novos princípios sobre a Arte são inseridos na constituição da Nova República.

2 A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NO CONTEXTO DA LEI Nº 5.692/71 EM MATO GROSSO (DO SUL)

¹⁶ Considerando nosso recorte temporal de 1971 a 1982, não abordaremos as concepções artísticas advindas através da Nova República. Contudo, para se aprofundar no assunto, ler Barbosa (2012).

No currículo estabelecido em 1971, as artes eram aparentemente a única matéria que poderia mostrar abertura em relação às humanidades e ao trabalho criativo, porque mesmo filosofia e história foram eliminadas do currículo.

(BARBOSA, 1991, p. 9)

A partir da afirmação de Ana Mae Barbosa, indagamos sobre os fundamentos teóricos da Lei nº 5.692/71, que propôs no artigo 7º a obrigatoriedade da Educação Artística nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus¹⁷, que contraditoriamente ou talvez nem tanto, como apresentaremos em seguida, inseriu a Educação Artística no contexto autoritário do golpe militar, num período que excluía a reflexão filosófica e a livre expressão. Para tanto, analisamos neste capítulo a obrigatoriedade da Educação Artística por meio da referida lei, com o intuito de evidenciar seus fundamentos teóricos, problematizando-os através de documentos legais e publicações da época em Mato Grosso (do Sul). Nesse sentido, retornamos a lei com base nos seus documentos fundantes e as publicações que os embasaram. Além disso, utilizamos autores que analisam os fundamentos e objetivos da lei, tais como: Barbosa (1991; 2014), Subtil (2009; 2012), Dia e Lara (2012), Martini (2010) e Martins (2014).

Nossa intenção não é abarcar a totalidade da problematização aqui levantada, mas trazer um olhar crítico para compreender as causas que trouxeram uma feição didático-pedagógica para à arte neste período. Dessa forma, objetivamos entender como a arte se disciplinarizou (CHERVEL, 1990) e, mesmo completando 47 anos de promulgação em 2018, resquícios do passado se refletem ainda hoje no ambiente escolar. Nossos questionamentos vão do âmbito nacional ao regional, considerando nosso foco em Mato Grosso (do Sul). Para apresentar tal discussão dividimos o presente capítulo em duas partes: 2.1 “A Lei nº 5.692 - Fundamentos Teóricos para a Implantação da Educação Artística” e 2.2 “Educação Artística: Interpretações da Lei no Estado de Mato Grosso (do Sul)”.

2.1 A Lei nº 5.692 - Fundamentos Teóricos para a Implantação da Educação Artística

A partir do golpe militar de 1964 articulou-se uma tendência tecnicista na educação brasileira, com o discurso de ser necessária “para garantir a continuidade da ordem

¹⁷ A Lei Federal n. 5.692 de 11 de agosto de 1971, prevê em seu artigo 7º que “será obrigatória à inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” (BRASIL, 1971, p. 3).

socioeconômica” incutindo na população a ideologia do “nacionalismo desenvolvimentista”, como ressalta Saviani (2006, p. 21). Por este prisma, a década de 1970 é marcada pelo crescimento econômico, conhecido como milagre brasileiro e a educação era vista como um fator determinante para esse desenvolvimento, contudo, para isso eram necessários mudanças no sistema educacional, visando atender às necessidades de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Assim, em 1971, as adequações foram realizadas através da Lei nº 5.692, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Dessa lei, nos interessa compreender de modo mais específico, como a disciplina de Educação Artística, ministrada no ensino de 1º e 2º graus, contribuiria para o objetivo geral da lei, ao “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971, p. 1), considerando que, a partir da Lei nº 5.692/71, foi criado um documento específico para a disciplina, publicado no ano de 1981, em nível nacional, que expõe claramente para os leitores, em específico, para os professores de Educação Artística os conteúdos e objetivos esperados pelo governo por meio desta disciplina.

Após a criação da lei, houve a fixação do Núcleo – Comum pelo Parecer 853/1971, numa perspectiva integradora, desta forma, o currículo ficou organizado em três grandes linhas de matérias: Comunicação e Expressão; Estudos Sociais e Ciências. Para Martini (2010, p. 16), o “fato da disciplina de Educação Artística pertencer à área de “Comunicação e Expressão”, professores formados em “Letras”, “Técnicas Domésticas” e “Técnicas Industriais” também podiam ministrar aulas de Arte”.

Nesse sentido, com base no Parecer 853/1971, apresentamos no quadro 2 a presença da Educação Artística e seu conteúdo dentro da matéria comunicação e expressão:

Quadro 2- Presença da Educação Artística e seu conteúdo dentro da matéria comunicação e expressão (Currículo de 1980).

NÚCLEO COMUM		
Comunicação e Expressão	Estudos Sociais	Ciências
Comunicação em Língua Portuguesa: Leitura Escrita Comunicação Oral Fala Escrita Ortografia Gramática Caligrafia	Estudos Sociais: História Geografia Organização Social e Política do Brasil Sociologia Antropologia Política Economia	Ciências Físicas e Biológicas: Física Química Biologia Ecologia Mineralogia Geo-ciências

Comunicação escrita pessoal Literatura		
Educação Artística: Artes Plásticas Arte Musical Teatro Cinema Declamação Dança Desenho	Ensino Religioso	Programas de Saúde
Educação Física: Jogos Recreação Ginástica	Educação Moral e Cívica	Matemática: Teoria de conjuntos Sistema de numeração Operações Frações Sistema de Medidas Geometria
Língua Estrangeira Moderna	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado pela autora (BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino 1º e 2º Graus. A Escola de 1º Grau e o Currículo 1980, p. 30-31), grifo nosso

De acordo com a apresentação inicial da coletânea¹⁸ *Educação Artística Leis e Pareceres*, de autoria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em parceria com a Secretaria de ensino de 1º e 2º Graus esta coletânea diz “reunir em uma só publicação, toda a legislação pertinente, e conseqüentemente, tornar acessível a todos, os instrumentos legais aos quais estão sujeitas todas as ações educacionais dessa área de ensino” (BRASIL, Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 5), no caso aqui, a Educação Artística.

Fazendo um comparativo dos conteúdos de Educação Artística apresentados no quadro 2, com as habilidades indicadas pela coletânea, ao considerar os “mínimos desejados em cada matéria do núcleo comum”, verificamos que as ideias são vagas e praticamente não contemplam as habilidades para a Educação Artística, conforme apresentamos abaixo.

- Interpretar com eficiência mensagens lidas, escritas, ouvidas e vistas;
- Elaborar e transmitir mensagens através de linguagem verbal e/ou não verbal, organizando-as conforme o receptor, assunto, contexto e objetivo;
- Expressar, de forma criativa, idéias, sentimentos e emoções através de recursos linguísticos, sonoros, plásticos e corporais;
- Inferir, pelo uso do idioma, suas principais relações sistemáticas;
- Ler expressiva e compreensivelmente;
- Utilizar-se com eficiência, de fontes de referencia, como dicionários, enciclopédias, livros e periódicos;
- Grafar corretamente palavras da linguagem usual (BRASIL, Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 16).

¹⁸ Nome elucidado na apresentação da obra, de acordo com o Secretário da época do Ensino de 1º e 2º Graus, Antônio de Albuquerque Sousa Filho.

Observa-se que o “mínimo desejável” em Comunicação e Expressão estava literalmente voltado para habilidades da língua portuguesa. Ressaltamos apenas o terceiro tópico que faz menção aos objetivos para a Educação Artística, que era “expressar, de forma criativa, idéias, sentimentos e emoções através de recursos linguísticos, sonoros, plásticos e corporais” (BRASIL, Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 16).

A coletânea referenciada acima foi organizada com o intuito de “enriquecer e complementar o ementário sobre a Legislação em vigor referente à formação de pessoal para a Educação Artística” (BRASIL, Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 9), sendo depositados cinco exemplares dela na Biblioteca Nacional, conforme consta em sua contracapa. A Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC a editou visando abarcar textos legais relacionados à Educação Artística, compilados pela professora Maria Lúcia Thiessen da equipe do Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte na Educação (Prodiarte), que, além disso, já ocupou os cargos¹⁹ como assessora técnica de Coordenadoria de Educação Pré-escolar do Ministério da Educação e Membro do Conselho técnico do Comitê Brasileiro da Organização Mundial de Educação Pré-escolar (OMEP), autora de três²⁰ livros que tratam da educação pré-escolar.

O Prodiarte, por sua vez, foi criado em 1977 pela Direção Geral do Departamento de Ensino Fundamental (DEF) do MEC, com a finalidade de dar apoio as Unidades Federadas na implementação e/ou redirecionamento da Educação Artística nas redes de ensino de 1º grau. Para Barbosa (2014), diante do estado de indigência do ensino da arte, o Prodiarte foi criado com o intuito de integrar a cultura da comunidade com a escola, oferecendo aos sistemas de ensino, cooperação técnica e financeira a projetos de estímulos a Educação Artística. Para isso, estabeleceram-se convênios com órgãos estaduais e universidades.

Segundo a autora, os programas de maior consistência foram os levados a efeito em 1978 nos estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Os objetivos de todos os programas do Prodiarte podem ser resumidos no enunciado do projeto de Pernambuco, o melhor definido teoricamente: Objetivo Geral: Concorrer para a expansão e a melhoria da Educação Artística na escola de primeiro grau. Objetivos específicos: Enriquecer a

¹⁹ Dados extraídos do Livro - THIESSEN, Maria Lucia; BEAL, Ana Rosa. Pré-Escola, Tempo de Educar. São Paulo: Ática, 1987.

²⁰ O primeiro já citado acima - Pré-Escola, Tempo de Educar de 1987. O segundo de BEAL, Ana Rosa; THIESSEN, Maria Lúcia. Uni-duni-tê: desafios na pré-escola. São Paulo: Ed. Ática, 1999. E por fim o terceiro, THIESSEN, Maria Lucia; DIDONET, Vital; AGOST, Mariana. Atendimento Ao Pré Escolar Vol.1. MEC, 5ª ed. Brasília-DF, 1983.

experiência criadora de professores e alunos. Promover o encontro entre o artesão e o aluno. Valorizar o artesão e a produção artística junto à comunidade (BARBOSA, 2014, p. 11).

Para garantir uma integração mais profunda entre as experiências de cada Unidade Federada e uma análise mais objetiva das alternativas de ações e das possibilidades de retroalimentação dos projetos, o Prodiarte/MEC optou pela realização de encontros regionais como estratégia de Cooperação Técnica. Esta estratégia, além de menos onerosa para se oferecer um atendimento abrangente, permite aos técnicos do MEC maior período de convivência com os coordenadores em cada Universidade Federal (UF) e, ao mesmo tempo, a verificação em campo das atividades desenvolvidas (MEC, Programa de Desenvolvimento Integrado da Arte na Educação, 1981).

Somente em 1980 no Relatório dos Encontros de Cooperação Técnica de 1981, localizamos no item V do sumário, a apresentação do desenvolvimento referente ao III Encontro Regional ²¹, que ocorreu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, órgão da administração da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS) e MEC, que reuniu dez representantes de Unidades Federadas, contemplando entre elas, os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. De acordo com este documento:

Em abril, houve reunião com a presença de artistas, artesãos da comunidade e 02 elementos responsáveis pelas atividades culturais da Agenda Especial de Educação de Campo Grande com os objetivos de informar sobre a operacionalização do Projeto em Mato Grosso do Sul, analisar o Subsídio de Orientação "PRODIARTE/16" e apresentar os resultados dos trabalhos realizados no ano de 1980. [...] O projeto foi implantado, em maio do corrente ano, no município de Três Lagoas envolvendo 03 escolas estaduais, 03 supervisores, 03 diretores e 24 professores. [...] Foram atingidas 35 escolas de Campo Grande e 10.721 alunos através de artistas e artesãos da comunidade num atendimento quinzenal as escolas estaduais (23) e municipais (12) (MEC, Programa de Desenvolvimento Integrado da Arte na Educação, 1981, p. 76-77).

Dessa forma, os Encontros Regionais do Prodiarte realizaram-se para:

1 - Dar oportunidade às Unidades Federadas de apresentarem suas dificuldades no desenvolvimento do projeto, identificando causas e possíveis soluções;

²¹ Este dado foi extraído do Relatório dos Encontros de Cooperação Técnica Prodiarte, publicado em Brasília-DF em 1981. Disponível no site do Domínio público, através do link: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001890.pdf>.

- 2 - Enfatizar a Ed. Artística como fator de equilíbrio psíquico e de dinamização de processos mentais;
- 3 - Desenvolver a capacidade técnica das equipes estaduais de incentivar a participação de elementos da comunidade no desenvolvimento da Ed. Artística, segundo as características culturais locais;
- 4 - Instrumentalizar os técnicos participantes para a função de multiplicadores do projeto em seus sistemas de ensino;
- 5 - Detectar aspectos relevantes dos Projetos a fim de apresentá-los no Seminário Nacional (MEC, Programa de Desenvolvimento Integrado da Arte na Educação, 1981, p. 5).

Na visão das autoras Dia e Lara (2012) o Prodiarte foi uma tentativa de implantar a Educação Artística nas escolas, pois, apesar de ter sido inserida em 1971, ela não era valorizada como as demais disciplinas do currículo, mas como atividade educativa, conforme fica evidente no Parecer nº 540/77 que veremos adiante.

A Lei nº 5.692 ao estipular a obrigatoriedade da Educação Artística no ensino regular culminou na busca por formação na “nova área” e de forma rápida. “Isso desencadeou uma série de tentativas de formação de professores em grande escala sem antecedentes, o que causou grandes críticas pelos profissionais da época” (DIA; LARA, 2012, p. 924). Dessa forma, entende-se que o Prodiarte, bem como, os cursos de graduações de licenciaturas curtas, os cursos rápidos e as parcerias com a EAB foram uma tentativa de inserir a Educação Artística nas escolas.

A seguir organizamos as discussões sobre a Educação Artística em duas partes: 1.2.1 Educação Artística no currículo de 1º e 2º Graus e 1.2.2 A Formação do Professor de Educação Artística. Em ambas questionamos os atos oficiais, resoluções e pareceres que tratam da Educação Artística, bem como, seus fundamentos teóricos.

1.2.1 Educação Artística no Currículo de 1º e 2º Graus

A implantação da Lei nº 5.692/71 para o ensino de 1º e 2º graus veio acompanhada por atos complementares e pareceres que deram suporte a sua instalação. Nesse sentido, apresentamos a seguir o Parecer 540/77, que dispõe sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7º da Lei 5.692/71. De início, a obrigatoriedade da Educação Artística foi motivo de comemoração entre os arte-educadores, pois “atendia a demandas da área por valorização desse ensino além de contemplar o resultado de debates teóricos sobre criatividade e livre expressão. No entanto, não colocou em pauta as propostas

de artistas e movimentos artísticos que se envolveram numa arte mais engajada” (SUBTIL, 2012, p. 130).

As palavras da autora nos fazem pensar que, ao selecionar destinados saberes para o ensino de arte, excluindo no caso, discussões e produções com o olhar crítico e revolucionário para arte, assegurariam a ordem por meio do controle social dos indivíduos.

De acordo com o Parecer 540/77:

A partir da série escolhida pela escola, nunca acima da quinta série, [...] as escolas deverão contar com professores de Educação Artística, preferencialmente polivalentes no 1º grau. Mas o trabalho deve se desenvolver sempre que possível por atividades e sem qualquer preocupação seletiva. A propósito, a verificação da aprendizagem nas atividades que visem especificamente a Educação Artística nas escolas de 1º e 2º graus não se harmoniza também com a utilização de critérios formais (BRASIL, Parecer 540/1977, p. 26).

Por este prisma, consta ainda neste mesmo parecer que o,

núcleo-comum não há de ser encarado isoladamente (art.2.º), se em termos de currículo, como já proclamavam os educadores do século XVIII, “tudo está em tudo”. A Língua Portuguesa não pode estar separada, enquanto forma de Comunicação e Expressão, de Educação Artística ou de um Desenho que se lhe acrescentem, sob pena de inevitável empobrecimento. A Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil adquirem tanto mais sentido e vigor quanto mais se interpenetram com vistas a integração do aluno ao meio próximo e remoto; e para isso muito hão de contribuir atividades como as de Educação Física, Educação Artística e Educação Cívica [...] (BRASIL, Parecer 540/1977, p. 176-177).

Cabe aqui uma tomada de posição em relação à concepção da Educação Artística enquanto uma atividade integrada como parte do núcleo comum, junto com as disciplinas de Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras e Educação Física no campo da comunicação e expressão. Para Martins (2014), os professores que ministravam esta disciplina se sentiam despreparados e ameaçados ao perceberem que sua formação e saberes específicos haviam sido transformados em atividades artísticas e que na prática deveria abordar todas as linguagens, excluindo os conteúdos específicos de cada área.

Com base nos encaminhamentos legais, nota-se a dialética afirmação/negação da Lei nº 5.692/71, primeiro ao tornar obrigatório o ensino de arte e segundo por desconsiderar a formação específica de cada linguagem artística. Essa atuação polivalente do professor de Educação Artística considerava que um único professor, deveria dominar todas as linguagens artísticas, ou seja, artes plásticas, música, teatro e dança.

Consta ainda no parecer 540/77 que,

A Educação Artística não se dirigirá, pois, a um determinado terreno estético. Ela se deterá, antes de tudo, na expressão e na comunicação, no aguçamento da sensibilidade que instrumentaliza para a apreciação, no desenvolvimento da imaginação, em ensinar a sentir, em ensinar a ver como se ensina a ler, na formação menos de artistas do que de apreciadores de arte, o que tem a ver diretamente com o lazer - preocupação colocada na ordem do dia por sociólogos de todo o mundo, e com qualidade da vida (BRASIL, Parecer 540/1977, p. 26).

No trecho acima objetiva-se esclarecer as perspectivas acerca da função e dos objetivos desta disciplina, evidenciando ainda as expectativas em relação à inserção da Educação Artística na realidade escolar. Nota-se que o objetivo era propor o desenvolvimento criativo do aluno e que tais atividades fossem prazerosas, ou seja, relacionadas com “lazer” visando à qualidade de vida. Para Martini (2010, p. 17) “na época era valorizado um ensino que propiciava apenas o desenvolvimento pessoal do aluno – a livre expressão, de forma que ele pudesse, através da arte, “exteriorizar a sua sensibilidade””. Para Sutil (2012), ao invés disso, houve como resultado a aplicação de ideias vagas e imprecisas sobre a função da Educação Artística, culminando na descaracterização da área.

Além disso, na concepção de Martins (2014, p. 2) “mesmo que a intenção da Educação Artística fosse colocar a arte em função da educação global do indivíduo, as práticas pedagógicas relacionadas a essa disciplina privilegiavam as artes plásticas” e em sua prática profissional encontrava certa dificuldade em abordar as quatro linguagens artísticas. Na sequência, pretendo aprofundar a reflexão sobre a formação do professor de Educação Artística.

1.2.2 A Formação do Professor de Educação Artística

No que diz respeito à formação do professor, de acordo com o Artigo 29 da Lei nº 5.692/71:

A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se as diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda os objetivos específicos de cada grau, as características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades, e as fases de desenvolvimento dos educandos (BRASIL, 1971, p. 6).

Neste trecho, percebe-se a necessidade de oferecer aos profissionais a elevação progressiva dos profissionais que desejavam atuar no ensino de 1º e 2º graus com o intuito de equacionar os objetivos específicos de cada grau. Diz ainda, respeitar as especificidades de cada região para o desenvolvimento do aluno, essa especificidade de cada região pode ser verificada no documento elaborado pelo estado de Mato Grosso do Sul (1981), que será apresentado e discutido no item 2.2 Educação Artística: Interpretações da Lei no estado de Mato Grosso (do Sul).

A coletânea *Educação Artística Leis e Pareceres*, referenciada anteriormente, expõe em seus fundamentos teóricos algumas considerações a respeito deste profissional com base na Lei nº 5.692 ao expor que os sistemas de ensino estimularão “o aperfeiçoamento e atualização constantes dos seus professores e especialistas de Educação (Lei nº. 5.692, art. 38), fixando-lhes remuneração que deverá crescer conforme a maior qualificação que adquiram “em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização” (Lei nº 5.692, art. 39)” (BRASIL, Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 19).

Em ambos os artigos nota-se que o crescimento salarial do professor seria de acordo com sua qualificação profissional. Contudo, nos perguntamos se de fato tais cursos eram ofertados, pois somente em 1973, dois anos após a obrigatoriedade da Educação Artística no currículo escolar é que foram implantados os cursos universitários de curta duração para formação dos arte-educadores.

Portanto, após a obrigatoriedade da Educação Artística em 1971, demorou dois anos para ser instalado pelo governo federal o curso de licenciatura nesta área e mais dois para formar a primeira turma, isso significa que somente quatro anos após a lei ser implantada, é que de fato, haveria professores formados. Nesse sentido, questionamos quantas instituições de formação de professores de Educação Artística existiam em nível nacional? De acordo com Biasoli (1999, p. 8), a formação destes profissionais, não só no Brasil, “continua sendo feita de modo precário, desarticulada tanto em relação à teoria e a prática, como em relação ao conhecimento da arte e ao conhecimento pedagógico”.

No que diz respeito à criação de cursos de pós-graduação em arte-educação no Brasil, temos em 1968 o primeiro curso de História da Arte oferecido pelo Departamento de História da USP, Contudo, com a Reforma Universitária, o Departamento de História perdeu a disciplina em 1970 para a Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, que veio a oferecer em 1972, o mestrado em Artes, sendo credenciado formalmente em 1974. Mais adiante, precisamente em 1980, surgiria na mesma unidade o doutorado em Artes. Vale

ressaltar, que após a década de 1980²², tivemos um avanço nos cursos de pós-graduação na área de Artes no Brasil.

De acordo com a Indicação CFE nº 23/73 ²³, “para o ensino de 1º e 2º graus como para os cursos superiores que lhe preparam os professores, os estudos gerais deverão compreender os campos de Ciências, Estudos Sociais e Comunicação e Expressão” (BRASIL, Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 29). Nesse sentido, para os estudos superiores destinados à formação de professores para as atividades, áreas de estudo e disciplinas de educação geral, no ensino de 1º e 2º graus, compreendiam estes três campos de conhecimentos que se classificavam de acordo com as matérias do núcleo comum.

Ao todo havia cinco cursos de licenciatura. O campo de ciências oferecia o Curso de Ciências; o Campo de Estudos Sociais oferecia o Curso de Estudos Sociais e o Campo de Comunicação e Expressão oferecia os Cursos de Letras, Educação Artística e Educação Física (BRASIL, Educação Artística Leis e Pareceres, 1981).

Nota-se que o Curso de Educação Artística encontra-se integrado a área de comunicação e expressão, criado pelo Governo em 1973, com as seguintes habilitações- Música, Artes Plásticas, Desenho, Artes Cênicas, fixadas por meio da Indicação nº 22/73 pela Câmara de Ensino Superior (BRASIL, Educação Artística Leis e Pareceres, 1981). Dessa maneira, o curso era caracterizado por ter uma formação polivalente com as seguintes matérias apresentadas no quadro 3:

Quadro 3 - Disciplinas do currículo o Curso de Educação Artística para Licenciatura de 1º grau e Licenciatura Plena de 1973.

HABILITAÇÃO	DURAÇÃO	PARTE COMUM	PARTE DIVERSIFICADA
			HABILITAÇÃO EM ARTES PLÁSTICAS
		Fundamentos da Expressão e Comunicação humanas	Evolução das Artes Visuais; Fundamentos da Linguagem Visual; Análise e Exercício de Técnicas e Materiais Expressivos; Técnicas de Expressão e Comunicação Visuais.

²² Em 1985, surgem dois novos mestrados: em História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em Múltiplos no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em 1989, a UNICAMP abre também o mestrado em Artes. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o mestrado em Artes Visuais tem início em 1991, mesmo ano em que surge o mestrado em Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Em 1992 é a vez da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ter seu mestrado em Artes, na Escola de Belas Artes da Bahia.

²³ A indicação n. 22/73 foi aprovada no dia 6 de fevereiro de 1973, na qual adotou a indicação apresentada pelo Conselheiro Valnir Chagas em que se refere aos cursos e habilitações das licenciaturas. De acordo com o documento, esta indicação é reapresentada após ouvir as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e as Unidades de Educação das Universidades.

Licenciatura de 1º Grau – Habilitação geral em Educação Artística	2 anos	Estética e História da Arte	HABILITAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
		Folclore Brasileiro	Evolução do Teatro e da Dança; Expressão Corporal e Vocal; Encenação; Cenografia; Técnicas de Teatro e Dança.
		Formas de Expressão e Comunicação Artística	HABILITAÇÃO EM MÚSICA
Licenciatura Plena- Habilitação Geral + específicas	4 anos	-----	Evolução da Música; Linguagem e Estruturação Musicais; Técnicas de Expressão Vocal; Práticas Instrumentais; Regência.
		-----	HABILITAÇÃO EM DESENHO
		-----	Evolução das técnicas de Representação Gráfica; Linguagem Instrumental das Técnicas de Representação Gráfica (Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Perspectivas); Técnicas de Representação Gráfica (Desenho Mecânico, Topográfico, Arquitetônico e de Interiores); Técnicas Industriais; Introdução ao Desenho Industrial.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (BRASIL, 1981, p. 39-40)

Com base no quadro 3, entende-se que, o curso de Educação Artística era estruturado como licenciatura de 1º grau, de curta duração, ou como licenciatura plena, ou abrangendo simultaneamente ambas as modalidades de duração, de acordo com os planos de cada instituição. Nesse sentido, o governo federal considerava hábil em apenas dois anos, formar um profissional competente em lecionar essa nova disciplina inserida no currículo, bem como, dominar as múltiplas linguagens para alunos de 1º e 2º Graus. Na concepção de Martini (2010, p. 15) essa “polivalência legitimou-se a partir da crise que o ensino da Educação Artística sofreu depois da Lei nº 5.692/71, que levou os educadores de Arte a lecionar todas as diferentes linguagens artísticas (Artes Cênicas, Música e Artes Plásticas) sem terem, para isso, formação compatível”.

Concordamos com Barbosa (1991), ao considerar um absurdo epistemológico, em apenas dois anos, preparar um estudante como professor de tantas habilidades artísticas, com um currículo mínimo, caracterizado por uma formação polivalente, que concebeu um ensino com formação precária. Como consequência da falta de preparo destes profissionais, as aulas de Educação Artística ficavam prejudicadas e com a existência de poucos cursos de formação de professores na área, as aulas de Educação Artística sofriam com a falta de professores

capacitados para atender o perfil da disciplina. Por esse prisma, as aulas de Educação Artística eram ministradas por professores graduados em outras áreas, como lembram Fusari e Ferraz (2001). As autoras destacam ainda que, com o surgimento da nova disciplina, surgem os problemas típicos do novo, a dúvida, a falta de preparo de um professor específico para tal área.

Deste modo, “despreparados e inseguros, os professores de Arte passam a apoiar-se cada vez mais nos livros didáticos de Educação Artística, produzido para o seu consumo pela “indústria cultural” desde o final da década de 70” (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 42). Portanto, as aulas de Educação Artística deveriam abarcar todas as linguagens, num período em que a “política educacional tinha como preocupação a inserção imediata do indivíduo no mercado de trabalho” (MARTINS, 2014, p. 2). De acordo com Barbosa (1991, p.16) “os cursos de atualização ou treinamento financiados pelo governo para professores de arte de escolas públicas primárias e secundárias começaram a acontecer após a ditadura militar”. A seguir apresentamos a análise dos documentos sobre a Educação Artística produzidos no estado de Mato Grosso (do Sul).

2.2 Educação Artística: Interpretações da Lei no Estado de Mato Grosso (do Sul)

Desde a obrigatoriedade da Educação Artística nas escolas em 1971, questionava-se como seria trabalhada esta disciplina e no estado de Mato Grosso (do Sul) não foi diferente. Tendo em vista que, desde os primeiros anos após a divisão do estado de Mato Grosso e instalação de Mato Grosso do Sul, a disciplina de Educação Artística já fazia parte do currículo nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus, como indica Pintor (2017).

Visando compreender quais eram os objetivos e conteúdos propostos pelo estado de Mato Grosso (do Sul) para a disciplina de Educação Artística nas décadas de 1970 a 1980, apresentamos a seguir, três documentos, sendo dois produzidos por este Estado e o terceiro realizado pelo MEC juntamente com o Prodiarte.

2.2.1 Informativo da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso: Jornal Monitor

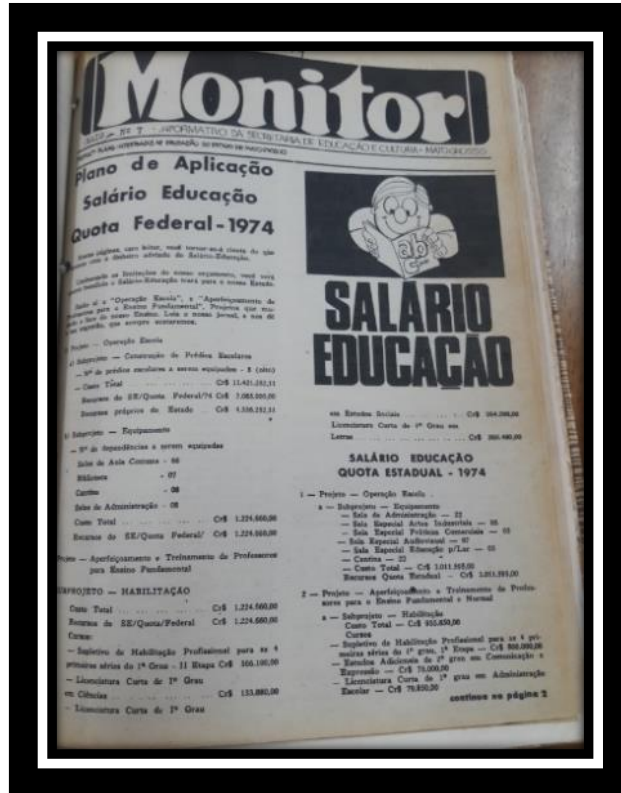
O primeiro documento se auto define enquanto um jornal, com o intuito de informar ao leitor assuntos relacionados com a Educação no Estado. O exemplar que temos disponível para análise é de maio de 1974. A localização e o acesso a essa única edição do impresso foram feitas no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande

Dourados (UFGD). Acreditamos que tenham existido outras edições, tendo em vista que a edição localizada é de Nº 7, também não sabemos sua periodicidade e seu tempo de circulação. Entretanto, sabemos que se tratava de um informativo produzido pela Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso, em parceria com o Plano Integrado de educação do estado de Mato Grosso (PIEMAT), este plano foi criado em 1971 durante o governo de José Manoel F. Fragelli com duração até 1975 no fim de seu mandato. Das dezesseis páginas do jornal, quatro, estão destinadas especificamente para os professores de Educação Artística, tais páginas serão apresentadas e analisadas no decorrer deste texto.

O jornal “Monitor”, com nome sugestivo e estratégico, apresenta um duplo sentido. A primeira é que o seu nome nos faz acreditar que as ações na educação do Estado estavam sendo “monitoradas” pelo Governo atuante, ao destacar, por exemplo, a finalidade do “dinheiro advindo do Salário-Educação” (MONITOR, 1974, p. 1). Já a segunda seria que ao invés de monitorar, no sentido de vigiar, poderia ter o sentido de nortear e auxiliar o povo Mato-grossense diante dos acontecimentos e ações realizados no Estado, já que em sua primeira página revela que, após a leitura do jornal, o “caro leitor” estaria ciente dos investimentos e gastos do Governo. Além disso, o leitor poderia dar sugestões, que de acordo com o jornal, eles “sempre” acatariam.

O periódico trata de diferentes assuntos, tanto textuais, quanto imagéticos, contudo, todos relacionados à educação. Dentre os conteúdos abordados pelo jornal estão: salário educação; caixa escolar e anuidade; reflexões sobre o ensino de 2º grau; divisão do ensino de IIº grau; sugestões de atividades para os professores de Educação Artística; programa do livro didático; informações sobre música; cursos supletivos; normas da SEC; relação de documentos para registrar-se como professor no ensino de 1º grau; jogos estudantis brasileiros; apresentação de grupos teatrais de Mato Grosso e por fim na última página uma ilustração em forma de história em quadrinhos na qual um lápis desenha o modelo do uniforme escolar contendo o brasão do Estado. Convém dizer, que todos os textos e imagens desse periódico foram impressos em preto e branco. Abaixo apresentamos a capa do Jornal *Monitor*.

Figura 3- Capa do jornal Monitor do estado de Mato Grosso (1974).



Fonte: MONITOR, nº 7, maio/1974, p. 1

Como havíamos mencionado, uma matéria do jornal nos chamou atenção com o seguinte título, *Aos Professores de Educação Artística*. Tal matéria apresenta habilidades esperadas para os conteúdos desta disciplina intitulada, *programa de sugestões*, para o ensino de 2º grau. De acordo com esta matéria “A DIVISÃO DO ENSINO DE 2º GRAU, apresenta sugestões para o desenvolvimento da disciplina “Educação Artística” nos cursos de 2º grau [...] Podemos listar os seguintes objetivos principais pretendidos pela Educação Artística a ser desenvolvida nos cursos de 2º grau” (MONITOR, nº 7, maio/1974, p. 5, grifo no original).

É nesse contexto, que o ensino de Arte se insere no ensino de 2º grau visando conduzir o aluno a:

- Criar para individualizar-se e integrar-se ao meio, realizando-se;
- Redefinir, inovar, transformar os recursos disponíveis do meio-ambiente, dando respostas novas eficazes a situações em que se envolve em torno de uma Educação Artística;
- Expressar formas percebidas, sentidas e imaginadas, utilizando linguagem visual, sonora, plástica e corporal, através de recursos técnicos formais da arte;
- Encontrar nas atividades artísticas um prazer lúdico e uma forma de atender as necessidades de lazer;
- Utilizar a arte como meio de comunicação e expressão;
- Estimular a imaginação e a pesquisa criadora;

- Utilizar a arte como meio de cultura;
- Proporcionar ao educando meios para aprender a ouvir, Hinos Oficiais;
- Propiciar conhecimentos das épocas e correntes da pintura, escultura e arquitetura, do Modernismo ao Contemporâneo, bem como das diferentes técnicas usadas;
- Elaborar técnicas de produção de sons, explorando ao máximo as possibilidades das fontes sonoras;
- Apresentar os processos evolutivos do Teatro Brasileiro, do Cinema e da Televisão, mostrando a sua validade como veículo de comunicação. (MONITOR, nº 7, maio/1974, p. 5-6).

Dentre alguns objetivos pretendidos para a Educação Artística no ensino de 2º grau citados acima, nota-se a pretensão da SEC em contemplar as quatro linguagens artísticas, visando se adequar ao currículo proposto por meio da Lei nº 5.692/71.

Apresentamos nos quadros 4 e 5 o programa de sugestão com conteúdos para a disciplina de Educação Artística no ensino de 2º grau, publicado na matéria citada acima do jornal Monitor em 1974.

Quadro 4- Programa de sugestão de conteúdos para o ensino de 2º grau em Mato Grosso, 1974.

PROGRAMA DE SUGESTÃO				
1 Noções de Estética	2 Elementos Básicos para a Interpretação das Artes Plásticas	3 Modernismo ao Contemporâneo	4 Elementos Históricos e Evolutivos para Apreciação das Artes Plásticas no Brasil	5 A Música Brasileira
1.1 Conceito de estética – Conceito de arte Origem e necessidade da arte Arte como técnica – O artesão A arte como disciplina estética – O artista	2.1 Estudos das cores: Diagrama cromático mostrando as principais combinações das cores, visibilidade, influência psicológica, harmonia e processos de cominações de cores	3.1 Épocas e correntes: Impressionismo, Pós Impressionismo, Expressionismo, Cubismo, Abstracionismo, Primitivismo, Surrealismo, Tachismo, Grafismo e Pop-Art (principais características)	4.1 Período Pré-Cabralino, Séculos XVI, XVIII e XIX. Missão Artística Francesa de 1816, Modernismo, Semana de Arte Moderna de 1922, Arte Contemporânea	5.1 Origem e formação. Influência luso-afro-indígena
-----	2.2 Termos e materiais Principais termos e materiais usados nas artes plásticas	-----	-----	5.2 A música na época da Colônia, do Império e da República Vultos principais de cada época
				5.3 Música popular brasileira da

-----	-----	-----	-----	atualidade Apreciação e pesquisa Nomes em destaque Festivais
-----	-----	-----	-----	5.4 Tradição musical matogrossense

Fonte: Quadro elaborado pela autora (MONITOR, nº 7, maio/1974, p. 6) grifo nosso

Quadro 5- Continuação do Programa de sugestão de conteúdos para o ensino de 2º grau em Mato Grosso, 1974.

PROGRAMA DE SUGESTÃO				
6 Folclore Brasileiro	7 A Voz Humana – Classificação – Canto Coletivo no Brasil	8 Instrumentos Musicais	9 O Teatro Brasileiro	10 Cinema e Televisão
6.1 A origem e formação. A contribuição do negro, do índio e do branco	7.1 Aparelho fonador e o seu funcionamento, o valor da técnica vocal Classificação das vozes dos alunos	8.1 Divisão em “família” madeira, metal corda, percussão e eletrônico	9.1 Origem e evolução- principais vultos	10.1 Origem e evolução do cinema, elementos cinematográficos O filme, como se faz, como se vê, Síntese do cinema brasileiro
6.2 Ciclos folclóricos Músicas e danças folclóricas brasileiras	7.2 Villa Lobos e o canto coletivo no Brasil Cânones e músicas a 2,3 ou 4 vozes Hinário Oficial	8.2 Orquestra e banda-principais características Conjuntos instrumentais modernos A banda escolar, Conjuntos de Câmara, Orquestra Sinfônica	9.2 O teatro moderno	10.2 Origem e evolução da televisão Como se faz, como se vê Evolução da televisão brasileira
6.3 Mitos e Lendas	-----	-----	9.3 O teatro na escola	-----
6.4 Costumes	-----	-----	9.4 Possibilidades do teatro em Mato Grosso	-----
6.5 Artesanato	-----	-----	-----	-----
6.6 Literatura popular	-----	-----	-----	-----
6.7 Folclore Matogrossense	-----	-----	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado pela autora (MONITOR, nº 7, maio/1974, p. 6-7) grifo nosso

Analisando a sistematização dos conteúdos apresentados nos quadros 4 e 5²⁴, observamos que o estado de Mato Grosso seguia os objetivos da Lei nº 5.692/71 ao contemplar nos conteúdos as linguagens artísticas que deveriam ser ministradas por um único professor polivalente.

Nessa proposta de currículo, considerando as quatro linguagens artísticas na área das Artes Plásticas (tópico 1 a 4), os conteúdos estavam relacionados desde o conhecimento básico para o ensino dessa disciplina, como também, o contexto histórico da Arte ao propor os principais movimentos artísticos brasileiros.

Na área de Música (tópico 5, 7 e 8), os conteúdos tratavam das origens e raízes da música brasileira, contudo, o tópico 5.4 ressalta a importância da tradição musical Mato-grossense, neste item, nota-se valorização da cultura regional do Estado.

O único tópico que faz menção à área de Dança é o tópico 6. Os conteúdos tratavam das danças folclóricas brasileiras e do folclore Mato-grossense, além disso, este tópico enfatiza questões relacionadas à literatura e as contribuições do negro, do índio e do branco. Na matéria *Vamos Falar em Música?* do jornal Monitor, observamos conteúdos informativos de música para o professor de Educação Artística. O assunto abordado nesta matéria traz o contexto histórico da Orquestra e seus principais influentes, bem como, algumas definições musicais (concerto, ópera, sinfonia, oratório, dentre outros) (MONITOR, nº 7, maio/1974, p. 10).

Por fim, na área do Teatro (tópico 9 e 10) os conteúdos possuem ênfase na história do teatro e do cinema brasileiro, já o tópico 9.4 ressalta as possibilidades do teatro Mato-grossense. Neste sentido, na matéria *Tempo de Teatro*, do jornal Monitor, notamos o esforço da SEC em inserir apresentações e debates sobre o teatro regional, ao expor que objetivava “promover a reunião de grupos teatrais amadores do Estado, visando possibilitar-lhes um maior intercâmbio de idéias e experiências” (MONITOR, nº 7, maio/1974, p. 15). Também relatam apresentações de grupos teatrais de Cuiabá, Aquidauana, Três Lagoas e Campo Grande.

Desta forma, nota-se novamente a diversidade e amplitude dos conteúdos a serem ministrados pelo professor polivalente de Educação Artística. Por esse prisma, considerando a extensão do conteúdo proposto, acreditamos que na prática não era possível contemplar todos os tópicos, considerando a complexidade de cada conteúdo.

²⁴ Dividimos os conteúdos dos quadros 3 e 4 em tópicos (números), que vão de um a dez.

Além disso, por meio do conteúdo programado para a Educação Artística observa-se que o objetivo geral era propiciar ao aluno o senso estético, (conforme expõe o tópico 1), a criatividade (tópico 2), a apreciação histórica (tópico 3 e 4), a cultura brasileira e Mato-grossense (tópico 5 e 6), e por fim, a expressão (tópico 7 a 10). Ainda como sugestão de atividade para o professor de Educação Artística, é possível verificar em alguns trechos do texto o intuito de se trabalhar de forma interdisciplinar, como por exemplo, “articular-se com o professor de Educação Moral e Cívica, [...] ao propor a atividade de classificar as vozes dos alunos e fazer atividades de canto: cantar Hinos com correção” (MONITOR, nº 7, maio/1974, p. 7).

O mesmo documento revela ainda a articulação com o professor de Educação Física para as atividades de expressão corporal nas aulas de teatro. De acordo com Subtil (2012, p. 136) “Como corolário dos encaminhamentos da lei nº 5.692/71, uma questão que afeta o ensino de arte até os dias de hoje é a da “concepção integradora do núcleo-comum””. Para a autora “em relação à validade de uma concepção integradora das áreas artísticas no ensino de arte, para além do reducionismo dessa polivalência proposta na lei, se entendemos que existe sim um caráter de unidade na produção e fruição do objeto artístico, seja ele em que área for”. Validando as palavras de Subtil, Barbosa (1985, p. 70) afirma que “o conceito de interdisciplinaridade vem se identificando cada vez mais com a idéia de integração”. Portanto, essa concepção de integração estava presente nas sugestões de atividades propostas pelo governo de Mato Grosso, em conformidade com a Lei nº 5692/71.

2.2.2 Sugestões de Comportamentos Esperados e Conteúdos de Educação Artística: Nível V a VIII

A seguir analisamos um documento organizado pela Secretaria de Educação juntamente com a Coordenadoria Geral de Educação, o Núcleo de Ensino Regular de 1º e 2º Graus e a Equipe de Currículo, publicado em 1981, com *Sugestões de Comportamentos Esperados e Conteúdos de Educação Artística*²⁵, com 39 páginas, destas, nove páginas tratam da disciplina de Educação Artística, as outras páginas referem-se as outras disciplinas de comunicação e expressão. De acordo com Pintor (2017, p. 27), tal documento “sugere uma listagem de conteúdos e atividades para serem desenvolvidas com os “temas” propostos,

²⁵ Neste documento, além da disciplina de Educação Artística, havia também sugestões de atividades para as disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Dessa forma, nota-se que o documento aborda as disciplinas presentes no núcleo de “Comunicação e Expressão”.

seguindo os princípios do ensino tecnicista”. Apesar da primeira Proposta Curricular para o estado de Mato Grosso do Sul tenha acontecido somente em 1989, acreditamos que essa proposta foi organizada para orientar os profissionais da época. Além disso, notamos que há uma semelhança desta fonte com o jornal *Monitor*, apresentado acima, ao contemplar as linguagens artísticas da área.

É preciso ter cuidado com essa polivalência do currículo, pois já alertava Barbosa (1985) que, após a reforma dos currículos de 1º e 2º grau de 1971 foram organizadas interpretações errôneas do princípio da interdisciplinaridade, nesse sentido, a autora lembra que a polivalência traduziu a interdisciplinaridade em termos de restaurante de prato feito, pois,

O professor organiza o conhecimento de diversas áreas na sua própria cabeça e passa esta organização para o aluno. Em algumas áreas, como em Educação Artística, o problema é crucial. O professor tem que dominar não só conteúdos diversos, mas principalmente três diferentes linguagens, suas manifestações e materiais de representação (...) e ensinar teatro, artes plásticas e música, conjuntamente, a alunos que terão de deglutir como arte uma mistura mal cozida pelo próprio professor (BARBOSA, 1985, p. 69).

Como já afirmamos, é praticamente impossível um único professor ter domínio de todas as linguagens artísticas, principalmente porque sua formação era escassa com duração de apenas dois anos. No documento citado acima, vemos a especificidade da área ao ser considerada como atividade em sala de aula, pois enquanto as disciplinas de Língua Portuguesa e Inglesa possuem no campo do documento o termo “sugestões de conteúdo”, na de Educação Artística está “sugestões de atividades”. É sabido que ainda em 1981, passados dez anos após a obrigatoriedade da Educação Artística no currículo, ainda eram poucos os professores formados nesta área no estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com Sousa (1991) um levantamento de dados realizado em 1994 por Sidney Camargo Nascimento, Técnica Educacional da Secretaria de Estado da Educação, junto com o centro de Processamento de Dados de Mato Grosso do Sul (PRODASUL) identificaram que seiscentos e trinta e um (631) professores ministravam a disciplina de Educação Artística na Rede Estadual de Mato Grosso do Sul, contudo, apenas cento e quarenta (140) eram habilitados na área e destes, sendo vinte e quatro (24) professores com formação em Licenciatura Curta.

Desta forma, apresentamos nos quadros 6 a 9 tais sugestões de atividades para a Educação Artística referente às turmas da 5ª a 8ª série, em Mato Grosso do Sul, no ano de 1981, a partir do documento citado.

Quadro 6 - Sugestões de atividades para a 5ª série em 1981 em MS.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES
5ª SÉRIE
Estudo das cores primárias, secundárias e terciárias, matiz e tom
Pintura utilizando lápis de cor, explorando os recursos locais para cor
Desenho de imaginação, memória e observação
Mosaico (colagem de papel cortado)
Trabalhos com papéis de cores e texturas diferentes (colagem, recortes e dobraduras)
Esculturas simples (sabão e areia)
Modelagem com barro e argila
Desenho livre para recorte e quebra cabeça
Exposição dos trabalhos dos alunos em sala de aula e corredores
Visitas a exposições
Artesanato Local
Visita a casa de artesão
Realização de exposições ou dos alunos ou dos pais que fazem artesanato
Folclore: orientações para a realização de pesquisas bibliográficas sobre lendas e costumes
Lendas e costumes (crendices, superstições, adivinhações, medicina popular, cantigas, danças, alimentos, etc)
Festival não competitivo de músicas
Canções seguindo o calendário cívico
Entoação de hinos pátrios em comemoração cívica e festivas
Cantigas de roda e brincadeiras
Cantigas escolares
Apreciação das músicas que os alunos cantam
Aproveitamento dos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais do local)
Teatros
Linguagem do corpo, mímicas, jogral
Dramatização seguindo textos
Coro falado e recitado
Apreciação de espetáculos infantis para aprimoramento do gosto pelo teatro
Visitas as praças, parques, quadras
Literatura e imprensa
Elaboração de histórias em quadrinhos, poesias, composições, cartas, bilhetes, etc
Divulgação, em folhetos escolares, jornais locais, dos trabalhos escritos pelos alunos
Elaboração de convites, pelos próprios alunos, convidando familiares e/ou pessoas conhecidas para participarem das atividades integradas na escola

Fonte: Quadro elaborado pela autora (SED/MS, 1981) grifo nosso

Quadro 7- Sugestões de atividades para a 6ª série em 1981 em MS.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES
6ª SÉRIE
Realização de trabalhos em grupo, pinturas, colagem para estudo e utilização das cores primárias, secundárias e terciárias
Pinturas utilizando (lápis cera, caneta, hidrocor, nanquim, colorido, lápis de cor, explorando locais para cor)
Desenho de imaginação, observação e memória
Desenho de formas geométricas: quadro, losango, retângulo, triângulo, círculo...
Colagem utilizando papel, linha, areia, recursos naturais (folhas secas, cascas, sementes)
Visitas a exposições
Artesanato regional
Orientações para pesquisa bibliográficas e de campo
Visita à casa de artesão
Conhecimento de folclore regional e suas manifestações sobre crendices, medicina popular, lendas, contos, superstições, etc, através de visitas, entrevistas, leitura e pesquisas
Realização de canções seguindo calendário cívico
Valorização da música folclórica e popular ouvindo discos, fazendo comentário

Técnicas de relaxamento
Literatura e imprensa
Elaboração de histórias em quadrinhos, poesias, composições, convites, bilhetes, cartas
Divulgação de trabalhos feitos pelos alunos, através de jornais da escola, da cidade
Elaboração de convites, pelos próprios alunos, convidando familiares e conhecidos para participarem das atividades realizadas na escola

Fonte: Quadro elaborado pela autora (SED/MS, 1981) grifo nosso

Observando os quadros 5 e 6 referentes às atividades propostas para a 5ª e 6ª séries davam-se destaque aos procedimentos técnicos, com ênfase nas atividades de Desenho. Pintor (2017, p. 25), aponta que essa valorização pelo desenho prevalecia da “concepção tradicional muito utilizada no final do século XIX para o ensino da Arte, onde o Desenho aparecia como uma das principais ferramentas de formação técnica”.

Além disso, nos *comportamentos esperados*²⁶ prezava-se na confecção feita pelo aluno, para produzir um produto final de cada atividade, para apresentá-lo para os componentes da escola, familiares e comunidade. Isso fica evidente nas observações trazidas no início do documento, ao ressaltar que “os trabalhos feitos pelos alunos deverão ser expostos periodicamente, com a presença dos pais, colegas, professores, funcionários em geral da escola e demais elementos da comunidade para incentivar a criatividade dos alunos” (SED/MS, 1981, p. 3).

Continuamos a apresentação das sugestões de atividades de Educação Artística nos quadros 8 e 9, para as turmas da 7ª e 8ª séries do ensino de 1º grau, em 1981.

Quadro 8- Sugestões de atividades para a 7ª série em 1981 em MS.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES
7ª SÉRIE
Ampliação e redução de desenhos
Pinturas utilizando (guache, aquarela, explorando os recursos para cor)
Realização de desenho enfocando cenas familiares e da comunidade
Solicitação da presença de alguns artistas para entrevistas, conversa, etc
Realização de visitas a exposições, entrevistas, pesquisas para conhecimento das obras dos artistas plásticos de Mato Grosso do Sul
Colagem utilizando folhas secas, sementes, areia, mato, serragem, eucalipto, cascas, etc
Artesanato Mato-grossense
Orientações para pesquisa bibliográfica e de campo
Entrevista com artesão de sua comunidade
Confecção de peças artesanais utilizando argila, madeira, sucata, retalhos
Folclore Mato-grossense
Realização de atividades sócio-culturais para apresentação de danças e músicas folclóricas de Mato Grosso do Sul
Realização de pesquisa e entrevista para conhecimento de lendas, superstições, alimentação, bebidas, medicina caseira, etc
Música
Solicitação da presença dos pais, parentes, amigos dos alunos, que toquem instrumentos musicais

²⁶ Nome original que consta no documento.

Conhecimento de grupos e cantores de Mato Grosso do Sul, sua vida e obra
Teatro
Dramatização de textos escolhidos pelos próprios alunos
Mímica dos textos apresentados
Trabalho em grupo para montagem de textos teatrais
Ensaio e apresentação dos textos montados
Confecção de fantoches para utilização no teatro
Conhecimento e valorização de grupos teatrais de MS
Entrevistas com pessoas ligadas ao teatro de MS
Presença dos alunos nas apresentações teatrais de Mato Grosso do Sul
Concurso de peças teatrais
Literatura e imprensa
Montagem de jornais escolares
Mural escolar com textos dos próprios alunos e textos de jornais e revistas
Redação de crônicas a partir de situações vivenciadas pelo próprio aluno (recreio, saída da escola, ponto de ônibus, festas, etc)
Elaboração de convites e avisos para os pais relacionados às atividades desenvolvidas na escola
Criação de poesias focalizando situações reais
Publicações dos trabalhos dos alunos em folhetos ou jornais locais

Fonte: Quadro elaborado pela autora (SED/MS, 1981) grifo nosso

Quadro 9- Sugestões de atividades para a 8ª série em 1981 em MS.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES
8ª SÉRIE
Pesquisas e apreciação de obras dos artistas locais, regionais e nacionais
Visitas de artistas locais as escolas
Trabalho de entalhe em madeira
Confecção de vitral com recorte e colagem com papel celofane
Aproveitamento de notícias sobre artes, através de jornais locais, revistas, para a valorização das mesmas
Noções elementares da História da arte
Visitas a exposições
Participação na promoção de salão de artes plásticas
Realização de técnicas mistas de colagem e pintura
Artesanato brasileiro
Exposição artística- visitas
Realização de visitas a museus, exposições e outros locais para conhecimento da cerâmica da região centro-oeste e conhecimento de novas formas de artesanato
Confecções de artesanato em madeira, argila e outros recursos existentes, na região
Exposição frequente dos trabalhos feitos pelos alunos, com a presença dos pais e comunidade
Músicas
Execução de danças típicas regionais
Realização de festivais de música, com a apresentação de música dos próprios alunos
Conhecimento e apreciação de compositores da música regional e popular brasileira
Debates com a participação dos alunos sobre a música regional e popular brasileira
Folclore
Pesquisa aprofundada de campo e bibliográfica sobre as manifestações folclóricas da região
Realização de jogos e brincadeiras por conhecimento e apresentação de ditados e provérbios populares, adivinhações, quadrinhas, cantigas de roda, reza e benzeções, medicina popular (caseira), superstições
Teatro
Dramatização de textos escolhidos ou escritos pelos próprios alunos
Trabalho em grupo para montagem de textos teatrais
Ensaio e apresentação dos textos montados
Concurso de textos de peças teatrais escritos pelos próprios alunos
Entrevistas aos elementos de grupos teatrais de MS
Literatura e imprensa
Montagem de jornais escolares com textos dos próprios alunos e elementos da comunidade
Apresentação dos trabalhos dos alunos no quadro mural com participação de todos os elementos da escola
Escritas de crônicas a partir de situações vivenciadas pelo aluno, recreio, jogo de futebol, cinema, ponto de

ônibus, saída da escola
Redação de telegramas, convites, para os pais e pessoas conhecidas para participarem de apresentações e atividades da escola
Publicação e divulgação dos trabalhos dos alunos em folhetos da escola e jornais da cidade
Escritas de textos teatrais

Fonte: Quadro elaborado pela autora (SED/MS, 1981) grifo nosso

Verifica-se que as atividades da 5ª a 8ª séries possuem uma sequência evolutiva de técnicas de desenho, pintura, redação, crônicas e dramatização teatral. Pintor (2017, p. 28), corrobora com nosso pensamento ao afirmar que,

a sugestão de conteúdo para a 5º série, “estudo das cores primárias, secundárias e terciárias...”, essa atividade para a 6º série é sugerida como “realização de trabalhos em grupo, utilizando as cores primárias, secundárias e terciárias”, na 7º série à proposta sobre as cores se dão por meio de recursos e elementos como tinta guache e aquarela.

Além destas atividades, grifamos nos quadros de 6 a 9 os temas/atividades que tratavam das artes regionais, como por exemplo, o artesanato, o teatro e artistas sul-mato-grossenses. A valorização pela cultura local, com visitas em praças, museus e exposições. Além do estudo do folclore brasileiro e do estado de Mato Grosso do Sul. No que diz respeito a essa forte presença do folclore brasileiro nos conteúdos e atividades do currículo de 1º e 2º graus, Barbosa (1985), acredita que ele foi incluído para dar uma suposta coloração nacionalista ao currículo.

Em reflexo de tais atividades propostas, no campo dos *Comportamentos Esperados*, encontram-se as habilidades “esperadas” para aplicação das sugestões de atividades para a Educação Artística no contexto da Lei nº 5692/71:

Empregar a técnica da ampliação e redução de desenho em mapas, figuras e paisagens, [...] Identificar e divulgar as obras dos artistas plásticos de Mato Grosso do Sul; [...] Identificar o folclore Mato-grossense, como tradição de seu povo; [...] Identificar noções elementares da história da arte; [...] Reconhecer a importância da Literatura e Imprensa na divulgação dos trabalhos realizados pelos próprios alunos (SED/MS, 1981, p. 28)

Tais informações apontam para a valorização das expressões culturais da comunidade e as possibilidades de criações por meio de técnicas. Concordamos com Fusari e Ferraz (2001, p. 41) ao afirmarem que neste período os “conteúdos escolares e os métodos de ensino [...], são submetidos aos objetivos comportamentais previstos no todo da organização do processo ensino-aprendizagem tecnicista”. Barbosa (1985, p. 16) ressalta que neste período “o currículo decidido e exigido pelo Ministério da Educação baseia-se, fundamentalmente, na

prática em ateliê, seguida de alguma informação teórica acerca de arte, na realidade circunscrita principalmente a história da arte e ao folclore”. Assim, em consonância com o MEC, este documento de Mato Grosso do Sul também seguiu esta mesma linha didática para seus currículos pautados na Lei nº 5.692/71.

2.2.3 Programa de Desenvolvimento Integrado: Prodiarte

Neste tópico analisamos o Relatório de Encontros de Cooperação Técnica do Prodiarte, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura, juntamente com a Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, com apoio da Subsecretária de Desenvolvimento educacional e a Coordenadoria de Ensino Regular de 1º Grau, em parceria com o Programa de Desenvolvimento Integrado, em Brasília, publicado em 1982. Este documento tem 148 páginas que apresentam relatórios do programa Prodiarte em diversos Estados do Brasil. Contudo, vamos contemplar neste tópico apenas as ações desse projeto no estado de Mato Grosso do Sul (página 92 a 96).

Foram realizados em 1982, quatro encontros de Cooperação Técnica reunindo Coordenadores e Técnicos do Programa de 26 Unidades Federadas, assim como representantes de órgãos do MEC e de outros órgãos ligados à Educação e a Cultura. Os Encontros realizaram-se na própria sede do MEC, em Brasília, visando com isso obter maior participação das autoridades e dos técnicos do MEC, promovendo contato entre os PRODIARTE estaduais e esses órgãos (MEC/Prodiarte, 1982).

A seguir, apresentamos as datas e as unidades federadas que participaram.

Quadro 10- Apresentação dos quatro encontros do Prodiarte, com as datas e unidades federadas que participaram em 1982.

TIPO DO EVENTO	DATA	UNIDADES FEDERADAS
1º Encontro	14, 15 e 16 de julho	RO – AC- PR
2º Encontro	19, 20 e 21 de julho	RN – PI- SC- PA – GO – AM
3º Encontro	11, 12 e 13 de agosto	DF – RR- AP- MA- MT – MS - PB – AL – SE
4º Encontro	22, 23 e 24 de setembro	RS – RJ – BA – CE – SP – PE – MG- ES

Fonte: Quadro elaborado pela autora (MEC/Prodiarte, 1982, p. 8)

Conforme consta no documento a proposta principal destes encontros é a “necessidade de fazer mais conhecido o Prodiarte, aproximando-o o quanto possível dos órgãos surgidos ou reagrupados na nova estrutura do Ministério, assim como dos técnicos que os dinamizam”. Nesse sentido, entende-se que cada coordenador do Prodiarte nas Unidades Federadas, apresentaram suas experiências, contendo informações gerais, atividades e depoimentos

representativos do processo de avaliação de cada Unidade. Desta forma, o objetivo deste relatório foi,

Promover o intercâmbio de experiências;
 Refletir sobre as prioridades do MEC relativas à educação básica e à cultura comunitária trabalhada pelo PRODIARTE;
 Propiciar a apreciação crítica do PRODIARTE em toda a sua extensão (BRASIL, MEC/Prodiarte, 1982, p. 8).

Dando prosseguimento, destacamos a seguir o relatório do Prodiarte em Mato Grosso do Sul, produzido pelo Coordenador da época, Hélio de Lima e a Técnica Sônia Maria Gonçalves. O texto não especifica os locais de atendimento do programa, apenas expõe de forma ampla as informações. Portanto, nota-se, que o programa no Mato Grosso do Sul atendia dois municípios no total de vinte e quatro escolas e 3.585 alunos entre 1º e 2º grau, envolvendo setenta e sete professores, vinte especialistas e doze artistas e/ou artesãos (MEC, Prodiarte, 1982). De acordo com seus objetivos, o Prodiarte deveria:

Geral: Promover a melhoria da Educação Artística nas Escolas de 1º GRAU de Mato Grosso do Sul.
 Específicos: Propiciar condições para o desenvolvimento da criatividade, nas áreas de Artes Plásticas, Pesquisa, Música, Artes Cênicas, e Artesanato;
 Propiciar condições para identificação, preservação e desenvolvimento dos valores culturais regionais;
 Instrumentalizar os professores de Educação Artística, Diretores e Especialistas em Educação para o desenvolvimento das atividades artístico culturais, propostas pelo currículo do ensino de 1º GRAU (MEC/Prodiarte, 1982, p. 92-93).

De acordo com as metas propostas, o Prodiarte buscava capacitar os professores de Educação Artística para o desenvolvimento de atividades artísticas com seus alunos de 1º e 2º graus e a valorização da cultura do Estado. No tópico intitulado *Da Responsabilidade da Escola*, isso quer dizer, das escolas que participavam do projeto, observa-se que as atribuições e responsabilidades estavam a cargo para o professor da 1ª a 4ª série e do professor de Educação Artística da 5ª a 8ª série. Dentre as suas responsabilidades estavam:

- Participar de treinamentos promovidos pela ARE e/ou SEC/MS;
- Operacionalizar as atividades referentes ao Prodiarte/MS;
- Acompanhar, controlar e avaliar a operacionalização do Prodiarte/MS;
- Divulgar o Prodiarte na escola e na comunidade;
- Fornecer informações a respeito do Prodiarte;

- Incentivar os alunos quanto a pesquisa de valores artístico e coleta de materiais da região para a realização dos trabalhos;
- Acompanhar e informar a frequência do artista e/ou artesão no desenvolvimento de suas atividades;
- Promover juntamente com artistas e artesãos, exposições de trabalhos artísticos dos alunos;
- Realizar atividades de integração a nível de escola/comunidade;
- Elaborar o planejamento e o relatório semestral das atividades com o artista e artesão.

Observa-se que, entre suas funções como professor em sala de aula, também estavam sob sua responsabilidade à participação em treinamentos, atividades e relatórios para o projeto Prodiarte e acompanhar e informar a frequência do artista e/ou artesão no desenvolvimento de suas atividades, além de divulgar tal projeto na escola e comunidade, incentivando os alunos a valorizarem os materiais de sua região que possivelmente poderiam ser usados em trabalhos práticos, e quando tais trabalhos fossem desenvolvidos, era necessário informar o artista e/ou artesão para auxiliarem na execução. Essa integração entre artista e/ou artesão mais o professor de Educação Artística fica clara no tópico seguinte do relatório, ao evidenciar que ambos deveriam “auxiliar os alunos juntamente com o professor [...], no desenvolvimento dos seus trabalhos” (MEC/Prodiarte, 1982, p. 95).

Desta forma, com base nos três documentos analisados percebemos uma preocupação do Estado em promover documentos e projetos que auxiliassem o profissional de Educação Artística deste período. Visando compreender esta disciplina, apresentamos no capítulo 3 - *A Disciplina Educação Artística Em Dourados (1971-1982)*, com o intuito de analisar esta disciplina nas duas primeiras instituições de ensino secundário na região de Dourados, em Mato Grosso (do Sul), no período de 1971 a 1982.

3 A DISCIPLINA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA EM DOURADOS (1971-1982)

Este capítulo analisa a disciplina de Educação Artística nas duas primeiras instituições de ensino secundário na região de Dourados, Mato Grosso (do Sul), no período de 1971 a 1982. Vale lembrar que a Lei nº 5.692/1971 estabelecia como ensino secundário os três anos que correspondiam ao ensino que se passou a chamar ensino de 2º Grau. No entanto, com a Reforma do Ensino Secundário em 1931 até 1971, o ensino secundário correspondeu a dois ciclos, incluindo no primeiro ciclo, ora os quatro ora os cinco anos finais, do que conhecemos como ensino fundamental e o segundo ciclo ora com três ora com dois anos. Portanto, as instituições de ensino secundário em Dourados a que nos referimos, atendiam ao primeiro ciclo, conhecido como “ginásio”, correspondente às quatro últimas séries do ensino de 1º Grau a partir de 1971.

Cabe considerar ainda que a cidade de Dourados é a segunda maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul. A cidade de Dourados, criada em 1935, está localizada ao sul do Estado, com cerca de duzentos mil habitantes. As instituições em questão são: o GOC, criado em 1954, de cunho particular e o GPV, criado em 1951, mas que iniciou suas atividades em 1958, enquanto primeira instituição pública da cidade. Neste período o ensino secundário ainda estava organizado em dois ciclos - o primeiro fundamental denominado Ginásio, com duração de 4 anos que procurava conferir formação geral e o segundo complementar, denominado colegial, este último, estava subdividido em clássico que tonificava a formação nas humanidades clássicas e modernas e científico que valorizava as ciências naturais, com duração de três anos, através do Decreto-Lei nº 4.244/1942. Neste período, as instituições que “conseguissem implantar os dois ciclos previstos na Reforma Capanema ganhavam o status de “colégio”, enquanto aqueles que ofereciam somente o primeiro ciclo do ensino secundário eram considerados ‘ginásio’” (DALLABRIDA, 2012, p. 170). Nesse sentido, passaram a existir duas categorias para os estabelecimentos de ensino, “os equiparados, mantidos pelos Estados ou Distrito Federal, e os reconhecidos, mantidos pelos municípios ou os particulares” (SOUZA, 2008, p.173). Portanto, nessa época ambas as instituições já ofereciam os dois ciclos, previstos na lei.

Visamos compreender a gênese da disciplina Educação Artística nestas duas instituições, sua função e seu funcionamento. Pretendendo responder a tais inquietações, procuramos vestígios da disciplina nos acervos escolares de ambas as instituições. A investigação, apesar de intensa, encontrou imensas dificuldades em realizar tais objetivos. No entanto, conseguimos localizar por meio da pesquisa documental, elementos da história da

disciplina de Educação Artística, como por exemplo, parte do currículo escolar de Educação Artística de ambas as instituições, nas suas diferentes seriações e modalidades de ensino, além do relato de duas professoras que ministraram a disciplina Educação Artística, considerando o recorte temporal da pesquisa, dentre outras informações que nos possibilitou apresentar vários elementos que contribuíssem para a história dessa disciplina escolar.

Dessa forma, dividimos este capítulo em quatro partes: 3.1 “As Primeiras Instituições de Ensino Secundário em Dourados”, em que apresenta o processo de instalação e funcionamento das duas primeiras instituições de ensino secundário na região de Dourados, Mato Grosso (do Sul); 3.2 “Educação Artística no Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados: em busca das fontes” que trata da disciplina de Educação Artística no ensino secundário da primeira instituição de ensino privado na região de Dourados; 3.3 “Educação Artística no Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados: em busca das fontes” que versa sobre essa disciplina na primeira instituição de ensino público em Dourados. Apresentamos ainda nos tópicos 3.2 e 3.3, os procedimentos metodológicos para a localização, acesso e seleção das fontes relacionadas a esta disciplina em cada instituição e 3.4 “Depoimentos sobre a Disciplina de Educação Artística Expressa nas Vozes dos Professores”, que expõe as considerações de duas professoras que ministraram aulas de Educação Artística neste período.

3.1 As Primeiras Instituições de Ensino Secundário de Dourados

Como é sabido, durante muito tempo o Liceu Cuiabano foi à única instituição pública a oferecer o ensino secundário em Mato Grosso (do Sul). Assim, no final da década de 1930, as instituições particulares ganharam espaço e se instalaram em cidades prósperas, como foi o caso do Ginásio Osvaldo Cruz de Campo Grande, que teve em 1929 seu primeiro diretor e proprietário, o professor Henrique Corrêa.

Somente em 1937 esta situação se modificou, pois, o governo estadual encampou o Ginásio Municipal Maria Leite, localizado em Corumbá, por meio da Lei nº 27, de 29 de outubro, tornando-se a segunda instituição pública de ensino secundário, além disso, no ano seguinte, foi instalado o terceiro Ginásio de ensino secundário público de Mato Grosso - o Liceu Campograndense, localizado na cidade de Campo Grande, como lembra Brito (2001). Portanto, até esse período, o estado de Mato Grosso, predominantemente rural, possuía apenas três ginásios públicos oficiais sob inspeção federal, nas três principais cidades do Estado: Cuiabá, Corumbá e Campo Grande.

A década de 1950, no estado de Mato Grosso é conhecido pelo intenso processo de expansão e fundação de escolas com ensino secundário. Essa implantação de instituições secundárias também pode ser identificada no município de Dourados. Criado em 1914, o distrito de Dourados pertencia ao município de Ponta Porã, contudo, por meio do Decreto nº 30 de 20 de dezembro de 1935, foi elevado a nível de município, se desmembrando de Ponta Porã, tendo como sede, o antigo distrito de Dourados, instalado em 1936. Atualmente o município situa-se numa área total de 4.086.237 Km², com aproximadamente 215.486 habitantes, além de seis distritos situados em seu entorno: Guaçu, Indápolis, Formosa, Itaum, Macaúba, Panambi, Picadinha, Vila de São Pedro e Vila Vargas.

Por este prisma, a colonização²⁷ em Dourados e região motivou, em 1950, uma aceleração no desenvolvimento urbano da região e é nesse cenário de intenso progresso, em especial, com a expansão da iniciativa privada, que chega até Dourados na década de 1950, o primeiro Ginásio a ofertar o ensino secundário no município. Inaugurado no dia 21 de março de 1954, de cunho privado, o GOC, de Dourados é criado como um polo de extensão do Colégio Osvaldo Cruz, de Campo Grande, sob a direção e também proprietário, Luiz Alexandre Oliveira. Embora a instituição seja antiga, ainda é nova enquanto objeto de pesquisa, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 11- Relação entre os locais de busca, a localização institucional das produções, os autores e os anos das publicações.

Autor	Ano	Título	Instituição	Tipo
Eglen de Oliveira Passone Rodrigues; Kênia Hilda Moreira	2015	Entre práticas e representações: o colégio “Osvaldo Cruz” de Dourados-MT, Brasil e o jornal estudantil "O ABC": década de 1960	UFGD	Capítulo
Alessandra Cristina Furtado; Kênia Hilda Moreira	2015	Professor José Pereira Lins: um Intelectual no Sul de Mato Grosso	UFGD	Artigo em periódico
Cintia Medeiros Robles; Jacira Helena do Valle Pereira Assis	2016	Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados – Sul de Mato Grosso: História, Memória e Práticas Educativas	UFMS	Artigo em anais
Cintia Medeiros Robles; Jacira	2017	O Ensino Secundário nas Memórias do Professor e Intelectual José Pereira Lins:	UFMS	Artigo

²⁷ O processo de colonização chegou até Dourados e região, precisamente, em 1948, pelo presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, com a implantação da CAND, como parte da campanha “Marcha para o Oeste”, cuja essência distribuía terras para trabalhadores nacionais e estrangeiros que tivesse alguma experiência agrária, com o intuito de povoar a região.

Helena do Valle Pereira Assis		em estudo o Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados (1954-1970)		em anais
Kênia Hilda Moreira; Eglem de Oliveira Passone Rodrigues	2017	O Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados nas páginas do jornal estudantil ABC: ensino secundário no sul de Mato Grosso nos anos 1960	UFGD	Artigo em periódico

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados do mapeamento

Por meio do quadro 9 nota-se que os cinco artigos do GOC são recentes, tendo em vista que as primeiras produções datam de 2015. O artigo das pesquisadoras Passone e Moreira (2015) intitulada *Entre Práticas e Representações: o Colégio “Osvaldo Cruz” de Dourados-MT, Brasil e o Jornal Estudantil o “ABC”: Década de 1960*, analisam as representações e as práticas educativas sobre e no Colégio “Osvaldo Cruz”, veiculadas nas páginas do jornal estudantil o “ABC”, que circulou em 1961, 1962 e 1968. As autoras utilizaram esse impresso, como fonte e objeto de pesquisa para a história da educação, por intermédio das contribuições da Nova História Cultural, que possibilitou agregar importantes categorias de análise, tais como: representação, apropriação, cultura escolar, dentre outras. A localização e o acesso das 12 edições desse impresso foram feitas no CDR da UFGD.

O outro artigo das autoras intitulado *O Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados nas páginas do jornal estudantil ABC: ensino secundário no sul de Mato Grosso nos anos 1960*, publicado em 2017 analisa os discursos em torno da criação e consolidação do GOC na década de 1960 veiculados nas páginas do jornal estudantil “O ABC (ou ABC Literário)”, que circulou em 1961, 1962 e 1968. Questionam-se as representações estabelecidas sobre a instituição no periódico em questão, considerando os referenciais teórico-metodológicos sobre história das instituições, o impresso como fonte de pesquisa para a história da educação e o conceito de representação, contribuindo para apresentar um itinerário de vida do GOC.

O artigo das autoras, Alessandra Cristina Furtado e Kênia Hilda Moreira, intitulado *Professor José Pereira Lins: um Intelectual no Sul de Mato Grosso*, publicado em 2015, trata especificamente da trajetória de José Pereira Lins, diretor e proprietário do GOC, com base nos documentos do acervo pessoal desse educador, localizado no CDR da UFGD, bem como, as matérias que circularam em jornais e revistas de Dourados e região.

O quarto artigo intitulado *Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados – Sul de Mato Grosso: História, Memória e Práticas Educativas*, das autoras Cintia Medeiros Robles e Jacira Helena do Valle Pereira Assis, publicado em 2016 tem o intuito de investigar o ensino secundário a partir de uma análise do/no Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados em sua história, memória e

práticas educativas, no período de 1954 a 1970, tendo como principal objetivo compreender os signos de distinção deste nível de ensino e como eles constituem a representação da região sudoeste do estado sobre a educação secundária na historiografia regional e memorialística. As autoras utilizaram como fonte de investigação o jornal “O ABC Literário”, analisadas à luz de estudos historiográficos e sociológicos, em especial os que derivam da obra de Pierre Bourdieu.

As autoras acima também publicaram em 2017 o artigo intitulado, *O Ensino Secundário nas Memórias do Professor e Intelectual José Pereira Lins: em estudo o Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados (1954-1970)*, este trabalho também teve como objeto de estudo o ensino secundário no sul de Mato Grosso, especificamente no município de Dourados (MT-UNO), com o objetivo de compreender as representações desta etapa da educação, na historiografia regional e memorialística. Contudo, suas fontes de investigação foram os documentos disponíveis no CDR da UFGD e os documentos dispostos no Museu Histórico Municipal de Dourados, tais como: legislações, atas, jornais, relatórios de inspeção e fotos; bem como em fontes historiográficas encontradas em produções científicas de relevância e em fontes memorialísticas e (auto) biográficas regionais, que foram cruzadas e analisadas à luz de estudos historiográficos e sociológicos, analisados na perspectiva bourdieusiana.

Apesar da importância dessas cinco pesquisas sobre o GOC para a escrita deste trabalho, convém lembrar, que nenhuma discute sobre a HDE nesta instituição, o enfoque dos autores apresentados acima objetiva compreender os discursos e as representações incutidas no jornal estudantil desta instituição e analisar a importância desta instituição secundária para a educação na região sudoeste do estado de Mato Grosso, nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

Assim, dando prosseguimento à implantação do GOC, de acordo com Moreira e Rodrigues (2017, p. 5), “anterior à criação do *Ginásio*, a escassez de escolas era evidente na cidade e as poucas existentes não ofertavam ensino secundário”. No ano seguinte, precisamente em 1955 o Ginásio Osvaldo Cruz recebe autorização de funcionamento, a título precário, pelo diretor do ensino secundário do ministério da educação e cultura, Armando Hildebrand, por meio da portaria nº 103 de 18 de fevereiro de 1955, sendo assim, o estabelecimento oferecia um ensino regularizado para a época, sendo subsidiado pelo Governo do Estado do Mato Grosso, conforme o decreto de Lei nº 853 de 18 de outubro de 1956.

Por meio do documento intitulado *funcionamento do 2º ciclo-curso colegial de 1967*, apresentamos a fachada do GOC de Dourados.

Figura 4- Fachada do Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados, 1967.



Fonte: CDR-UFGD

Em Dourados o Ginásio Osvaldo Cruz, esteve sobre a direção do professor José Pereira Lins, que no ano seguinte adquiriu a escola. No depoimento de Lins, extraído do livro de Maria da Glória Sá Rosa (1990), o professor ressalta que:

Em 1954, Dr. Luís Alexandre de Oliveira me convidou para fundar aqui em Dourados um Colégio, junto com o Professor Celso Muller do Amaral. [...] Vim primeiro para os exames de admissão, e, durante dois anos, fiquei indo e vindo ao Ginásio Osvaldo Cruz. [...] vim para Dourados em 1956, depois de adquirir o nome do estabelecimento. O Colégio Osvaldo Cruz tinha a primeira e a segunda séries e era carente de tudo. Funcionava numa das salas do Grupo Escolar Joaquim Murinho [...] Observei que com o crescimento da cidade a convivência dos dois colégios tornava-se impossível e então aluguei um pardieiro, condenado pela Saúde Pública. Era uma casa de madeira, paredes caindo, galinhas passeando por debaixo do assoalho. Quando alguém se espantava com minhas atitudes, eu respondia que se tratava de um desafio: dar continuidade ao colégio [...] Nesse prédio, fiquei até 1957, quando se formou a primeira turma do Curso Ginásial (ROSA, 1990, p. 178).

A estima pela instalação deste Ginásio em Dourados é evidenciada em uma matéria do jornal O Progresso (1954, p.1):

Com grande entusiasmo e emoção assistimos dia 20, na sede do Clube Social, à solene instalação do Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados, pioneiro do ensino secundário em nosso município. [...] vimos com nossos próprios olhos, a concretização desse grandioso ideal. Com o correr dos tempos, o

intenso progresso do município se tem feito sentir: valorização das terras, intensificação demográfica, estabilização da Imprensa, instalação do Hospital e do Posto de Higiene, construção do Posto de Puericultura, criação de escolas primárias, [...] facilidade de vias de comunicação [...]. Justo seria, portanto, que para outros lados se virasse o tufão do progresso. Desta vez foi para o setor intelectual. Um passo gigantesco [...] para a mocidade de Dourados. [...] Parabéns Dourados, pela instalação do Ginásio Osvaldo Cruz.

Por meio desta matéria é possível observar a importância da implantação deste Ginásio para a região de Dourados, enquanto um símbolo do progresso para o município. O Ginásio funcionou durante dois anos (1954-1956) em duas salas do grupo escolar Joaquim Murinho, cedida pelo Governo Estadual. Logo após, Lins transferiu as aulas para sua casa, em uma chácara de dez mil metros, como afirma Robles e Assis (2016). Com as obras em andamento para a construção do colégio, em 1958 a escola foi transferida para sua sede própria, localizada na Rua Mato Grosso, onde funcionou até o ano de 2003.

De acordo com os documentos encontrados até 1980 a instituição era dirigida exclusivamente por Lins, contudo, em 1981 sua filha Rosa Maria Lins do Nascimento, é designada por Lins, para exercer as funções de diretora administrativa na Escola de 1º e 2º Graus Osvaldo Cruz. No mesmo ano é designado a cargo de diretor adjunto, o professor, Idenor Machado, por meio da Resolução S.E. nº 006/79. Acreditamos que Idenor tenha permanecido no cargo, até assumir o cargo²⁸ de Secretário de Educação durante o governo de Wilson Barbosa e Ramez Tebet (1983-1986) no estado de Mato Grosso do Sul.

No que diz respeito à mudança de nomenclatura da instituição, não foram localizados nos periódicos disponíveis, o momento desta mudança, contudo, Passone e Moreira (2015, p. 9) ressaltam que “nas páginas de *O ABC* em 1961 e 1962 a nomenclatura adotada era Ginásio e em 1968 aparece como Centro Educacional”. No acervo do GOC disponível no CDR, localizamos um quadro da instituição com a nova denominação, como mostra a figura abaixo.

Figura 5- Fachada do Centro Educacional Osvaldo Cruz.

²⁸ Atualmente Idenor Machado é vereador do município de Dourados.



Fonte: CDR-UFGD

Além disso, a documentação levantada permite acrescentar, entre as nomenclaturas: “Escola de Primeiro e Segundo Graus Oswaldo Cruz de Dourados”, a partir da Lei nº 5.692, de 1971.

Nesse sentido, surge também em Dourados, a primeira instituição a oferecer o ensino secundário público na cidade - o Ginásio Estadual Presidente Vargas. No que diz respeito às produções acadêmicas sobre esta instituição, nota-se também, que é nova enquanto objeto de pesquisa, tendo em vista que a primeira dissertação data de 2007.

Quadro 12- Relação entre os locais de busca, a localização institucional das produções; e os autores e os anos das publicações.

Autor	Ano	Título	Instituição	Tipo
Irene Quaresma Azevedo Viana	2007	O Ensino de História nas Escolas Públicas no período de 1971 A 2002, “O Caso da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados/MS	UFGD	Dissertação
Inês Velter Marques; Alessandra Cristina Furtado	2013	A escola estadual Presidente Vargas de dourados: uma instituição do sul de mato grosso (1958-1971)	UFGD	Artigo em anais
Inês Velter Marques	2014	O Ensino Secundário no Sul do Antigo Mato Grosso: O Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados (1951 – 1974)	UFGD	Dissertação

Inês Velter Marques	2013	História de uma Instituição Escolar de Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso: a Escola Presidente Vargas De Dourados (1958-1971)	UFGD	Artigo em anais
Eglem de Oliveira Passone Rodrigues ; Kênia Hilda Moreira	2013	Disciplinas escolares na escola Presidente Vargas entre 1958 e 1970: contribuições para a história da educação na região de dourados- MS	UFGD	Artigo em anais
Eglem de Oliveira Passone Rodrigues ; Kênia Hilda Moreira	2014	Livros Didáticos Utilizados na Escola Estadual Presidente Vargas (Dourados/MS, De 1958 A 2000): Contribuições Para a História das Disciplinas Escolares	UFGD	Artigo em anais
Eglem de Oliveira Passone Rodrigues ; Kênia Hilda Moreira	2014	Dinâmicas e rupturas nos currículos do ensino secundário entre 1961 e 1984: o caso da Escola Presidente Vargas em Dourados-MS	UFGD	Artigo em anais

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nos dados do mapeamento

Das sete produções localizadas, três são da autora Inês Velter Marques (2013 e 2014), sendo, uma dissertação e dois artigos, um deles em parceria com Alessandra Cristina Furtado. E três artigos das autoras Eglem de Oliveira Passone Rodrigues e Kênia Hilda Moreira (2013 e 2014).

As produções de Marques (2013 e 2014) objetivaram analisar a expansão do ensino secundário no sul de Mato Grosso, abordando a história do Colégio Estadual Presidente Vargas, desde sua gênese na cidade. As pesquisas pautam-se em documentos diversos coletados no CDR da UFGD, no Núcleo de Tecnologia Educacional de Dourados, Museu Municipal de Dourados, Jornais da cidade de Dourados, o acervo pessoal dos ex-alunos e antigos professores do Colégio. Visando compreender a importância desta instituição nas décadas de 1950 a 1970 para o município de Dourados.

A Dissertação de Mestrado de Irene Quaresma, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFGD em 2007, intitulado *O Ensino de História nas Escolas Públicas no período de 1971 a 2002, “O Caso da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados/MS”*, consiste em apresentar a implantação do ensino de História no currículo, percorrendo algumas normatizações legais sobre o ensino até contextualizar a história da

Escola Estadual Presidente Vargas e as práticas pedagógicas aplicadas no Ensino de História. A autora utilizou em sua pesquisa, fontes orais, através de entrevistas com ex-professores da instituição e documentais, por meio de leituras bibliográficas, documentos oficiais e legislações educacionais.

Localizamos três artigos produzidos por Eglem de Oliveira Passone Rodrigues e Kênia Hilda Moreira, publicados nos anos de 2013 e 2014. As autoras pesquisaram o currículo da Escola Estadual Presidente Vargas, no período de 1958 a 1986 e também o processo de instalação e funcionamento dessa instituição em Dourados. Como documentos para análises, utilizaram o acervo desta instituição, localizada na época no prédio do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) e os documentos do CDR d UFGD.

Sendo assim, nota-se que as sete produções têm como foco a trajetória desta instituição, bem como, o currículo da época. Convém lembrar, que as produções de Passone e Moreira foram de suma importância, tendo em vista, que analisaram o currículo desta instituição servindo de apoio para nossas análises.

Dando prosseguimento à implantação do GPV, embora tenha sido criado no dia 2 de outubro de 1951, por meio da Lei nº 427, pelo governador do estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa, o GPV iniciou suas atividades em 1958. De acordo com Passone e Moreira (2014), o Ginásio recebeu esse nome devido ao período de formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

Na época, havia um grupo de políticos sul-mato-grossenses que lutaram para a criação desse Ginásio, entre eles estavam o vereador Celso Muller do Amaral, que também foi um dos responsáveis pela implantação do GOC de Dourados. O funcionamento desse primeiro Ginásio público repercutiu em Dourados e região, principalmente através de matérias de jornais do período. Assim, identificamos na matéria do Jornal “O Progresso”²⁹ de 1958, o momento de inauguração desse Ginásio na cidade.

A inauguração das aulas do Ginásio Estadual Presidente Vargas, ocorrida segunda feira última, representou inegavelmente uma bela demonstração do civismo, da cultura e da verdadeira fraternidade que já se criou em torno desse novo estabelecimento de ensino. Em presença das numerosas autoridades e professores presentes, foi inicialmente entoado o Hino Nacional, pela centena de alunos formada, no pátio do ginásio. O Dr. Celso Muller do Amaral, Diretor do estabelecimento fez brilhante e substancioso alocação aos alunos, destacando a importância da verdadeira educação.

²⁹ Em 21 de abril de 1951, foi publicada a primeira edição de O PROGRESSO, desde daquele ano, as notícias sobre a cidade de Dourados foram relatadas pelo Jornal, garantindo o registro do desenvolvimento da cidade até os dias de hoje. Mais informações sobre o jornal disponível no site: <http://www.progresso.com.br/>. Acesso em 15 de Ago. 2017.

Falou, em seguida, o Dr. Raul Bezerra, um dos integrantes do corpo docente cujas palavras foram recebidas com gerais aplausos. Falaram ainda Dr. Weimar Torres congratulando-se com os presentes e com a cidade por aquele acontecimento e o Sr. Walmor Borges, em nome dos professores e alunos do Ginásio Osvaldo Cruz, manifestando satisfação pelo acontecimento. Finalmente foi procedida a benção do prédio pelo Reverendo pároco Frei Teodardo e tomada uma fotografia para registro do importante e significativo acontecimento (O PROGRESSO, 1958, p. 02).

O Ginásio Estadual Presidente Vargas, foi construído em uma área central de Dourados, denominada chácaras 57 e 58, que na época estava em início de urbanização, conforme mostra a figura 6.

Figura 6- Fachada do Ginásio Presidente Vargas 1957



Fonte: Arquivo de Eglem Passone

Com base no documento *Histórico da Escola Estadual Presidente Vargas*, datada de 1991, o espaço de 10.000 m² destinado à construção do Ginásio foi doado por Celso Muller do Amaral, professor e primeiro diretor do Ginásio. Somente no final dos anos de 1960, é que foram instaladas outras instituições com cursos ginásiais, como por exemplo, a Escola Pública Abigail Borralho, em Dourados, e a Escola Dom Bosco, em Indápolis, distrito de Dourados, como lembra Marques (2014).

Para ingressar no Ginásio era preciso realizar exame de admissão, os alunos melhores classificados entravam de acordo com as vagas disponíveis, como afirmam Passone e Moreira (2014). Durante sua trajetória, o Ginásio obteve novos cursos, dentre eles, os cursos com

Habilitação em Técnico em Agropecuária, Técnico em Economia Doméstica, Técnico em Edificações, Auxiliar de Escritório, Auxiliar Técnico de Eletrônica e Auxiliar Técnico em Mecânica, Auxiliar de Classificador de Produtos Vegetais e Auxiliar de Análise de Solo, que culminou no aumento significativo de matrículas na instituição. Além disso, por esta instituição passaram muitos Diretores, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 13- Nome dos diretores e ano dos seus respectivos mandatos

Nome do Diretor	Ano
Celso Muller do Amaral	1955 a 1960
Lísias Fernandes da Cruz	1961 a 1962
Celso Muller do Amaral	1963 a 1965
Elda Melo Rocha	1966 a 1968
Josephine H. Cleppenburg	1969 a 1970
Elasius Rachor	1971
Leila Fioravante Rosa	1972 a 1979
Zazi Brun	1980
Félix Garoia Torrente	1981
Marlene Souza Costa	1982
Amábile Gentile Biazus	1983
José Zanquettin	1984 a 1985
Antonio Aparecido Zanfolim	1986
Shirley Caniseo Valse	1986 a 1991

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base no Histórico da Escola Estadual Presidente Vargas de 1991

Em 1963, o Ginásio modificou seu nome para Colégio Estadual Presidente Vargas, com aulas direcionadas também para os estudantes interessados em prosseguir os estudos no segundo ciclo do ensino secundário, de grau científico. Em 1974, a nomenclatura do Colégio Estadual Presidente Vargas sofre alteração, através do Decreto nº 2036, conforme a determinação da Lei Federal nº 5692, estabelece a criação da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Vargas”. Conforme mostra a figura abaixo.

Figura 7- Fachada da Escola Estadual “Presidente Vargas” em 07 de dezembro de 1980.



Fonte: Requerimento de funcionamento do 2º Curso de Educação Geral, 1982

Após a Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9394/1996, houve uma nova redistribuição da rede escolar que modificou novamente a nomenclatura para Escola Estadual Presidente Vargas, que foi mantida até os dias atuais.

A seguir apresentamos os procedimentos metodológicos de localização e análise das fontes de cada instituição.

3.2 Educação Artística no Ginásio Osvaldo Cruz: em busca das fontes

Considerando, conforme Certeau (2000, p. 81), que “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”, destacamos que, a busca pelas fontes foi realizada no CDR da UFGD, pois, parte do acervo da escola Osvaldo Cruz foi doada para este centro de documentos no ano de 2015 e os mesmos encontram-se sem catalogação, o que dificultou o processo da investigação.

O acesso aos documentos do Colégio Osvaldo Cruz iniciou-se no dia dez de janeiro de 2017 e teve a duração de quatro dias de intensa investigação para a seleção das fontes. Os documentos encontram-se guardados dentro de 27 caixas, sendo estas de cores amarelas e azuis, dispostas sobre uma prateleira de aço. Havia na parte externa das caixas uma abreviação comum- JPL/COC- que significava o nome do diretor e professor José Pereira Lins (JPL) e o nome do Colégio Osvaldo Cruz (COC), além destas caixas, deparamos com envelopes e recortes de jornais referentes ao colégio.

Encontramos cerca de 120 (cento e vinte) itens, compostos por: Regimento escolar, Atas de resultados finais, diários de classe, solicitações, ofícios, requerimentos, contratos, livro ponto dos professores, fotos, álbum de formatura da primeira turma, alguns volumes do jornal estudantil “O ABC”³⁰, dentre outros, que auxiliaram a estabelecer uma relação desta documentação com a produção científica.

Em busca de vestígios e indícios da disciplina de Educação Artística foram fotografados os seguintes documentos para leitura e análise:

- Livro Ponto de 1971 a 1974;
- Quadro Curricular do ensino de 1º grau de 1973 - 1982;
- Curso Supletivo Miniginásio - 1977
- Habilitação básica em Saúde - 1978

Desta forma, por meio das fontes documentais coletadas, foi possível apresentar dados que contribuem para a história das disciplinas, em específico, a disciplina escolar de Educação Artística, no Ginásio Osvaldo Cruz. Para selecionar os documentos, levamos em consideração nosso objetivo de pesquisa, que é analisar a trajetória e as práticas educativas desta disciplina. A seguir, apresentamos análises acerca dos documentos selecionados como fonte de investigação.

Por meio do *Livro Ponto* da instituição, encontramos a presença da disciplina de Educação Artística no Curso Ginásial³¹ de 1971 a 1974. Analisando a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do Curso Ginásial de 1971 a 1974 notam-se que apesar da disciplina de Educação Artística ser inserida em 1971 nos currículos escolares, tal disciplina foi ofertada a partir de 1974 no currículo da 1ª e 2ª séries, antes disso (1971 a 1973) era ofertado a disciplina de Desenho, conforme apresentamos no quadro abaixo.

Quadro 14 – Presença da disciplina de Educação Artística na 1ª e 2ª série do Curso Ginásial de 1971 a 1974.

1ª Série 1971	1ª Série 1972	1ª Série 1973	1ª Série 1974	2ª Série 1971	2ª Série 1972	2ª Série 1973	2ª Série 1974
Desenho	Desenho	Desenho	Educação Artística	Desenho	Desenho	Desenho	Educação Artística

Fonte: CDR-UFGD

Com base na assinatura no livro ponto das aulas de Educação Artística, inferimos que o professor desta disciplina no Curso Ginásial da 1ª e 2ª série, tenha sido José Roberto

³⁰ Sobre o jornal estudantil cf. Moreira e Rodrigues (2015).

³¹ Optamos em selecionar e apresentar o Curso Ginásial da referida instituição, levando em conta nosso recorte temporal.

Martinusso. Já para as turmas da 3ª e 4ª séries, até 1974, foram ofertadas apenas a disciplina de Desenho, ou seja, não havia a disciplina de Educação Artística no quadro curricular. De acordo com Pessanha (2011, p. 1) “o objetivo da HDE é a compreensão da história das inclusões e exclusões nos currículos escolares, efeitos de processo sociais mais amplos do que a escola, mas que ganham sentido apenas dentro dos muros escolares”. Nesse sentido, de acordo com Chervel (1990, p, 180) “os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha”.

No documento intitulado *Quadro Curricular do ensino de 1º grau* nota-se a presença da disciplina de Educação Artística no currículo do ensino de 1º grau. Nesse sentido, apresentamos no quadro 15 o ano, a série e o total de aulas por semana desta disciplina.

Quadro 15 – Presença da disciplina de Educação Artística no currículo do ensino de 1º grau de 1973 a 1982.

Disciplina	Ano	Séries			
		5ª	6ª	7ª	8ª
Educação Artística	1973	-----	-----	-----	-----
	1974	1	1	1	1
	1975	1	-----	-----	-----
	1976	-----	-----	2	2
	1977	-----	-----	-----	2
	1978	-----	-----	-----	1
	1979	-----	-----	-----	1
	1980	-----	-----	1	1
	1981	-----	-----	-----	1
	1982	1	1	1	1

Fonte: CDR-UFGD

No documento intitulado *Informação nº 12/77*, enviado para o GOC pelo departamento de ensino supletivo, adverte-se que a instituição precisava rever alguns pontos para conseguir autorização para o funcionamento do Curso Supletivo Compacto – 1º grau (miniginásio). Entre estes pontos, estavam a inserção do Plano de Curso de Educação Artística no conteúdo programático e a inclusão da carga horária de todas as disciplinas por semana. Visando ajustar esses, entre outros dados para sua autorização, o Curso Supletivo (miniginásio) foi ofertado em 48 semanas, constituído por quatro módulos, com o total de 1440 horas. Apresentamos no quadro 14 a quantidade de horas destinadas para cada módulo de Educação Artística e a quantidade de aulas semanais para a 1ª fase (5ª a 6ª séries) e 2ª fase (7ª a 8ª séries) de 1982.

Quadro 16 – Módulos e quantidades de aulas semanais de Educação Artística para a 1ª fase (5ª a 6ª séries) e 2ª fase (7ª a 8ª séries) de 1982.

Disciplina	Fase	1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo	4º Módulo	Total	Aulas
------------	------	-----------	-----------	-----------	-----------	-------	-------

							Semanais
Educação Artística	5ª a 6ª séries	24	24	24	24	96	02
	7ª a 8ª séries	24	24	24	24	96	02

Fonte: CDR-UFGD

Desta forma, das 1440 horas do Curso Supletivo (miniginásio), 96 eram destinadas para as aulas de Educação Artística em cada fase. Por meio do documento intitulado *Corpo Docente*, observa-se que o professor responsável por tal disciplina era Arino Braga do Amaral, o mesmo também ministrava a disciplina de Inglês, para ambas as fases. Isso não acontece somente com essas disciplinas, pois as dez³² disciplinas ofertadas estavam a cargo de cinco professores.

De acordo com o plano deste curso, a metodologia empregada deveria ser adequada visando sempre o desenvolvimento cultural de cada indivíduo em seu potencial e em sua autoaprendizagem. Tendo como base tais fundamentos, o conteúdo de Educação Artística para a 1ª fase compreendia:

Quadro 17 – Conteúdo programático de Educação Artística do Curso Supletivo (miniginásio), 1ª fase.

Setor de Artes Plásticas	Setor da Música	Setor do Teatro
Desenho livre	Descoberta	Exercícios Corporais
Recorte	Ritmo	Jogos dramáticos
Colagem	Exercícios	Coro Falado
Pintura	Danças	Coral
Modelagem	Movimentos Musicais	Expressão Corporal
Bordados	-----	Pantomimas
Tapeçaria	-----	Teatro
Tecelagem	-----	Expressão Facial
Cerâmica	-----	-----
Artesanato	-----	-----

Fonte: CDR-UFGD

Analisando o quadro 17, observamos que os conteúdos de Educação Artística estavam organizados em três áreas artísticas, denominadas pelo próprio documento, enquanto “setores”. Estes conteúdos se correlacionam com aqueles já citados no capítulo 2, produzidos pela SEC de Mato Grosso, após a inserção desta disciplina nos currículos de 1º e 2º graus.

No quadro abaixo, apresentamos os conteúdos programáticos da 2ª fase do Curso Supletivo (miniginásio).

³² Português, Inglês, Educação Artística, História, Geografia, Ed. Moral, O.S.P. B, Física e Biologia (concentradas), Prog. de Saúde e Matemática.

Quadro 18 – Conteúdo programático de Educação Artística do Curso Supletivo (miniginásio), 2ª fase.

Artes Plásticas	Teatro
Desenho Livre	Jogos Dramáticos
Imaginação	Dramatização
Recorte	Histórias com sons e ritmos dados
Colagem	Jogos de ginásticas mental
Pintura	Expressão corporal
Modelagem	Pantomimas
Bordado	Teatro
Tapeçaria	Expressão Facial
Cerâmica	Mímica
Artesanato Regional e Local	Técnica de Expressão Corporal
-----	Técnica de Expressão oral

Fonte: CDR-UFGD, grifo nosso

Fazendo uma comparação entre os conteúdos da 1ª e 2ª fase, nota-se que diferentemente da 1ª fase, a 2ª fase não contemplava a área de música, além disso, os conteúdos da área de artes plásticas permanecem quase os mesmos, exceto os conteúdos em destaque, com a inclusão da imaginação e da exploração do artesanato regional e local. Embora tenhamos verificado um esforço maior na área de teatro, ao aprofundar um pouco mais os conteúdos (em destaque) apresentados na 1ª fase. No final do conteúdo da 2ª fase, encontramos uma referência bibliográfica intitulada *Ed. artística no Ensino do 1º grau*, acreditamos que tal referência diz respeito à edição publicada pela Secretaria de Educação no ano de 1981.

Em 1978, o professor José Pereira Lins solicita autorização a Secretária da SEC de Mato Grosso para ministrar, a nível de 2ª grau, a Habilitação básica em Saúde. No ano seguinte, foi implantada tal habilitação, que ofertava em sua grade curricular a disciplina de Educação Artística para a turma da 1ª série, com duas aulas semanais, num total de 72 horas ao final. Através do documento intitulado *Corpo docente* identificamos que a professora Regina Célia F. Lourenção, que ministrava a disciplina de Educação Artística, tinha habilitação em Letras. Conforme expomos no capítulo anterior, era comum que professores graduados em outras áreas, ministrassem a disciplina de Educação Artística.

3.3 Educação Artística no Ginásio Presidente Vargas: em busca das fontes

O acervo do GPV encontra-se disponível no atual Colégio Estadual Presidente Vargas, localizado na Rua Oliveira Marques, nº 1955 - Centro, Dourados – MS. O acesso aos documentos iniciou-se no dia dezenove de janeiro de 2017, por meio de uma explanação com a diretora sobre a proposta desta pesquisa. A mesma solicitou que procurasse a secretária da escola para apresentar a documentação do período de 1970 a 1980. Após conversar com a

secretária, ficamos de ver a documentação no dia trinta de janeiro de 2017, devido ao período intenso de matrículas na instituição. Embora a escola seja antiga, de acordo com a secretária, a única documentação das décadas de 1970 a 1980 presentes na escola, são as *Atas de Resultados Finais* dos alunos do ensino de 2º grau. Sobre os arquivos escolares Pessanha adverte que

Embora contenham grande parte da história transformam-se em obstáculo para o pesquisador da HDE, pois as instituições escolares produzem e armazenam documentos para atender a exigências legais e burocráticas e sua permanência, organização e acesso dependem dessas exigências; cessada a sua função, cessa também a preocupação com a sua preservação e, em vez de arquivos, o pesquisador se depara com depósitos de “papéis velhos” que não fazem mais parte do “arquivo vivo” da escola, mas que, por alguma razão, ainda não foram descartados (PESSANHA, 2011, p. 3).

Dessa forma, os documentos encontrados estão dispostos dentro de um armário de aço, juntamente com arquivos recentes do Colégio. Frisamos novamente que, os únicos documentos existentes e disponíveis, eram as Atas de Resultados finais dos períodos de recorte desta pesquisa (1971 a 1982). Tais documentos encontram-se guardados dentro de 5 caixas marrons nomeadas *Atas de Resultados Finais*, identificadas por períodos.

A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na localização, acesso e seleção das fontes. Além destes documentos, conseguimos diversos documentos da referida instituição, como fotografias, documentos digitalizados e arquivos em formato pdf, disponibilizados pela pesquisadora Eglem de Oliveira Passone Rodrigues que investiga sobre o GPV³³.

Encontramos até o momento cerca de 50 (cinquenta) itens, compostos por: Atas de resultados finais, ata de reuniões, resultados finais, exames de admissão, histórico, livro de matrícula, solicitação de funcionamento do 2º grau, fotografias e recortes de jornais, dentre outros, que auxiliaram a estabelecer uma relação desta documentação com a produção científica.

De acordo com Pessanha (2011, p. 2) “buscar a gênese e o funcionamento de cada disciplina conduz o pesquisador a buscar documentos que possam oferecer indícios dessa história para além dos relatos de seus atores”. Nesse seguimento, em busca de vestígios e indícios da história da disciplina Educação Artística fotografamos os seguintes documentos para leitura e análise:

- Atas de Resultados Finais de 1964 - 1975;
- Curriculum Vitae.

³³ Sobre o Ginásio Presidente Vargas cf. Rodrigues (2013; 2014).

Com base no livro intitulado *Atas de Resultados Finais* de 1964 a 1975, evidenciamos nos quadros 16 ao 19 os anos que foram ofertados a disciplina de Educação Artística para a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do Curso Ginásial do GPV.

Nesse sentido, apresentamos no quadro 16 os anos que foram ofertados a disciplina de Educação Artística para a 1ª série ginásial de 1964 a 1975. Convêm dizer, que embora essa disciplina tenha sido implantada no currículo em 1971, observamos que no GPV ela já era ofertada para a 1ª série desde o ano de 1964 denominada *Artes*, como mostra o quadro 19.

Quadro 19 – Períodos que foram ofertadas a disciplina de Educação Artística para a 1ª série do Curso Ginásial de 1964-1975.

1ª série- 1964	1ª série- 1967	1ª série- 1969	1ª série- 1970	1ª série- 1971	1ª série- 1975
Artes	Artes e Trabalho	Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística

Fonte: Ata de Resultados Finais de 1964 a 1975

Nota-se também que, após sua inserção em 1964, a instituição deixa de ofertar para a 1ª série a disciplina de Artes por dois anos. Retornando somente em 1967 por meio de uma nova nomenclatura intitulada *Artes e Trabalho* e no ano seguinte ela é excluída novamente, retornando somente em 1969 com a nomenclatura empregada pela Lei nº 5.692. Até ser excluída novamente do currículo nos anos de 1972, 1973 e 1974, retornando no ano de 1975³⁴.

Analisando o quadro 20 percebe-se que, assim como na 1ª série, a disciplina de Artes também era ofertada para a 2ª série em 1964, contudo, no ano seguinte é suprida e retorna em 1967 com a denominação de Educação Artística, que logo é suprida em 1968.

Quadro 20 - Períodos em que foram ofertadas a disciplina de Educação Artística para a 2ª série do Curso Ginásial de 1964-1974.

2ª série- 1964	2ª série- 1967	2ª série- 1969	2ª série- 1970	2ª série- 1971	2ª série- 1974
Artes	Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística

Fonte: Ata de Resultados Finais de 1964 a 1974

³⁴ Não localizamos nos documentos disponíveis, as disciplinas cursadas nessa série nos anos de 1976 a 1982.

No ano seguinte, a disciplina de Educação Artística retorna para o currículo da 2ª série, precisamente em 1969, e permanece até 1971. Contudo, no ano seguinte tal disciplina fica dois anos consecutivos fora dos currículos desta série, retornando somente em 1974³⁵.

Quadro 21 - Períodos em que foram ofertadas a disciplina de Educação Artística para a 3ª série do Curso Ginásial de 1964-1972.

3ª série- 1967	3ª série- 1968	3ª série- 1969	3ª série- 1970	3ª série- 1972
Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística

Fonte: Ata de Resultados Finais de 1964 a 1972

Para a 3ª série do Curso Ginásial, a disciplina de Educação Artística, foi ofertada a partir de 1967 e permaneceu no currículo sem interrupção até 1970, pois no ano seguinte ela é excluída, retornando somente 1972³⁶.

Quadro 22 - Períodos em que foram ofertadas a disciplina de Educação Artística para a 4ª série do Curso Ginásial de 1968-1972.

4ª série- 1968	4ª série- 1969
Educação Artística	Educação Artística

Fonte: Ata de Resultados Finais de 1968 a 1972

No que diz respeito à turma da 4ª série, a disciplina de Educação Artística é ofertada a partir de 1968 e permanece por mais um ano (1969) no currículo, sendo excluída nos anos de 1971 e 1972³⁷. Em virtude dos dados apresentados no Curso Ginásial, observamos que a disciplina de Educação Artística esteve em constantes alterações enquanto componente curricular no GPV. A permanência ou não das disciplinas nos currículos escolares resultam de vários fatores, entre eles, aspectos estruturais e sociais, imbricados na cultura escolar de cada instituição.

Além da presença desta disciplina no Curso Ginásial, tal disciplina também esteve inserida nos currículos dos cursos de 1º grau com habilitações em Economia Doméstica e Curso Básico ofertados nos anos de 1976 a 1981. Sendo assim, por meio das fontes documentais coletadas e dos autores que tratam desta instituição foi possível apresentar dados que contribuem para a história da disciplina de Educação Artística no Ginásio Osvaldo Cruz e Ginásio Presidente Vargas de Dourados.

Em 1969, a professora de Educação Artística, Neusa Maria Assis, solicita a Delegacia Regional de Ensino seu contrato do GPV para a cadeira de Educação Artística para iniciar

³⁵ Não localizamos nos documentos disponíveis as disciplinas cursadas nessa série nos anos de 1975 a 1982.

³⁶ Não localizamos nos documentos disponíveis as disciplinas cursadas nessa série nos anos de 1973 a 1982.

³⁷ Não localizamos nos documentos disponíveis as disciplinas cursadas nessa série nos anos de 1973 a 1982.

suas atividades em março do mesmo ano. Além disso, a professora foi contratada por engano em maio do mesmo ano para a cadeira de Geografia conforme consta no Livro Ata localizado no CDR da UFGD.

Através do documento intitulado *Curriculum Vitae* identificamos que tal professora era natural de Marília, no estado de São Paulo e dentre os cursos de especialização havia o *Curso de Artes Plásticas*, realizado entre janeiro e fevereiro de 1968 em São Paulo. De acordo com os dados apresentados neste documento, a professora tinha habilidades em *Decoração de Estátuas de Gesso*.

3.4 Depoimentos sobre a Disciplina de Educação Artística nas Vozes dos Professores

Este tópico visa apresentar e discutir os relatos de professores que lecionaram a disciplina de Educação Artística. Por meio da documentação encontrada, considerando nosso recorte temporal de pesquisa, identificamos um total de sete professores, contudo, destes cinco, localizamos apenas dois³⁸, sendo que um dos entrevistados trabalhou nas duas instituições – GOC e GPV-, mas com disciplinas diferentes.

Como já afirmamos, neste período de inserção desta nova disciplina no currículo, em ambas as instituições de Dourados não havia professores licenciados na área de Educação Artística, pois os sete professores identificados por meio da documentação analisada, não possuíam formação na área de Educação Artística. Isso mostra a falta de professores formados na área neste período de 1970 e início dos anos 1980. Convém ressaltar que na década de 1970 em Dourados, havia apenas uma instituição de ensino superior que oferecia o curso de Educação Artística a – Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados (Socigran)³⁹. Com base nos relatos das professoras entrevistadas, podemos dizer que a escassez de cursos voltados para a Educação Artística no Estado também ajudou a agravar um ensino de Educação Artística precária não somente para o município de Dourados, mas de todo o Estado, pois como afirmam Fusari e Ferraz (2001), com a inserção dessa nova disciplina os professores se viram despreparados e inseguros para lecionarem tal disciplina.

A falta de professores para lecionarem tal disciplina fica evidente no levantamento realizado por Santos e Fernandes (2014) em busca de fontes do ensino de arte em MS. As

³⁸ Conversamos com uma professora que trabalhou com a disciplina de Educação Artística no Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados, que se formou na primeira turma de Educação Artística da Socigran de Dourados, contudo, optamos em não expor seus relatos porque lecionou nos fins de 1980, ou seja, não está dentro do nosso recorte temporal. Entretanto, tal professora foi de suma importância para a pesquisa, pois, se mostrou disposta em ajudar a localizar os professores do período da pesquisa.

³⁹ Atualmente a instituição é denominada Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran).

autoras localizaram informações pertinentes nos Diários Oficiais do Estado, disponíveis no Arquivo Público Estadual e conseguiram identificar a quantidade de professores que ministravam essa disciplina no estado de Mato Grosso (do Sul) nos anos de 1970 e 1971. Infelizmente os dados apresentados são espantosos, pois, com base na documentação levantada pelas autoras, no ano de 1970 essa disciplina contava com um total de vinte e dois professores em sala de aula, já no ano de 1972 esse número caiu drasticamente para três, talvez, pelo fato de ainda serem ofertadas as disciplinas de – Desenho, Música, Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico, que embora tivessem suas especificidades acabavam sendo ministrados pelos professores polivalentes de Educação Artística.

A figura 8 mostra a construção do primeiro prédio da Socigran em 1978, primeira e única universidade de Dourados a ofertar o curso superior de Educação Artística.

Figura 8- Construção do primeiro prédio da Socigran em 1978.



Fonte: Extraído do site: <http://www.unigran.br/conteudo/institucional/historico.php>. Acesso em 15 de março de 2018

A Socigran abriu a primeira turma do Curso de Educação Artística em 1984. Se considerarmos que a disciplina se tornou presente nos currículos desde 1971, nota-se que a região de Dourados veio a oferecer formação específica para este futuro profissional somente

treze anos após sua implantação nos currículos de 1º e 2º graus. No quadro 21, apresentamos a relação dos nomes, ano, curso e instituição relativos a cada professor que lecionou a disciplina de Educação Artística no GOC e GPV.

Quadro 23 – Nomes dos professores que lecionaram aulas de Educação Artística no GOC e GPV nos anos de 1970-1980.

Disciplina	Ano	Nome do Professor	Curso/Formação	Instituição
Educação Artística	1971-1974	José Roberto Martinusso	Ginasial	GOC
	1978	Regina Célia F. Lourenção	2ª grau- Habilitação básica em Saúde	
	1982	Arino Braga do Amaral	Supletivo (miniginásio)	
	1969	Neusa Maria Assis	Ginasial/Cades	GPV
	1970	Elza Brandão	Nornnal	
		Mansueto Adoná	Cades	
		Carlos Antonio Schierholt	Colegial	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos documentos encontrados sobre as instituições

Como já afirmamos, a justificativa para a escolha desses professores se deu pelo fato de cada um ter lecionado a disciplina de Educação Artística no período desta pesquisa, e apesar da intensa busca⁴⁰, foram os únicos localizados. O objetivo através dos relatos desses ex-professores foi direcionado a esclarecer o funcionamento da disciplina através das práticas educativas escolares. O roteiro da entrevista teve como eixo as atividades cotidianas realizadas nas aulas de Educação Artística, e a partir daí, outras perguntas surgiram no sentido de compreender as práticas pedagógicas desta disciplina.

Ouvir os professores foi, portanto, um passo fundamental e determinante no processo de captação e compreensão do ensino de Educação Artística nas instituições pesquisadas – GOC e GPV. Antes de apresentar e comentar os relatos torna-se oportuno o pensamento de Iavelberg (2003, p. 9), em considerar que a arte “promove o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos necessários a diversas áreas de estudos; entretanto, não é isso que justifica sua inserção no currículo escolar, mas seu valor intrínseco como construção humana, como patrimônio comum a ser apropriado por todos”.

A partir desse olhar de Iavelberg (2003), trago o relato⁴¹ da professora Anita⁴², que lecionou a disciplina no ano de 1970, no GPV de Dourados. Considerando as limitações da época e principalmente da região de Dourados, esta professora possuía o curso normal.

⁴⁰ Como procedimentos de busca para localizarmos tais professores, além das redes sociais, entramos em contato com outros professores e funcionários de ambas as instituições.

⁴¹ Entrevista realizada em novembro de 2017.

⁴² Para preservar a identidade dos entrevistados, os mesmos serão identificados com nome de artistas modernistas- Anita e Tarsila. A entrevista com Tarsila foi realizada em seu prédio comercial de pilates, no dia 29 de novembro de 2017 as 09h: 45min.

Apesar do caráter polivalente da disciplina expressa na Lei, em considerar que um único professor abarcasse e dominasse em sala de aula os conteúdos de Música, Teatro, Artes plásticas e Dança, tal professora utilizou apenas uma – a Música. A professora justifica que entre tais linguagens, a música era a única área que tinha conhecimento, pois, desde pequena esteve em contato com a música, por meio dos estudos de piano⁴³. Segundo Anita, “a Educação Artística estava relacionada com a música”. Nota-se que a exploração das linguagens artísticas ficou condicionada a disposição/conhecimento do professor, que se torna figura determinante no processo de inclusão ou exclusão dessas linguagens nas aulas de Educação Artística.

Ao ser questionada sobre o funcionamento e finalidade da disciplina, a professora ressaltou que suas aulas de músicas eram teóricas, pois na escola não haviam instrumentos musicais. No que diz respeito à sua finalidade, a partir da fala de Anita, acreditamos que visava inculcar no aluno a nacionalidade e respeito patriótico. Pois, Anita revela que os conteúdos tinham como enfoque os hinos nacionais, bem como, teorias musicais atreladas à vida de compositores musicais. Anita cita como exemplo, o nome do compositor Antônio Carlos Gomes que foi um dos mais importantes compositores da ópera brasileira.

Segundo a professora, não havia apresentações fora do contexto escolar e as únicas apresentações eram realizadas na própria sala de aula com o objetivo de observar se os alunos tinham decorado de fato a letra das canções, e nas provas os alunos deveriam escrever as letras de tais canções referentes aos hinos, no valor de zero a dez. Cabe aqui uma tomada de posição em relação à prática da disciplina de Educação Artística, pois, nota-se que as práticas escolares estavam voltadas a experiência pessoal - hábitos, gostos e interesses – além da autonomia do professor de Educação Artística no desenvolvimento de suas atividades.

Como já afirmamos, era comum o uso de Livros Didáticos (LDs) como apoio para esses profissionais. Questionada sobre o material que utilizava em sala, a professora revela que poderia - “ter sido o material de canto que eu já tinha na época que eu estudava. Não me lembro se o colégio forneceu”. Apresentamos alguns LDs de Educação Artística para Anita que foram produzidos nas décadas de 1970 e 1980, contudo, não reconheceu e utilizou nenhum.

A seguir apresentamos uma fala de Anita que nos chamou atenção, pois vem constatar a visão de Ana Mae Barbosa, ao considerar que desde a implantação da disciplina por meio da lei nº 5.692, a Educação Artística foi tratada enquanto uma atividade complementar das outras

⁴³Antes da entrevista, tal professora estava fazendo aulas de violino.

disciplinas do currículo. É possível identificar essa concepção da disciplina na fala de Anita, ao revelar que

As aulas de Educação Artística deveriam ser uma só. Eu acho que devia ser uma, penso eu [...] para ter mais aulas de outras matérias como matemática, geografia e português. Educação Artística era um complemento da música, do hino, não tem tanta necessidade no futuro do aluno. Tem como patriotismo[...] mas como hoje em dia não tem.

Essa depreciação da disciplina talvez esteja atrelada à concepção da Educação Artística enquanto uma atividade a serviço das outras disciplinas e desprovida de um saber constituído como conhecimento formal, daí o preconceito, em dizer que sua utilização em sala de aula servia apenas como complemento das áreas integradas, propostas na lei nº 5.692. Para Osinsk (2002, p. 30), “a idéia da arte como conhecimento científico foi reforçada pela contribuição de teóricos como Leon Battista Alberti, que foi o primeiro a considerar a matemática como a base comum da arte e das ciências”, assim como os tratados de Leonardo da Vinci, em relacionar a arte com os estudos da natureza. Na concepção desse autor, a ideia de que arte é conhecimento e de que esse conhecimento é de suma importância para a produção e fruição artística foi tomando corpo em meados da década de 1950.

Tarsila⁴⁴, a segunda professora entrevistada, descreve uma prática artística semelhante à de Anita. Estudou o Curso Normal em São Paulo durante a adolescência e por motivos de saúde, retornou para o município de Dourados. Na época, seu pai que era amigo do diretor do GPV, e lhe disse que sua filha estava retornando para a cidade e com a falta de professores, assim que Tarsila chegou foi convidada pelo diretor do GPV a trabalhar no Curso Ginásial da instituição. Mediante a fase de desenvolvimento populacional e econômico da cidade, os professores contratados pelas instituições secundárias eram amigos e/ou parentes dos proprietários e/ou diretores da época, como é o caso de ambas as instituições pesquisadas.

Tarsila trabalhava com a disciplina de Geografia nas duas instituições- GOC e GPV, contudo, como já lecionava no GPV, em 1969 com a falta de professores para ministrarem a disciplina de Educação Artística, foi convidada para ser professora desta nova área. Segundo Tarsila a Educação Artística passou por ela no sentido de “preencher uma lacuna que havia” visando suprir uma necessidade da escola, pois no GPV não tinha quem pudesse dar tais aulas.

Questionada sobre a possibilidade em ter lecionado aulas dessa disciplina no GOC, Tarsila diz não se lembrar, embora, recorde de certa vez ter entregado a Lins os certificados

⁴⁴ Entrevista realizada na casa da entrevistada, no dia 18 de março de 2018, as 09h: 40min.

de seus cursos, dentre eles, um que havia feito em São Paulo de artesanato. No que diz respeito a esse curso, Tarsila afirma que

Foi um curso que realizei no período de férias em São Paulo. Era um curso teórico e prático de artesanato. Pintamos muitas estátuas de gesso... eu tinha umas técnicas super diferentes, técnicas que eu nunca mais vi em lugar nenhum. Quando voltei a morar em Dourados não tive condições de continuar este trabalho devido a falta de material que não havia aqui, porque, eram tintas especiais e perolizadas, conhecida na época como nacarada. Utilizávamos a técnica de vitrificação, com camadas e camadas de verniz que a gente preparava. Aqui não tinha material adequado para gente fazer. Durante o curso, a gente comprava pronta as peças de gesso, raramente modelávamos nossa própria peça.

Em relação aos conteúdos ministrados nas aulas de Educação Artística no GPV, Tarsila ressalta que, não tinha noção das coisas que envolviam a disciplina, pois “ninguém nos fornecia nenhum roteiro para as aulas”, portanto, aplicava durante as aulas de *Teoria Musical*, com textos extraídos de seus cadernos do Curso Normal. Pois, segundo está professora, “o material didático na época era muito, muito restrito. Dava aula de geografia e erma meia dúzia de mapas que a gente tinha”. Para ela, “as crianças quase não conheciam os hinos brasileiros, eu lembro de ensinar a eles esses hinos”. Como ela havia tido aulas de canto e música durante o curso normal, utilizou segundo ela, sua “bagagem escolar” para as aulas de Educação Artística.

Portanto, estudavam-se os hinos, para posteriormente cantarem em sala de aula. Além dos hinos, os alunos realizavam atividades relacionadas as datas comemorativas, como a páscoa por exemplo. Tarsila recorda-se de uma atividade em que os alunos deveriam pesquisar os elementos presentes na bandeira do Brasil, como a identificação de que cada estrela representava um Estado. De acordo com o relato da professora, tal disciplina não reprovava “então geralmente os meninos não ligavam muito, porque a nota não valia... Os meninos principalmente não ligavam muito para a disciplina”.

Após o nascimento de sua filha, deixou as aulas de ambas às instituições na década de 1972, justamente no período, que segundo ela regressavam-se para a cidade de Dourados, professores advindos de outras regiões.

4 LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: uma análise quanti-qualitativa

Este capítulo tem como objetivo analisar os conteúdos disciplinares presentes nos Livros Didáticos (LDs) de “Educação Artística”, a partir do surgimento da disciplina, com a Lei nº 5692/1971. Questionamos sobre a produção, circulação e usos dos referidos LDs, com ênfase para o conteúdo disciplinar, a partir da obrigatoriedade desta disciplina nos currículos de 1º e 2º graus, que, como afirma Cunha (2015, p. 48),

marcou a demanda e a conseqüente produção dos livros próprios para o ensino da Educação Artística. Desde então, estes extrapolaram uma lógica restrita às práticas do desenho voltado à livre expressão da criança, como pretendido pelas escolinhas de arte e também, de uma produção gráfica do aluno pautada apenas em princípios extraídos dos livros de desenho geométrico [...].

Embora, não se tenha conseguido identificar por meio das documentações levantadas e nos relatos dos professores entrevistados os LDs utilizados na época para a disciplina de Educação Artística nas instituições pesquisadas, consideramos importante apresentar essa análise dos LDs para compreendermos como estava sendo concebida esta disciplina através dos LDs, ou seja, quais os conteúdos escolhidos pelas equipes editoriais mediante as interpretações da Lei nº 5.692/71, considerando a influência dos livros didáticos na formação e na prática de professores em sala de aula. Visando responder estas questões, tomamos como fonte 25 LDs de Educação Artística publicados entre as décadas de 1970 e 1980.

Sobre a definição de LD, Choppin (1992, apud MOREIRA; SILVA, 2011, p. 17), afirma tratar-se de um livro que “apresenta um conjunto extenso de conteúdos do currículo, com uma progressão em unidades, em lições, favorecendo tanto usos coletivos como individuais”. Portanto, consideramos como LD o material impresso produzido para servir ao processo de ensino-aprendizagem para a disciplina de Educação Artística. Para problematizar os LDs consideramos as leituras de: Chartier (1990), Moreira; Silva (2011), Munakata (2012), Barbosa (2015), Cunha (2015), Moreira e Hernández Díaz (2017). E para tratar da História das disciplinas escolares tomamos como base as leituras de Chervel (1990) e Pessanha; Daniel; Menegazzo (2004).

Para apresentar tal discussão dividimos o presente capítulo em quatro partes: 4.1 “Livro Didático de Educação Artística: um produto resultante da Lei” que trata da produção dos LDs de Educação Artística após sua inserção nos currículos de 1º e 2º graus; 4.2 “Construções Geométricas nos Livros didáticos para a Educação Artística”, que analisa as

coleções didáticas de Educação Artística que utilizam construções geométricas com fins artísticos; 4.3 “Polivalência Expressa nos Livros Didáticos de Educação Artística” trata de coleções que contemplaram a polivalência, com conteúdos de música, teatro e artes plásticas e 4.4 “Técnicas e Materiais nos Livros didáticos de Educação Artística” que analisa materiais e técnicas diversas propostas nas atividades dos LDs para essa disciplina.

4.1 Livro Didático de Educação Artística: um produto resultante da Lei

Os primeiros LDs de Educação Artística relacionam-se ao início da história dessa disciplina nos currículos de ensino do 1º e 2º graus, por meio da lei nº 5. 692/71, que naquele momento era concebida como uma parte da área de comunicação e expressão. Mas o que é uma disciplina? Na concepção destes autores

A palavra disciplina, tal como se conhece hoje, é uma criação recente. Na França, por exemplo, só é registrada após a 1ª Guerra Mundial, mas guarda a idéia de sua origem: disciplinar, ordenar, controlar. A disciplina escolar seria resultado da passagem dos saberes da sociedade por um “filtro” específico, a tal ponto que, após algum tempo, ela pode não mais guardar relação com o saber de origem. Para ele, a disciplina é o preço que a sociedade paga à cultura para passá-la de uma geração à outra (CHERVEL, 1990 apud PESSANHA; DANIEL; MENEGAZZO, 2004, p. 58).

A Lei 5692/71 e a expansão da indústria editorial a partir de 1970 representam um marco no processo de produção, circulação e uso dos materiais didáticos, alterando profundamente o perfil dos seus autores. É sabido, que após a entrada dessa disciplina nos currículos, o mercado dos LDs se empenhou na produção de materiais para essa nova área.

De acordo com Cunha (2015), Valnir Chagas, um dos principais atuantes na formulação e implantação da Reforma em 1971, redigiu o Parecer do MEC nº 853 que além da configuração do Núcleo Comum, abordava também, as mudanças em relação à utilização do LD após a implantação da Lei nº 5. 692/71, expondo vantagens de eficiência e economia para todos (família, escola e comunidade). De acordo com este Parecer,

Quanto ao livro didático, problema que sob este ângulo segue de perto o do magistério, a nova concepção do currículo poderá conduzir a uma apreciação de textos, com um seguro aumento de eficiência e enorme economia para as famílias, as escolas e as comunidades. Basta dizer que hoje, ao atingir o fim do ginásio, um só aluno terá um acervo acumulado não inferior a 50 livros; e este número baixará facilmente para 15 ou 20, no máximo, quando se estructure e desenvolva a escolarização de 1º grau segundo a orientação aqui preconizada, como aplicação direta da Lei 5.692 (BRASIL, MEC, 1971).

Para Cunha (2015, p. 39), com o intuito de diminuir as despesas do Estado com os LDs, as políticas deste setor no ano da promulgação da Lei 5. 692, “foram marcadas pela atuação iniciada pelo INL, como consequência também do Decreto nº 68. 728, de 9 de junho de 1971, que extinguiu a COLTED⁴⁵”. A partir daí, o governo brasileiro “desenvolveu a partir do INL um programa de coedição de livros didáticos em convênio com as editoras, autores, tradutores, gráficos, distribuidores e livreiros”. Assim o Instituto Nacional do Livro (INL) assumiu as atribuições administrativas e financeiras, ao lado dos estados da federação, que passaram a contribuir financeiramente para o Fundo do Livro Didático (FLD). Contudo, Cunha (2015), adverte que o projeto de coedição não permitiu a diminuição dos valores dos LDs para todos, conforme anunciado acima no Parecer do MEC nº 853/71.

Em 1976, por meio do Decreto nº 77.107, o INL foi substituído pela Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), que passou a ter competência sobre o programa do LD coeditado junto aos Estados. Para Bomeny (1984 apud Cunha, 2015, p. 41), a Fename⁴⁶ “distribuiria uma determinada soma de livros didáticos para as crianças carentes da rede oficial de 1.º grau, e seria de competência também dos estados participarem, como no caso do INL, com a contrapartida financeira e ainda material”.

De acordo com Cunha (2015, p. 46),

Em direção oposta à da Fename, produzia-se um vasto número de publicações nas editoras privadas para o ensino de Educação Artística. Estas editoras propunham livros didáticos também voltados para os alunos, os quais, se comparados à produção coeditada com a Fename, contemplavam a maior parcela de livros específicos para o aluno de Educação Artística nos anos 1970. Essas empresas faziam parte do ascendente setor de produção do livro didático, pois, apesar das ações de coedição empreendidas pelo MEC, o setor privado se fortalecia desde as décadas anteriores.

Observa-se, portanto, que existiam duas configurações na produção e distribuição dos LDs de Educação Artística aos estudantes e professores - pelo setor privado e também pelo Estado. Consequentemente, com a obrigatoriedade da Educação Artística nos currículos escolares, o mercado editorial passou a produzir materiais específicos para esta disciplina.

⁴⁵ A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) foi criada no MEC pelo Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, durante o Governo Castelo Branco (1964-1967), com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com o aperfeiçoamento do livro didático e do livro técnico (CUNHA, 2015).

⁴⁶ De acordo com Cunha (2015), não foi localizado qualquer manual voltado a sua distribuição aos alunos de Educação Artística, como parte do programa de coedição com a Fename. Portanto, o livro público coeditado para o aluno, vendido a preços modestos, não foi uma proposta ampla do governo brasileiro naquele período.

Desta forma, nota-se que os LDs de Educação Artística foram produzidos num período marcado pela ditadura civil-militar e pelo crescimento econômico no Brasil, na qual a educação era vista como fator determinante para tal desenvolvimento.

Nesse sentido, este crescimento econômico também impulsionou o setor empresarial dos LDs, em especial aqueles voltados para a novíssima área do currículo, pois, com a instauração da Lei nº 5692/71 que definiu as novas diretrizes e bases da educação nacional para os estabelecimentos de 1º e 2º graus, o governo teve que acompanhar as demandas escolares aplicando verbas para o treinamento de professores, por meio dos cursos de licenciaturas curtas e plenas. Contudo, Moreira e Silva (2011), ressaltam que estes investimentos não foram suficientes e é nesse contexto que o LD aparece com um papel central, isto é, ele tem a função de suprir as deficiências dessa “democratização do ensino”, e como o CFE não fixou os programas curriculares nos estabelecimentos, limitando-se a estabelecer apenas linhas gerais para o núcleo de Comunicação e Expressão, as editoras lançaram os LDs embasados nessas linhas gerais propostas na lei.

Na concepção de Martins (2000, p. 10), parte do currículo escolar deve definir “quais os saberes e os assuntos que serão privilegiados na escolarização”, pois pensar as disciplinas escolares no contexto da cultura escolar significa na concepção da autora “reconhecer a originalidade da produção dos saberes ensináveis, e reiterar que tais saberes são definidos, alterados e implementados por meio de propostas curriculares” (MARTINS, 2000, p. 13). Para Campos (2008, p. 33), com “a falta de precisão entre os termos atribuídos aos campos de conhecimento – atividades, áreas de estudos e disciplinas – acaba por trazer complicações para a compreensão e a prática da Educação Artística”.

A partir daí, surge uma concepção tecnicista da educação “que defende a ideia de que um bom LD é suficiente para garantir a apreensão do saber por parte do aluno em sala de aula, independente da qualificação do professor” (MOREIRA; SILVA, 2011, p. 18), impulsionando o crescimento do setor editorial, tendo em vista que em 1985 o governo cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), tendo como comprador principal o governo federal.

Ferraz e Siqueira (1987, p. 43, grifo do autor) acreditam que os LDs para Educação Artística começaram a ser editados “porque os editores entenderam o ensino de ARTE nas escolas como mais uma disciplina que deveria se enquadrar nos moldes de todas as outras”. De acordo com as autoras “fica difícil avaliar se estes LDs foram idealizados por editores e autores para satisfazer a interesses comerciais ou por desconhecer as reais necessidades do educando com relação à ARTE”. Deste modo, os LDs de Educação Artística visam compreender como uma determinada realidade social foi construída, pensada, dada a ler

(CHARTIER, 1990). Entende-se, portanto, que os LDs fazem parte da cultura escolar, que trazem em sua essência,

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Para Cunha (2015, p. 4), “este setor ascendia desde os anos de 1960, com a ampliação da rede escolar”, resultando no aumento da produção, circulação e consumo para atender um público maior nas escolas. Além disso, na concepção da autora, a produção inaugural do livro de Educação Artística incide justamente em um momento de remodelação dos modos de produção dos LDs, distinguido pela atuação de editoras especializadas, que absorviam mais tecnologias na fabricação de impressos com fins didáticos.

É sabido que os LDs possuem uma organização complexa, com propostas de significados dirigidos aos seus leitores por meio dos dispositivos textuais e gráficos. No que diz respeito à produção dos LDs, Munakata (2012, p. 184), afirma que,

[...] O livro é papel e tinta formando a mancha (a área impressa de uma página); o que ali se imprime passa por edição e copidesque (que muitas vezes introduzem alterações no texto original), revisão e preparação de texto, que, então, é organizado em páginas (paginação), de acordo com um projeto editorial; as páginas formam cadernos de um certo formato, que são colados ou costurados e encadernados, recebendo procedimentos de acabamento editorial e gráfico; para, finalmente, ser distribuído, e (eventualmente) lido.

Nesse sentido, visando compreender as escolhas editoriais para os conteúdos dessa disciplina, localizamos 25 LDs produzidos nas décadas de 1970 e 1980 para a Educação Artística. Sendo assim, dos vinte e cinco LDs de Educação Artística selecionados, dezesseis foram consultados no Catálogo da Base LIVRES⁴⁷, que integra o acervo da Biblioteca do Livro Didático (BLD) da Faculdade de Educação da USP (Feusp) e nove LDs do acervo

⁴⁷ Contêm o Banco de Livros Escolares Brasileiros, embora seu acesso seja livre através do site da USP, as obras solicitadas são consultadas somente no local, ou seja, na biblioteca da Feusp. Convém dizer, que os LDs localizados no site- <http://www4.fe.usp.br/biblioteca/acervos/livros>, foram fotocopiados pessoalmente pela orientadora desta pesquisa em uma visita a biblioteca da Feusp.

peçoal⁴⁸ da pesquisadora. No quadro abaixo, apresentamos os dados de cada LD localizado para a análise.

Quadro 24- Dados dos LDs de Educação Artística nos anos de 1970 e 1980.

Ano	Autor	Título	Série/Volume	Editora	Acervo
1980	Eiji Yajima	Plástica Educação Artística	5ª série	IBEP	Acervo Pessoal
1980	Eiji Yajima	Plástica Educação Artística	6ª série	IBEP	Acervo Pessoal
1980	Eiji Yajima	Plástica Educação Artística	7ª série	IBEP	Acervo Pessoal
1980	Eiji Yajima	Plástica Educação Artística	8ª série	IBEP	Acervo Pessoal
197?	Leni M. ^a Navolar Bornemann	Desenho Geométrico Educação Artística	Volume 1	Arco Íris	Acervo Pessoal
197?	-----	Comunicação pela Arte Educação Artística ⁴⁹	6ª série	FTD	Biblioteca Feusp
1977	Ornaldo Fleitas	Comunicação pela Arte Educação Artística	6ª série	FTD	Biblioteca Feusp
1979?	Jurema Barros Waack; Maria Célia Bombana Christofolletti	Educação Artística Estudo Dirigido	5ª série	IBEP	Biblioteca Feusp
1979?	Jurema Barros Waack; Maria Célia Bombana Christofolletti	Educação Artística Estudo Dirigido	6ª série	IBEP	Biblioteca Feusp
1979?	Jurema Barros Waack; Maria Célia Bombana Christofolletti	Educação Artística Estudo Dirigido	7ª série	IBEP	Biblioteca Feusp
1979?	Jurema Barros Waack; Maria Célia Bombana Christofolletti	Educação Artística Estudo Dirigido	8ª série	IBEP	Biblioteca Feusp
1980?	Malaí Guedes de Oliveira	Hoje é Dia de Arte	5ª série	IBEP	Acervo Pessoal

⁴⁸ Estes LDs foram doados pela mãe arte-educadora da pesquisadora e também por uma professora que guardava seu material do ensino de 1º grau enquanto aluna, em especial o LD intitulado *Hoje é Dia de Arte*, convém ressaltar, que esta coleção também está disponível na biblioteca da Feusp.

⁴⁹ Este LD é de uso exclusivo para o professor, na qual, contém explicações direcionando o professor para cada atividade proposta na versão do LD para o aluno, de autoria de Ornaldo Fleitas (1977).

1980?	Malaí Guedes de Oliveira	Hoje é Dia de Arte	6 ^a série	IBEP	Acervo Pessoal
1980?	Malaí Guedes de Oliveira	Hoje é Dia de Arte	7 ^a série	IBEP	Acervo Pessoal
1980?	Malaí Guedes de Oliveira	Hoje é Dia de Arte	8 ^a série	IBEP	Acervo Pessoal
198?	André Herling	Desenho- Educação Artística	6 ^a série	IBEP	Biblioteca Feusp
198?	André Herling	Desenho- Educação Artística	7 ^a série	IBEP	Biblioteca Feusp
198?	André Herling	Desenho- Educação Artística	8 ^a série	IBEP	Biblioteca Feusp
1982	Natália Xavier; Albano Agner	Viver com Arte Educação Artística	Volume 1	Ática	Biblioteca Feusp
1984	Natália Xavier; Albano Agner	Viver com Arte Educação Artística	Volume 1	Ática	Biblioteca Feusp
1984	Natália Xavier; Albano Agner	Viver com Arte Educação Artística	Volume 2	Ática	Biblioteca Feusp
1984	Natália Xavier; Albano Agner	Viver com Arte Educação Artística	Volume 3	Ática	Biblioteca Feusp
1984	Natália Xavier; Albano Agner	Viver com Arte Educação Artística	Volume 4	Ática	Biblioteca Feusp
1985	Thelma Vasconcellos; Leonardo Nogueira	Educação Artística Reviver Nossa Arte ⁵⁰	Volume 1	Scipione	Biblioteca Feusp
1985	Thelma Vasconcellos; Leonardo Nogueira	Educação Artística Reviver Nossa Arte: caderno de atividades	Volume 1	Scipione	Biblioteca Feusp

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos LDs da Biblioteca Feusp e do acervo pessoal da pesquisadora.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos de localização, acesso e seleção das fontes levamos em consideração nosso objetivo de pesquisa, levando em conta os LDs de Educação Artística publicados dentro do recorte temporal dessa pesquisa.

Como já afirmamos, os arquivos escolares e os relatos das ex-professoras que lecionaram a disciplina de Educação Artística não revelem os LDs utilizados neste período

⁵⁰ Este LD vem acompanhado por um caderno de atividades. Portanto, apresentamos neste quadro a versão Livro-Texto que contém somente os conteúdos de Educação Artística e a versão do LD que dispõe apenas de atividades relacionadas aos conteúdos apresentados no Livro-texto.

nas instituições, uma pesquisa realizada por Heloísa Ferraz e Idméa Siqueira, em 1983 (continuou em 1984 e 1985), analisando questionários respondidos por 150 professores de Educação Artística do estado de São Paulo (SP), verificaram que 82,8% utilizavam os livros didáticos como fonte de ensino em suas aulas. Dentre os LDs de Educação Artística mais citados, estavam: *Viver com Arte*, *Plástica Educação Artística*, *Educação Artística Reviver nossa Arte*, *Desenho Geométrico* e *Hoje é Dia de Arte* (FERRAZ; SIQUEIRA, 1987). Portanto, além destes LDs, localizamos também outras coleções da época.

A seguir, apresentamos oito coleções, ou seja, conjuntos de livros da mesma natureza organizados de acordo com sua seriação. São eles:

- Desenho- Educação Artística;
- Educação Artística Estudo Dirigido;
- Comunicação pela Arte Educação Artística;
- Hoje é Dia de Arte;
- Educação Artística Reviver Nossa Arte;
- Viver com Arte Educação Artística;
- Plástica Educação Artística;
- Desenho Geométrico Educação Artística.

Embora existissem LDs para o segundo⁵¹ grau, as oito coleções localizadas dizem respeito ao ensino de primeiro grau (5ª a 8ª série). Metade das coleções apresentadas encontram-se completas, são elas: *Educação Artística Estudo Dirigido*; *Hoje é Dia de Arte*; *Viver com Arte Educação Artística* e *Plástica Educação Artística*. Já as coleções incompletas são: *Desenho- Educação Artística* (6ª, 7ª e 8ª séries); *Comunicação pela Arte Educação Artística* (6ª série); *Educação Artística Reviver Nossa Arte* (volume I) e *Desenho Geométrico Educação Artística* (volume I).

Em relação ao termo *uso* dos LDs, Munakata (1997, p. 204 Apud REIS, 2006, p. 12), ressalta que:

a rigor, livro didático não é para ser lido como se lê um tratado científico-postura adotada por muitos críticos de conteúdo dos livros didáticos. Livro didático é para usar; ser carregado à escola; ser aberto; ser rabiscado (não, isso não pode, o livro não pode ser consumível); ser dobrado, ser lido em voz alta em alguns trechos e em outros, em silêncio; ser copiado (não se pode consumi-lo!); ser transportado de volta a casa; ser aberto de novo; ser “estudado”. Raros livros didáticos (...) são lidos de cabo a rabo.

⁵¹ Recentemente localizamos um LD de Educação Artística para o ensino de segundo grau, intitulado *Educação Artística - Segundo Grau*, de Valdemar Vello Luís Huertas Diaz, publicado em 1983 pela editora Ática.

Portanto, embora os LDs apresentem um protocolo ou organização de leitura, sempre caberá ao leitor a escolha e a apropriação dos mesmos, utilizando leituras diferentes daquelas propostas pelos autores e/ou editoras. Neste sentido, percebemos que cada LD analisado trazia no discurso dos autores e editores um objetivo para a Educação Artística, a exemplo, algumas editoras se preocuparam em adequar as coleções de acordo com os princípios da Lei nº 5.692/71 e do Parecer nº 853/71, ao levarem em consideração a formação necessária do educando para o desenvolvimento de suas potencialidades e o cultivo das linguagens na área de comunicação e expressão.

Como foi o caso das coleções *Educação Artística Estudo Dirigido*, do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP) e *Comunicação pela Arte Educação Artística*, da editora que pertencia aos irmãos maristas, que em homenagem a Frère Théophane Durand (Superior Geral da Congregação Marista de 1883 a 1907) intitularam o nome da empresa de FTD. Na apresentação dedicada ao professor, os autores da primeira coleção citada acima, afirmam que procuraram “nesta obra, adequar ao aluno o nosso trabalho, tendo em vistas as bases legais de um planejamento cuidadoso. Os objetivos do nosso trabalho são os mesmos da Escola de 1.º e 2.º graus, encontrados na lei nº 5.692 de 11/8/1971 [...] e do Parecer nº 853/71” (WAACK; CHRISTOFOLETTI, 197?, p. 1). Além dos conteúdos voltados para a Educação Artística, as coleções *Desenho- Educação Artística* e *Hoje é dia de Arte* trazem em sua apresentação o uso do desenho atrelado à geometria, com dedicatórias ao professor e/ou aluno, ambas são da editora IBEP, isso mostra que a mesma editora publicava LDs de Educação Artística com diferentes enfoques.

A coleção *Plástica Educação Artística*, da editora IBEP e o LD *Desenho Geométrico Educação Artística*, da editora Arco-íris também apresentam uma proposta semelhante, com materiais de desenho geométrico para realizar as atividades propostas, como por exemplo, régua, compasso e transferidor. Cabe ressaltar, que na apresentação do LD *Desenho Geométrico Educação Artística* revela que “desenhar é fácil desde que tenhamos um método. Importante é repetir os exercícios até que eles façam parte de nós” (BORNEMANN, 197? p. 4). Neste viés, as atividades sugeridas para os alunos, contemplem exercícios de repetição, ampliação e redução de figuras.

Outras coleções vieram acompanhadas de um livro-texto e um caderno de atividades, voltadas para a expressão plástica, com atividades técnicas consideradas criativas como mostra a apresentação do LD *Educação Artística Reviver nossa Arte*, da editora Scipione ao afirmar que “todas as páginas apresentam **motivações** ou **aplicações** propondo atividades

criativas que ampliam os temas abordados” (VASCONCELLOS; NOGUEIRA, 1985, p. 3, grifo dos autores). O mesmo acontece com a coleção *Viver com Arte Educação Artística*, da editora Ática.

Dos vinte e cinco LDs selecionados, quinze foram editados pelo IBEP, editora fundada em 1965⁵² na Rua Senador Feijó, centro de SP, em 1980, já era considerada uma das maiores referências no mercado nacional de livros didáticos e um dos maiores grupos editoriais do país. O restante totaliza cinco LDs da editora Ática, dois da editora FTD, dois da editora Scipione e um da editora Arco-íris.

Em relação à produção dos LDs, Cunha (2015), aponta que a partir dos anos de 1960, em decorrência do aumento da rede escolar pela LDBEN/61, que tornou obrigatório o ensino primário e ampliou o ensino secundário, além dos incentivos internacionais pela série de acordos de financiamento da educação MEC e United States Agency for International Development (USAID), conhecido como acordo MEC/USAID, bem como, as propostas advindas com a lei 5692/71, acarretaram na expansão da indústria editorial, que a partir de 1970 fizeram com que a produção de materiais didáticos se tornasse cada vez mais modernos, graças aos avanços tecnológicos e é nesse contexto caracterizado pelo uso significativo de recursos visuais é que nascem os LDs para a Educação Artística, atualizados e com composições gráficas modernas.

Como resultado de tais avanços, assim como Munakata (2012), Bittencourt (2004), aponta que tais inovações tecnológicas impostas pela fabricação do livro, tem modificado o papel do autor da obra didática. Na concepção da autora

A autoria do livro didático tem passado por transformações ligadas às especificidades desse produto cultural, notadamente o retorno financeiro considerável que ele traz, sobretudo no caso de países como o Brasil, com um expressivo público escolar e um mercado assegurado pelo Estado na compra e distribuição de livros para as escolas públicas. Nos últimos anos, o interesse de editoras estrangeiras, que tem se concretizado na compra ou associações com empresas nacionais, conduz a transformações que afetam o papel do autor do livro escolar. Para agilizar a produção e criar padrões uniformes para o livro didático dilui-se a figura do autor por intermédio da compra de textos de vários escritores, textos que se integram em um processo de adaptações nas mãos de técnicos especializados (BITTENCOURT, 2004, p. 477).

Neste processo de transformações dos LDs, fica difícil identificar o responsável pela escrita do texto, pois “há grande distância entre o que o autor escreve e o livro publicado”

⁵² Dados extraídos do site: <http://editoraibep.com.br/page/5/quem-somos>. Acesso em março de 2018.

(MUNAKATA, 2012, p. 57). Na concepção deste autor, na indústria cultural, a autonomia do autor encontra-se cancelada, pois a produção da obra como mercadoria é segmentada em trabalhos parcelares. Em conformidade com as palavras de Munakata, Bittencourt (2004, p. 477), afirma que “copidesque, revisor de texto, pesquisador iconográfico, entre outros, constituem uma equipe cada vez mais numerosa de pessoas responsáveis pelo livro, e o autor do texto, embora permaneça encabeçando esse conjunto de profissionais, nem sempre é a figura principal”.

Assim, o LD se sobressai como um produto/mercadoria inerente ao universo mercadológico editorial e com os LDs de Educação Artística não foi diferente. Por isso, as editoras didáticas que pretendiam abarcar esse tipo de produção, deveriam se adequar as exigências da lei, visando criar um produto que “demandava um arranjo de teorias particulares da arte para a educação” (CUNHA, 2015, p. 47). Por este motivo, o mercado do LD “viu-se frente à demanda por títulos que permeassem a nova área” (CUNHA, 2015, p. 5).

Em relação aos autores das oito coleções, conseguimos encontrar informações dos autores de duas coleções. A primeira é do autor da coleção *Plástica Educação Artística*, de Eiji Yajima, publicado em 1980 pela editora IBEP. De acordo com as informações extraídas da *Plataforma Lattes*⁵³, afirmamos que antes da publicação desta coleção, o autor possuía desde 1970, Graduação em Licenciatura em Desenho e Plástica, realizado no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (FEBASP). Realizou ainda nesta instituição o Curso de Educação Artística - Curta Licenciatura, no ano de 1976 e em 1977 fez o Curso de Licenciatura em Artes Plásticas, com habilitação em Artes Industriais e Graduação em Educação Artística, com habilitação em Artes Plásticas.

Em 1981, após a publicação da coleção, Eiji Yajuma fez Graduação em Pedagogia (Administração Escolar e Magistério) e Pedagogia com habilitação de Supervisão Escolar, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Em 1989 fez Graduação em Educação Artística com habilitação em Desenho, em 2000 concluiu sua especialização Lato Sensu em Artes Plásticas-Aquarela e Mestrado profissional em Educação, Arte e História da Cultura, na Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE) intitulada *Julio Guerra. Um artista amador em conflito com tendências modernas*, defendida em 2002. Desde 1971 atua como Professor na FEBASP e desde 2013 é professor titular da Faculdade Mozarteum de São Paulo (FAMOSP). Nota-se que o autor desta coleção possui um vasto conhecimento na área de Educação Artística, com foco nas artes plásticas, que, aliás, é o nome dado a sua coleção.

⁵³ Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4107934668012474>.

O segundo autor é da coleção *Desenho- Educação Artística*, de André Herling, publicado pela editora IBEP, sem data de publicação, embora, acredita-se que seja da década de 1980. De acordo com as informações extraídas do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba⁵⁴, André Herling foi professor, artista plástico e escritor. Formado pela Escola Normal Sud Mennucci (ENSM), tornou-se professor de Desenho, após aprovação em concurso público, do Ginásio Estadual de Martinópolis (GEM), de SP. Foi igualmente professor de Desenho e atuou como diretor no GEM em 1956 e no Ginásio Estadual Abílio de Paula (GEAP), em São Pedro. Como pintor, participou do Salão de Belas Artes de Piracicaba em 1961 e foi objeto de homenagem no 23º Salão de Belas Artes de Piracicaba. Apresentamos no quadro abaixo os conteúdos propostos em cada LD de Educação Artística selecionados para a análise.

Quadro 25-Relação geral dos conteúdos propostos nos LDs de Educação Artística.

Título do LD	Série/Volume	Conteúdo
Plástica Educação Artística	5ª série	O verão; Ponto e linha; A letra e o número; A superfície; Simetria; O inverno; A cor; Folclore; Valor; Projetar; Textura, volume e percepção; Quebra cabeça; Natal e papéis para recorte.
	6ª série	Letras e números; Percepção; Memória visual; Desenho linear; Dia das mães; Expressão Humana; O ovo mágico; Composição; Dobradura; Papagaios; Folclore; A cor; Poliedros regulares, tetraedro regular, hexaedro regular, octaedro regular, dodecaedro regular, icosaedro regular; Mosaico; As mãos; Mímica; História da arte; Trilha e Decoração.
	7ª série	Letras e números; A cor; Ilusão ótica; Percepção; Desenho geométrico; Composição; Faixa decorativa; Módulo tridimensional; Folclore; A figura Humana; História da arte; Desenho; Mural e Trilha.
	8ª série	Letras e números; Sistema de representação; A cor; Interpretação do espaço, Percepção, Equilíbrio; Composição; Ritmo; A figura Humana; História em quadrinhos e História da arte.
Desenho Geométrico Educação Artística	Volume 1	Material de desenho; Sistema métrico decimal; Redução e ampliação; Mapa do Brasil; Escolas; Bandeira Brasileira; cores; Letras; Gregas; Numerais; Balões; Ponto, reta e plano; Linguagem e teoria dos conjuntos; Linhas; Retas, Figura geométrica plana e não plana; Polígonos; Transferidor, Ângulos; Triângulos; Quadriláteros; Circunferência; Desenho decorativo e Datas Comemorativas
	6ª série (livro do professor)	O Ponto e a linha; Desenho; Introdução histórica ao desenho do natural; Desenho figurativo e abstrato; Material para desenhar; Sombras; Perspectiva; Cores; Composição decorativa; Técnica do guache; Modificação de superfície; Letras; Jornal mural; Nanquim; Pintura em tecidos; Carimbos; Gravuras; Linóleogravura; Xilogravura e pirogravura; Palitos e Artes plásticas no Brasil.

⁵⁴ Texto extraído IHGP através do link: http://wiki.ihgp.org.br/HERLING,_Andr%C3%A9.

Comunicação pela Arte Educação Artística	6ª série (livro do aluno)	<p>ARTES PLÁSTICAS: Ponto, linha e desenho; Desenho do natural; Material de desenhar; As proporções; Sombras; Perspectiva; Cores; Cor complementar e análoga; Cores neutras, matiz, cores quentes e frias; Composição decorativa; Técnica do guache; Modificação de superfície; Letras; Jornal mural; Nanquim; Pintura em tecidos; Nós e o nó; Máscaras; Carimbos; Gravuras; Linóleogravura; Xilogravura e pirogravura; Palitos; Cortiça e Artes plásticas no Brasil.</p> <p>MÚSICA: Som musical; Representação do som musical; Escala diatônica; Modos da escala; Acidentes musicais; Formas musicais; Instrumentos musicais; Conjuntos instrumentais e Vamos conhecer nossos músicos.</p>
Educação Artística Estudo Dirigido	5ª série	<p>Criatividade; Leitura; Música, ritmo e som; Reta, ponto e plano; Linhas; Composição decorativa; Desenho por descoloração; Ângulos e retas; Colagem com aparas de lápis; Formas poligonais; Construção; Música e cor; Palavras cruzadas; Cada povo tem seus costumes; Pannel com recorte rendilhado; Letras e números; Construções com sucata e Canções folclóricas brasileiras.</p>
	6ª série	<p>Criatividade desenho esfumado; Desenho com pintura pulverizada; Ângulos; Móbile; Construções planas com polígonos; Música; Folclore; Letras; Modelagem; Antiguidade Clássica; Máscaras; Mosaico; Vitral; trabalho em coro, pano com rendilhado; Perspectiva; Jogo vocal; A figura humana; Lendas brasileiras; Dramatização e Canções folclóricas brasileiras.</p>
	7ª série	<p>Ampliação e redução; Desenho modular da Bandeira Nacional; Arte medieval; Música; Elementos da música; Folclore; Escultura em sabão; Recordando geometria plana; Construções com palitos; Arte bizantina e românica; Mosaico; Notação musical e figuras; Monotipia; Frase musical e período; Vitral; Palavras cruzadas; Composição; Movimento; Colagem; Cores; Canções folclóricas brasileiras e Hinos.</p>
	8ª série	<p>Reta; Meios de comunicação; Desenho modular da Bandeira Nacional; Pintura em tecido; Lugares e construções geométricas; Música, compasso simples e composto; Linhas; Texturas; Renascimento; Colagem por superposição; Pintura em relevo; Canções folclóricas brasileiras e Hinos.</p>
Hoje é Dia de Arte	5ª série	<p>Cores; Material de desenho; Letras e números; Ponto e linha; Linhas e formas; Linhas e posição; Linhas e direção; Linhas e uso; Ampliação e redução; Colagem; Ângulos; Polígonos; Triângulos; Quadrado; Retângulo; Losango; Paralelogramo; Trapézio; Circunferência; Criatividade; Símbolos; Faixas decorativas; Luz e sombra; Perspectiva e obras de arte.</p>
	6ª série	<p>Cores; Letras; Ponto e linha; Luz e sombra; Linhas e formas; Linhas e divisões; Ângulos; Circunferência; Sólidos; Desenho do natural; Pintura, desenho e obras de arte.</p>
	7ª série	<p>Cores; Letras; Pontos e linhas; Linhas e formas; Linhas e polígonos; Proporção gráfica; Circunferência; Figura humana; Luz e sombra; História em quadrinhos, ilustração e obras de arte.</p>
	8ª série	<p>Cores; Letras; Pontos, linhas e formas; Luz e sombra; Concordância; Desenho do natural; Croqui; Perspectiva; Figura humana; Cartaz e obras de arte.</p>
Desenho- Educação	6ª série	<p>Ângulos; Polígonos e seus elementos; Geometria; Cores; Completar figura; Pintura com positivo e negativo; Pintura, recursos técnicos; Recorte com tiras; Colagem; Construções em papéis; Móbile; Grandes artistas e suas obras e Sinais de transito.</p>
	7ª série	<p>Mediatriz; Ângulos; Ângulos com compasso; Subtração e adição de ângulos com compasso; Linhas paralelas; Circunferência; Polígonos; Triângulos; Palavras cruzadas; Quadrado; Retângulo; Paralelogramo; Losango; Tangentes; Perspectiva; Ampliação e redução; Composições decorativas; Desenho e pintura; Luz e</p>

Artística		sombra; Estampados; Grandes artistas e suas obras.
	8ª série	Divisão de segmentos; Proporção; Média proporcional; Oval; Espiral; Arcos; Polígonos; Ampliação e redução; Perspectiva; Composições decorativas; Painel; Estilização geométrica; Letras; Proporções da Bandeira do Brasil; Desenho e pintura; Material de pintura; Obras de arte na pintura; Mosaico; Colagem; Desenho com cola e pintura; Vida e obra de grandes artistas.
Viver com Arte Educação Artística	Volume 1 (1982)	Cores; Pintura com pano; Letras; Ampliação e redução; Instrumentos de desenho; Linhas; Colagem; Ângulos; Polígonos; Triângulos; Quadriláteros; Composição; Mosaico; Faixa decorativa; Circunferências; Rosáceas; Expressões fisionômicas; Máscaras; Caricaturas; Recursos gráficos; Balões; Onomatopeia; Materiais de pintura; Entalhe em batata; Artesanato e folclore brasileiro; Galeria de arte: os mestres da pintura brasileira.
Viver com Arte Educação Artística	Volume 1 (1984)	Desenho e pintura; Cores; Pintura com pano; Letras; Ampliação e redução; Instrumentos de desenho; Linhas; Colagem; Ângulos; Polígonos; Triângulos; Quadriláteros; Lápis cera e nanquim-Vitral; Faixa decorativa; Circunferências; Rosáceas; Expressões fisionômicas; Máscaras; Caricaturas; Recursos gráficos; Balões; Onomatopeia; Quadrinhos; Colagem com objetos; Mosaico; Entalhe em batata; Artesanato e folclore brasileiro; Galeria de arte: os mestres da pintura brasileira e glossário ilustrado.
	Volume 2	Desenho e pintura; Cores; Letras; Ampliação e redução; Segmentos; Ângulos; Construções de ângulos; Polígonos; Triângulos; Quadriláteros; Desenho recreativo; Faixas gregas; circunferência; Círculo; símbolo; Ilustração; Recursos gráficos; Balões; Onomatopeia; Expressões fisionômicas; Tiras de humor; História em quadrinhos; Fotomontagem cômica; Cartaz; Colagem com palitos; Pintura com pingos e a dedo; Escultura em madeira; Artesanato e folclore brasileiro; Galeria de arte: os mestres da pintura brasileira e glossário ilustrado.
	Volume 3	Desenho e pintura; Luz e cor; Cores e formas; Letras e números; Ampliação e redução; Ampliação e redução de figuras geométricas; Painel; Circunferência; Polígonos estrelados; Quadro de linhas; Sólidos geométricos; Poliedros regulares; Jogo dos hexaedros: quebra cabeça; Ornamentação de tetraedro, hexaedro, octaedro, dodecaedro e icosaedro; Prismas; Pirâmides; Sólidos de revolução; Esfera; Perspectiva; Perspectiva de prismas, números e letras; Luz e sombra; Caricatura; Balões; Recursos gráficos; Onomatopeias; Tiras de humor; Colagem; Mosaico; Desenho a carvão; Pontilhismo; Vitral; Modelagem; Presépios paulistas; Galeria de arte: os mestres da pintura brasileira e glossário ilustrado.
	Volume 4	Desenho e pintura; Cores análogas; Contraste de fundo; Harmonia cromática; Letras e números; Noções de desenho técnico, escala e concordância; Arcos, ovais e espirais; Perspectiva; Luz e sombra; Estilização; Cartaz;; Publicidade; Mensagem gráfica; Charge; Jornal; Logotipo de jornal; Título e ilustração; Desenho animado; Desenho com linhas; Técnicas de pintura; Pintura em tecido e couro; Colagem; Quadro com linhas; Expressão e comunicação; Artes plásticas: forma e conteúdo; Pintura egípcia; Pontilhismo, Cubismo, abstracionismo e surrealismo; Artesanato e folclore brasileiro; Galeria de arte: os mestres da pintura brasileira e glossário ilustrado.
Educação Artística Reviver Nossa Arte: caderno de atividades	Volume 1 (livro texto)	Cor e natureza; Cor, forma e movimento; Cores primárias; Os pintores primitivos; Cores secundárias; Bandeiras e bandeirinhas; Monocromia; Policromia; Portinari; Textura; Cores, riscos e rabiscos; Estampado; A ilustração no cordel; Pintura com as mãos e indígena; Letras e números; Rendados de papel; Mulher rendeira; Bonecos de papel recortados; Teatro de bonecos; Colagem vitral; Flores de celofane; Arte da natureza; Quadro-colagem; Simetria; Relevô; Máscaras; Bonecos; Folclore brasileiro; Ponto, linha e

		plano; Reta e segmento; Ângulos; Triângulos; Quadriláteros; Op Art; Circunferência e círculo; Nossa arte- glossário.
	Volume 1 (caderno atividades)	Estudo da cor, pintura e confecção de materiais de pintura; Cores primárias e secundárias; Pintura monocromática e policromática; Texturas; Estampados e carimbos; Traçando letras; Quadro-relevo com tiras de papel; Construção de máscaras; Composições com ângulos e retas; Calendário cívico.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos LDs da Biblioteca Feusp e do acervo pessoal da pesquisadora, grifo nosso

A partir da análise dos conteúdos dos LDs de Educação Artística, destacamos em **negrito** os conteúdos em comum de cada coleção. São eles:

- Ponto, linha e forma;
- Desenho, cores e técnicas de pintura;
- Letra e número;
- Luz e Sombra;
- Textura, recorte e colagem;
- Mosaico;
- Ampliação e Redução;
- Recursos gráficos, Onomatopeia e Balões;
- Reta, plano e Circunferência;
- Ângulos, Polígonos, Triângulos e Quadriláteros;
- Perspectiva;
- Desenho decorativo e natural;
- Composição decorativa;
- Datas Comemorativas;
- Máscaras;
- Música e Som musical;
- Instrumentos musicais;
- Palavras cruzadas;
- Artistas e suas obras;
- Bandeira brasileira;
- Folclore brasileiro;
- Canções folclóricas brasileiras.

Nota-se que os conteúdos dos LDs são diversificados, abrangendo as áreas de Artes Plásticas, Teatro e Música, contudo, percebemos ainda a utilização frequente do desenho nas atividades propostas nos LDs. Cunha (2015, p. 49) afirma que:

De maneira geral, como matéria reminescente no ensino de arte, o desenho pode estar vinculado ao exercício de criação artística, considerado como resultado de uma prática sensível e por vezes espontânea. Além disso, o desenho pode estar unido a necessidades de caráter funcional. Assim, estabelece relações definidas com a produção de objetos do cotidiano, pela indústria ou pela prática manual, e dessa forma, liga-se a princípios do *design*. Na História da Educação no Brasil, o século XIX marca um início da longa tradição do desenho interligado à arte. Assim, no caso brasileiro, o ensino de desenho geométrico vincula-se também a certa concepção de belo circulante no século XIX. Nesse sentido, se encontra ainda em consonância com o ideário neoclássico, cujas bases estéticas estavam ancoradas em conceitos como equilíbrio, simetria e harmonia na composição decorativa.

É visível o uso destes conceitos neoclássicos nas propostas dos conteúdos dos LDs analisados, dentre eles destacam-se o uso da Perspectiva e Luz e Sombra. Essa concepção ainda é evidente nas décadas de 1970 e 1980. Neste período, as aulas de Educação Artística estavam estreitamente relacionadas ao Ensino do Desenho e ao Trabalho, que tomou um sentido industrial, em particular, com os desenhos geométricos. O emprego do desenho enquanto uma prática educativa para a classe trabalhadora continuava enraizado nos mesmos princípios até o início do século XX, ou seja, “continuava evidente, junto às classes sociais de baixa renda, a analogia entre o ensino do desenho e o trabalho, como se observa nos programas de desenho geométrico, perspectiva, exercícios de composição para decoração e desenhos de ornatos” (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 26). Segundo as autoras,

O desenho de ornatos e o desenho geométrico eram considerados ‘linguagens’ úteis para determinadas profissões e quando transformadas em conteúdo de Ensino, dava-se ênfase aos aspectos técnicos e científicos. Os professores exigiam e avaliavam esse conhecimento dos alunos agregando métodos que tinham por finalidade exercitar a vista, a mão, a inteligência, a imaginação (memórias e novas composições), o gosto e o senso moral (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 29).

Em consequência do contexto social da época, a disciplina de Educação Artística, estava voltada para a formação do aluno para a atuação nas fábricas em ascensão, próprias de um país em desenvolvimento. Somente, com o fim dos anos de chumbo, “estávamos sendo libertados de uma severa ditadura, que por muito tempo reprimiu a expressão individual. Por isso, não era incomum que a auto liberação dominasse as artes, a arte-educação e os seus

conceitos” (BARBOSA, 1991, p. 11). Tais princípios argumentados acima por Barbosa parecem ter sido bastante debatidos no meio acadêmico, como observou Saviani (2007) ao fazer um balanço dos artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, entre 1972 e 1976. O autor constatou que o tema *Criatividade-arte* apareceu em quarto lugar e *arte/educação* em sexto lugar, entre os 12 temas mais recorrentes.

Mediante aos fatos mencionados acima, entendemos que os aspectos econômicos unidos às políticas em relação aos LDs, bem como, as mudanças curriculares advindas por meio da Lei nº 5.692/71, fizeram com que o mercado editorial público e privado, em especial o privado, expandissem suas coleções com títulos relacionados a esta nova disciplina curricular, com conteúdos textuais diversos, que contemplavam as áreas de artes plásticas, teatro, música e desenho, conforme analisamos a seguir. Dessa forma, para a análise e discussão, agrupamos tais coleções didáticas, de acordo com suas semelhanças de conteúdos.

4.2 Construções Geométricas nos Livros Didáticos para a Educação Artística

Observamos que mesmo após a obrigatoriedade da Educação Artística em 1971, alguns LDs inaugurais produzidos para essa nova disciplina incorporavam o ensino de desenho geométrico. Na concepção de Cunha (2015), essa nova área também abraçou este ensino mais específico, contudo, se adequou ao novo contexto, assim o desenho se voltou à produção de outras formas gráficas a serviço de interesses mais amplos do estudo da arte, inclusive, da pintura, da escultura e da colagem.

Identificamos em alguns LDs de Educação Artística o uso da geometria nas atividades propostas para os alunos. Dentre os textos didáticos das coleções analisadas com esse enfoque temos as coleções: *Desenho- Educação Artística*, *Desenho Geométrico- Educação Artística*, *Hoje é Dia de Arte*, *Viver com Arte Educação Artística e Plástica Educação Artística*. Estas coleções, também se preocuparam com a exploração de cores, letras, números e em alguns casos, das histórias em quadrinhos.

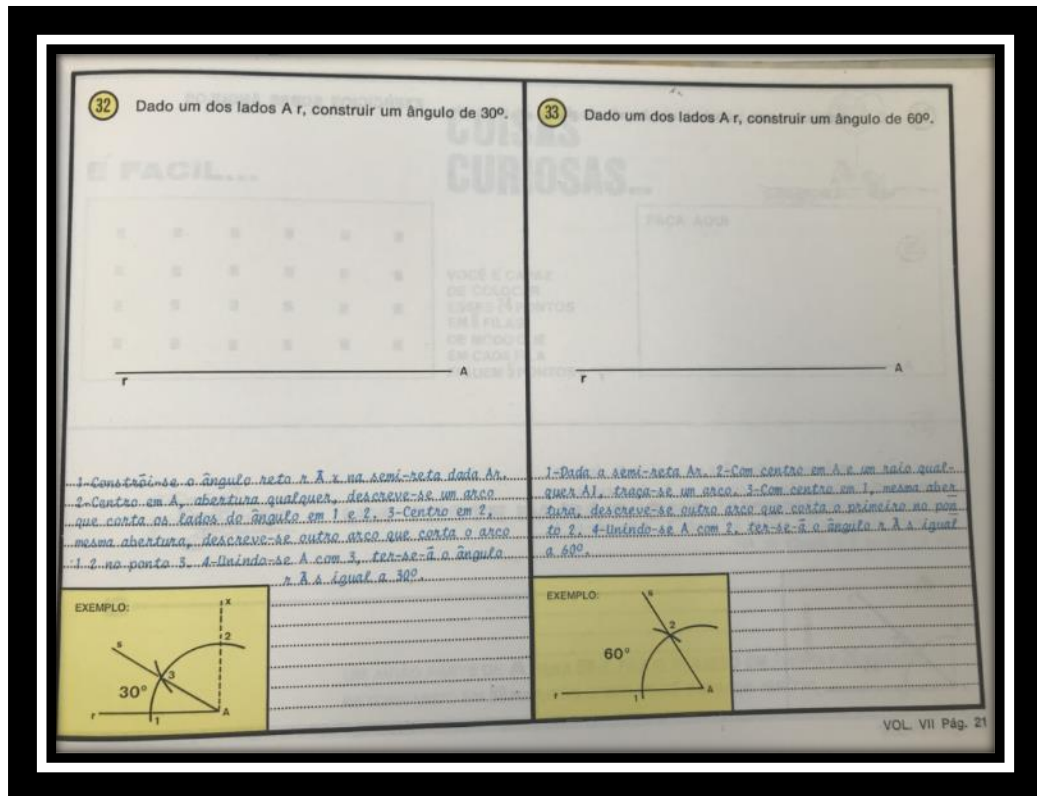
A coleção de 5ª a 8ª série do 1º grau intitulada *Desenho- Educação Artística*, de André Herling, foi editada pelo IBEP, contudo, não apresenta data de publicação, mas, acredita-se que seja do início da década de 1980. A coleção analisada era um exemplar para os professores. O autor da coleção deixa claro na mensagem introdutória para o professor, que os mesmos, iriam ensinar Desenho e Educação Artística, contudo, os assuntos ligados à Educação Artística são mínimos. Exibimos abaixo a capa dessa coleção didática.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Nota-se a importância dada pela coleção ao uso do desenho geométrico, isso fica ainda mais evidente na imagem da capa, ao apresentar uma criança desenhando as formas geométricas básicas (triângulo, círculo e quadrado). Folheando a coleção, percebemos que no geral, o foco central da coleção foi à exploração de construções geométricas, como por exemplo, o uso do transferidor para construir ângulos de 30° , 60° e 45° graus. Conforme apresentamos na figura 10.

Figura 10- Atividades de geometria para a 6ª série, da Coleção Desenho- Educação Artística de André Herling.



Fonte: Biblioteca da Feusp

As atividades de Educação Artística não fazem relação com tais construções, elas se encontram em algumas atividades esparsas, como por exemplo, a exploração de técnicas de pinturas, recorte e colagem, ampliação e redução de desenhos e apresenta brevemente a biografia de alguns artistas brasileiros e estrangeiros da época e seus quadros mais renomados.

O volume 1 do livro didático intitulado *Desenho Geométrico- Educação Artística*, de Leni M^a Navolar Bornemann, da editora Arco-Iris também não apresenta sua data de publicação, mas, acredita-se que seja do início da década de 1970. O LD analisado era para o uso dos alunos. Embora a estruturada deste LD tenha sido proposto de forma diferente da coleção de Herling, observa-se que o foco das atividades priorizavam as construções geométricas, com o uso de esquadros e transferidores, além de atividades com exploração do traçado de retas, paralelas e perpendiculares. Assim como a capa da coleção de Herling, a capa deste LD também tem muito a dizer.

Figura 11- Capa do LD *Desenho Geométrico- Educação Artística* de Leni M^a Navolar Bornemann.

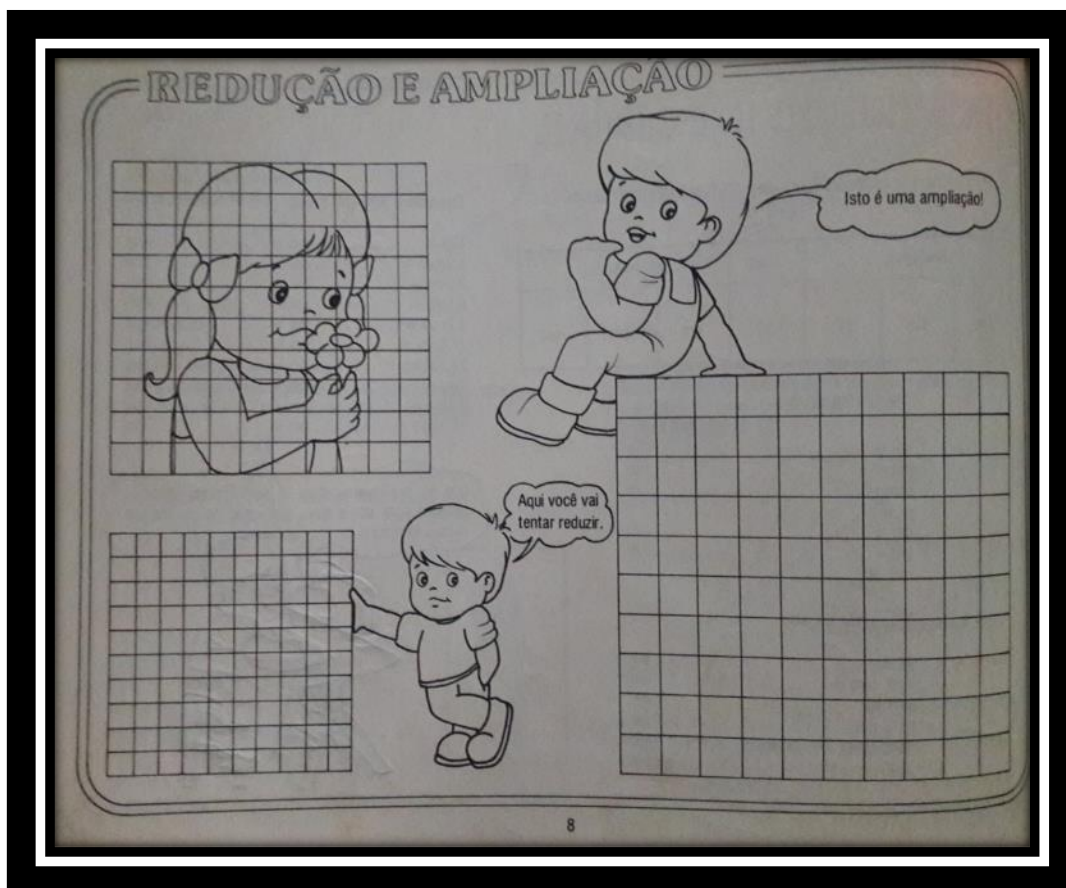


Fonte: Arquivo pessoal

Nota-se na capa, escrito em negrito e em uma fonte maior, o título *Desenho Geométrico*, já em fonte menor, em itálico na parte inferior do LD está *Educação Artística*. Isto revela o interesse da autora em priorizar o ensino de desenho geométrico, além da ilustração da capa possuir vários instrumentos para construções geométricas.

Folheando este LD, percebe-se o trato ao explicar as especificidades de cada material de desenho (lápiz, borracha, compasso, régua e esquadros) e contempla em quatro páginas, atividades de ampliação e redução de desenhos.

Figura 12- Atividade de ampliação e redução de desenhos, LD Desenho Geométrico- Educação Artística de Leni Mª Navolar Bornemann.



Fonte: Arquivo pessoal

Para Barbosa (2015, p. 50-51), “a ampliação através do quadriculado, introduzido por Rui Barbosa e chamada naquela época “rede estimográfica”, foram preservados através dos livros didáticos de Educação Artística até os anos de 1980, portanto perduraram 100 anos nas escolas brasileiras”. Na concepção da autora, este tipo de atividade tinha como objetivo trabalhar a técnica de aumentar e diminuir figuras, para que os operários pudessem atender as encomendas de seus patrões ou clientes. Outra parte do LD está dedicada à composição das cores, bem como, quinze páginas dedicadas ao treino de letras caligráficas (minúsculas, maiúsculas, bastão, regulares, romanas, ilustrativas e góticas) e numerais.

Além das duas obras citadas acima, localizamos outras coleções didáticas que não trazem, no título ou na capa, qualquer referência ao Desenho Geométrico, embora os títulos sugeressem que são textos dedicados, exclusivamente, à Educação Artística, observamos que tais obras incluem tópicos dedicados às construções geométricas, bem como, ornamentações de letras e números.

Como é o caso da coleção de 5ª a 8ª série do 1º grau intitulada *Hoje é Dia de Arte*, de Malaí Guedes de Oliveira, editado pelo IBEP, que não apresenta data de publicação, mas,

acredita-se que seja de 1980. A coleção analisada era para o uso de alunos. Essa coleção não traz no título ou na capa, qualquer referência ao Desenho Geométrico, como é o caso das coleções de Herling e de Bonermann.

Figura 13- Capa do LD da 7ª série, da coleção Hoje é Dia de Arte, de Malai Guedes de Oliveira.

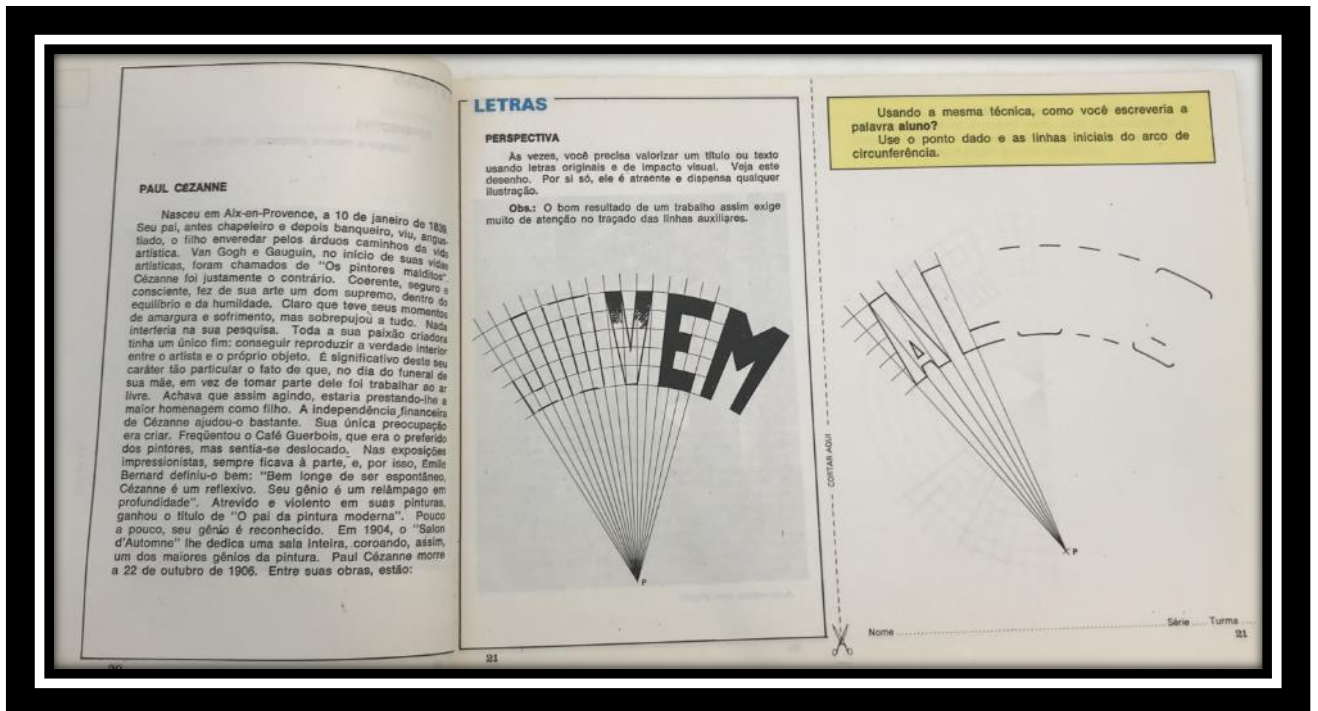


Fonte: Arquivo pessoal

A capa sugere que são textos dedicados, exclusivamente, à Educação Artística. No entanto, tais coleções também abarcam em sua maior parte atividades voltadas para o desenho geométrico, com a utilização de régua e compasso, além das atividades de ornamento de letras e desenhos em perspectiva.

Entretanto, diferente das outras publicações acima, essa coleção traz no verso de cada folha, assuntos referentes à arte, obras de arte e artistas. Isso é evidenciado na contra capa de cada LD, com uma dedicatória informativa para o aluno, ao suscitar que “no verso de cada página há pequenos capítulos sobre a arte e artistas do mundo inteiro. Leia-os com atenção”.

Figura 14- “Capítulos” dedicados a arte, do LD da 7ª série, da coleção Hoje é Dia de Arte, de Malai Guedes de Oliveira.



Fonte: Arquivo pessoal

Apesar da coleção permitir que o aluno responda às atividades em sua materialidade, os “capítulos” dedicados à arte não trazem nenhuma reflexão ou atividade sobre o texto abordado, considerando que a atividade ao lado do “capítulo” não tinha ligação alguma, dando a entender, que sua função seria apenas para leitura, conforme evidencia a fala exposta na contracapa do livro.

A coleção de 5ª a 8ª série do 1º grau intitulada *Plástica Educação Artística*, de Eiji Yajima, editado pelo IBEP, não apresenta data de publicação, mas, no LATTES do autor, consta que o livro foi publicado em 1980. A coleção analisada traz em seu título, a palavra – Plástica- em destaque centralizado na capa e Educação Artística aparece em fonte menor, conforme mostra a figura abaixo.

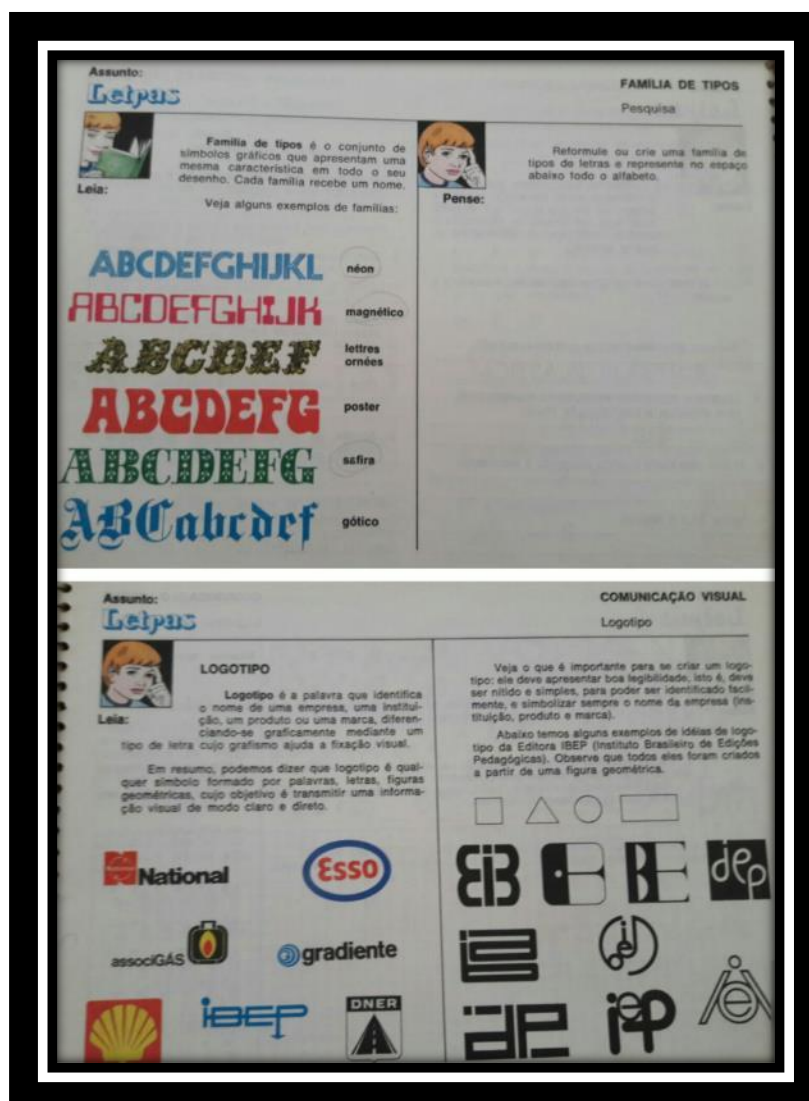
Figura 15- Capa do LD da 6ª série, da coleção *Plástica Educação Artística*, de Eiji Yajima.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Esta coleção, além de explorar as construções geométricas para criar logotipos, utiliza também, a ornamentação de letras classificando-as em famílias de tipos, com estilos diferentes.

Figura 16- Letras classificadas como família de tipos e logotipos no conteúdo da 8ª série, da coleção Plástica Educação Artística, de Eiji Yajima.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Este conteúdo de letras e logotipo apresentado na figura 16 foi proposto para a 8ª série do ensino de 1º grau. Nota-se que tal atividade embasada na geometria vai além do sistema de resolução de problemas matemáticos, mas apresenta-se enquanto construções geométricas pertinentes aos estudos de interesse da arte.

Por fim, a última coleção com princípios geométricos intitulada *Viver com Arte Educação Artística*, de Natália Xavier e Albano Agner, da editora ática, possuem dois⁵⁵ volumes 1 e uma versão dos volumes 2, 3 e 4, publicados em 1984. A obra é composta de um livro-texto e um caderno de atividades com folhas destacáveis. A coleção analisada é para o professor e contém sugestões didáticas e respostas das atividades. As capas dos volumes 1 a 4 seguem o mesmo padrão, mudando apenas os lugares dos elementos compositivos.

⁵⁵ Um publicado em 1982 e o outro em 1984. O LD de 1984 é uma versão reformulada do LD de 1982.

Figura 17- Capa do LD volume 4 da coleção Viver com Arte Educação artística, de Xavier e Agner.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Em formato de bloco de desenho, os autores afirmam que sua coleção “é o único livro de Educação Artística que apresenta esta vantagem” (XAVIER; AGNER, 1982, p. 3), pois consideram que as páginas ficam bem assentadas na carteira, facilitando o emprego de régua e esquadros. Como elementos compositivos da capa, nota-se a presença de uma paleta com várias nuance de tinta a óleo e um desenho do tubo desse tipo de tinta contendo informações sobre o LD. Os mesmos dados são apresentados na tarja preta ao lado deste tubo.

O volume 1 publicado em 1982 já é a segunda edição deste material e em sua apresentação os autores agradecem as críticas e sugestões enviadas para aperfeiçoarem a obra. Com base na análise dessa coleção, observamos esse aperfeiçoamento no volume 1 publicado em 1985 pelos autores, como por exemplo, um glossário ilustrando os principais assuntos da obra, contidos nos quatro volumes.

Assim como na coleção *Plástica Educação Artística*, de Eiji Yajima, o volume 3 publicado em 1984, por Xavier e Agner também exploram os efeitos ilustrativos das letras.

Figura 18- Efeitos ilustrativos de letras, volume 3 da coleção Viver com Arte Educação artística, de Xavier e Agner, 1984.



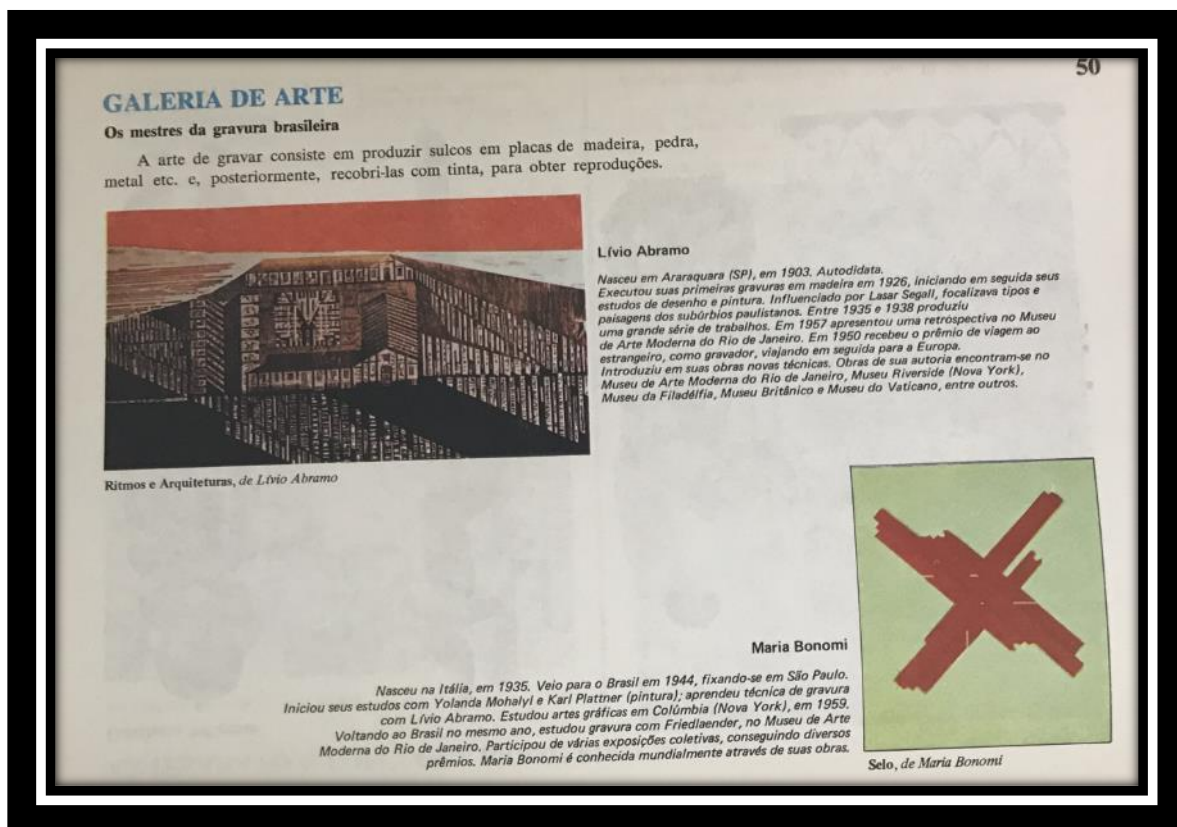
Fonte: Biblioteca da Feusp

A coleção também explora o uso de faixas decorativas e recursos gráficos das histórias em quadrinhos, como por exemplo, os tipos de balões e onomatopeias, enquanto forma de observação pelos alunos. Para Cunha (2015, p. 55)

A partir da Lei 5692/71, de um lado a Educação Artística passou a ser obrigatória, de outro lado, o ensino do desenho geométrico não tomou esta prerrogativa de obrigatoriedade curricular. Contudo, passou a ser incorporado também pela nova área, como no caso das faixas decorativas, presentes no ensino de Desenho Geométrico, ocupando espaço em alguns manuais inaugurais para a Educação Artística.

Também como forma de observação e leitura, as coleções apresentam “galerias de arte”, com obras dos principais mestres da pintura brasileira.

Figura 19- Galeria de arte do volume 4 da coleção Viver com Arte Educação artística, de Xavier e Agner, 1984.



Fonte: Biblioteca da Feusp

A seguir discutimos os conteúdos propostos nos LDs que utilizaram além da geometria e artes plásticas, as áreas de música e teatro.

4.3 Polivalência Expressa nos Livros Didáticos de Educação Artística

Considerando que a polivalência da disciplina veio acompanhada pela Indicação do CFE nº 36/73, ao propor cursos de curta duração e plena para a Educação Artística com formação polivalente que contemplava as áreas de artes plásticas, música, teatro e dança.

Dentre os LDs selecionados, observamos a contemplação desta polivalência em três coleções didáticas: *Educação Artística: estudo dirigido*, *Comunicação pela Arte e Reviver Nossa Arte*.

A coleção de 5ª a 8ª série do 1º grau intitulado *Educação Artística: estudo dirigido*, das autoras Jurema Barros Waack e Maria Célia Bombana Christofolletti, foi editado pelo IBEP, contudo, assim como as outras coleções desta editora, essa também não apresenta data de publicação, mas, mediante ao seu formato e disposição visual moderna em relação aos antigos LDs acredita-se que seja de 1979.

Figura 20- Capa do LD da 5ª série, da coleção Educação Artística: estudo dirigido, de Waack e Christofoletti.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Nota-se na figura 20, que a materialidade desta coleção se diferencia dos LDs já citados acima, em formato não mais de paisagem, mas em retrato. Convém ressaltar, que esta coleção analisada é um exemplar para o professor, mas que nesta nova paginação traz como “Livro do Mestre”. É possível identificar que o título maior, com destaque em negrito é *Educação Artística*, já em fonte menor encontra-se *estudo dirigido*, o nome relacionava-se com as orientações técnicas da época em direcionar o professor nas atividades propostas em cada subtítulo para apenas mediar às produções dos alunos.

A polivalência tratada pela coleção é reforçada em sua capa, ao expor três ilustrações correlacionadas aos subtítulos de cada área acoplados na disciplina de Educação Artística. Em três páginas, as autoras apresentam a coleção aos professores, bem como, objetivos, estratégia e avaliação durante a utilização do livro. Nota-se que o discurso das autoras condizia com a concepção pensada para a Educação Artística na época, como por exemplo, ao integrar a Educação Artística na área de comunicação e expressão. Para a organização da coleção as autoras utilizaram os “guias curriculares e atividades de Expressão Plástica, Expressão

Corporal e Expressão Musical”, que por meio das atividades propostas, visavam despertar a criatividade dos alunos.

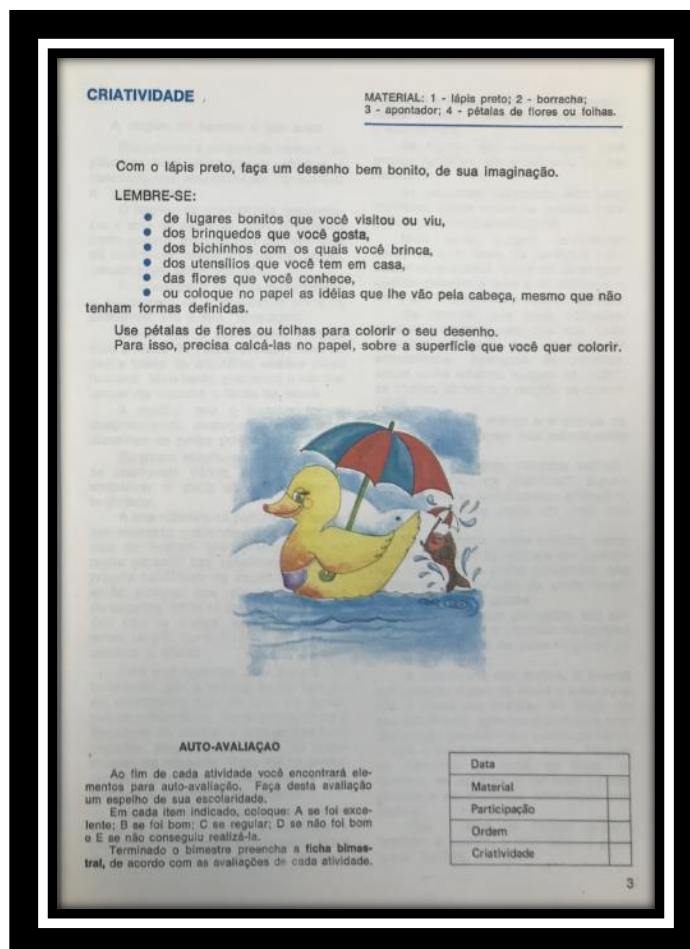
Na parte dedicada à apresentação de estratégias e avaliações das atividades, as autoras apresentam uma ficha de “auto-avaliação” para os alunos classificarem uma nota em suas atividades realizadas em cada bimestre e uma ficha bimestral para o professor. Apresentamos, tais fichas nas figuras abaixo.

Figura 21- Ficha de auto-avaliação por bimestre para os alunos.

The image shows a self-evaluation form for students, organized into four semesters (4º Bimestre, 3º Bimestre, 2º Bimestre, and 1º Bimestre). Each semester section contains a grid with 7 rows and 10 columns. The rows are labeled: Data, Material, Ordem, Participação, Criatividade, Apresentação, and Total. The columns are blank for data entry. The form is divided into sections by dashed lines.

Fonte: Biblioteca da Feusp

Figura 22- Ficha avaliativa para o professor de Educação Artística.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Além disso, as autoras recomendam que os professores orientem os alunos durante as atividades e se possível projetar “slides” para auxiliar o “estudo de história da arte, folclore e história em quadrinhos”.

Voltando para a parte textual da coleção, organizamos os conteúdos abarcados pela coleção da seguinte forma:

Quadro 26- Conteúdos apresentados na coleção Educação Artística- estudo dirigido.

Educação Artística		
Expressão Plástica	Expressão Musical	Expressão Corporal
História da arte	História da música	Dança popular (quadrilha)
Técnicas de desenhos (op art, composição, gráfico, geométrico, linhas, vela, giz de cera)	Sons onomatopáicos nas Histórias em Quadrinhos	Festas populares
Técnicas de pinturas (grafismo, anilina, descoloração com água sanitária, acetona)	Qualidades musicais (altura, intensidade, timbre e duração)	Representações teatrais
Colagem	Canções folclóricas brasileiras (letra e notas musicais)	-----
Estudo das cores (primária e	Sons ritmados	-----

secundária)		
Cruzadinhas	-----	-----
Folclore	-----	-----
Ornamentação de letras e números	-----	-----
Construções com sucatas	-----	-----
Modelagem	-----	-----
Ampliação e redução de desenhos	-----	-----
Mosaico	-----	-----
Escultura	-----	-----

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados dos LDs consultados na Biblioteca da Feusp

Observa-se entre os conteúdos da 5ª a 8ª série uma sequência evolutiva de técnicas de desenho e pintura, assim como, um avanço nos tópicos dedicados a música e dança, como por exemplo, o conteúdo de mosaico para a 6ª série, que apresenta um modelo pronto de mosaico, sem contextualização e solicita que a partir daquela imagem, o aluno crie uma composição livre para desenvolver sua criatividade. Já o mesmo conteúdo para a 7ª série, contextualiza o conteúdo sobre mosaico a partir das influências bizantinas, na qual aplicavam a técnica principalmente em igrejas da época, somente após o texto, é que de fato se propõe uma atividade mais elaborada com a aplicação da técnica em madeira. Conforme mostra a figura 24.

Figura 24- Atividade de mosaico para 7ª série.

CRIATIVIDADE

O MOSAICO

MATERIAL: pastilhas de azulejo em várias cores; tabuleiro de madeira (Eucatex); cola para azulejo ou cola sintética; torquês ou tenaz, martelo.

O mosaico, característico da arte bizantina, é extremamente decorativo e fácil de ser realizado.

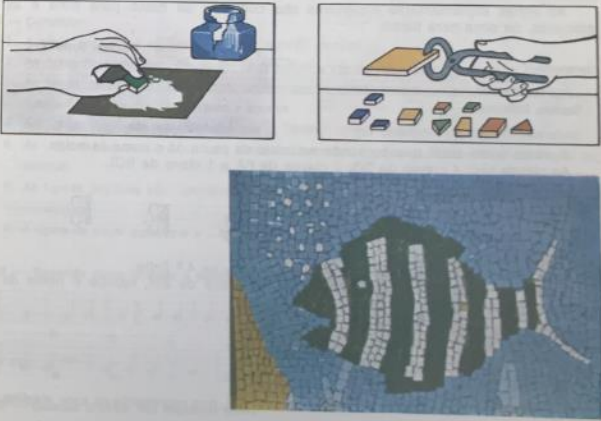
Faça um desenho, no tamanho da placa de madeira, e decalque-o na placa. Marque as cores para facilitar o seu trabalho.

Selecione as pastilhas, por cores. Geralmente elas são vendidas, pregadas em papel e, sendo assim, será necessário deixá-las de molho em água para que se desprendam. Você pode utilizá-las inteiras ou partidas com a torquês ou ainda quebradas com martelo.

Aplique a cola no dorso de cada pastilha e coloque-a sobre o suporte no local correspondente, procurando não deixar vãos.

Muitos são os temas que você poderá utilizar em seus mosaicos. Procure sempre combinar as cores de modo agradável.

Além do mosaico na madeira, você poderá com seus colegas, em trabalho de equipe, realizar mosaicos em exteriores para decorar muros, paredes, jardins, etc. Nesse caso, use o cimento branco, para pregar as pastilhas.



Data	Criatividade	
Material	Participação	
Ordem	Apresentação	

21

Fonte: Biblioteca da Feusp

Além disso, analisamos duas obras que foram publicadas para a 6ª série intituladas *Comunicação pela Arte*, contudo, uma versão é para o professor e a outra para o aluno. A versão publicada para o professor não apresenta o nome do autor e ano de publicação, mas acreditamos que também seja de 1977 já que o entendemos como um roteiro a ser seguido pelo professor, para auxiliá-lo nas atividades propostas na versão para os alunos. Esta concepção de direcionamento é trazida pelo próprio livro em sua introdução ao dizer que “ao professor caberá guiar os alunos”. Por este motivo, tal versão praticamente não apresenta ilustrações, mas sim textos explicativos de orientações. Na introdução, ressalta que a principal característica do programa da 6ª série era mediar o contato do aluno com a realidade tridimensional, com o “desenho do natural”.

Já a versão utilizada pelos alunos é de autoria de Ornald Fleitas, publicado em 1977 pela editora FTD, nota-se que esta versão de Fleitas é comunicativa o tempo todo com o leitor, além de apresentar os avanços gráficos de editoração, não apenas na capa, mas do início ao fim dos conteúdos propostos para a Educação Artística.

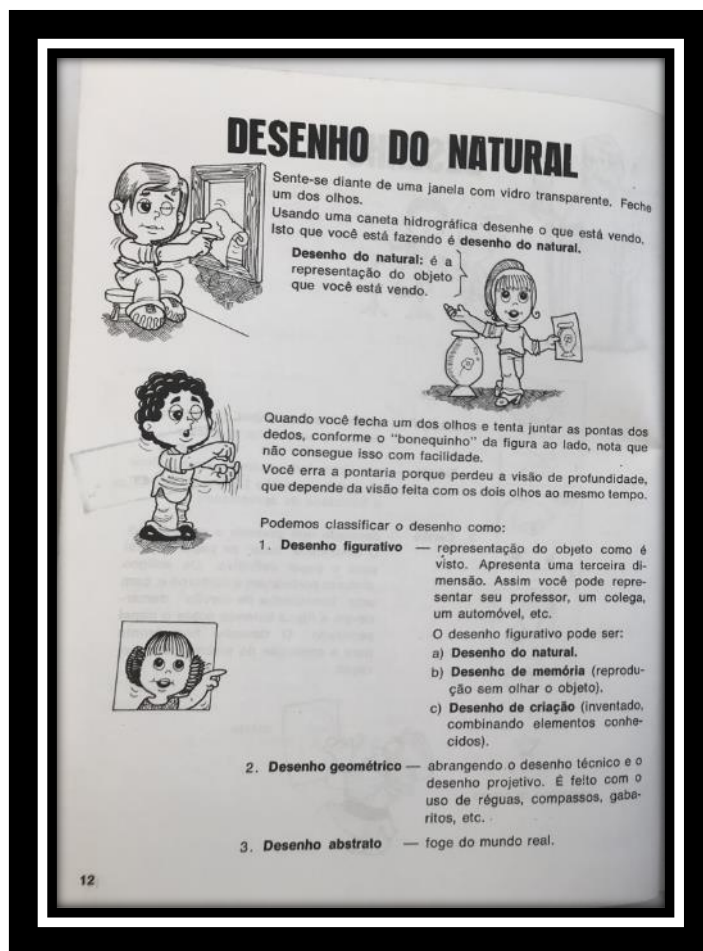
Figura 25- Capas dos LDs da 6ª série, produzidos pela editora FTD



Fonte: Biblioteca da Feusp

Nota-se que a versão do professor é menor que a do aluno com apenas vinte e três páginas, pois como já afirmamos acima, um era guia de orientação do professor para com seus alunos. No que diz respeito ao desenho do natural, para que o aluno compreendesse que desenho do natural estava relacionado com tudo que os cercavam na realidade, o livro propõe na página doze que o aluno desenhasse o que está a sua frente, com um dos olhos fechados e após o término do desenho ele teria feito um desenho do natural. Conforme, mostra a figura 26. Além disso, classificava o desenho em figurativo, geométrico e abstrato. Para auxiliar o professor nesta atividade, o livro sugere que o professor explicasse as diferenças entre um desenho figurativo e um desenho abstrato, para facilitar o estudo.

Figura 26- Atividade- desenho do natural para a 6ª série.

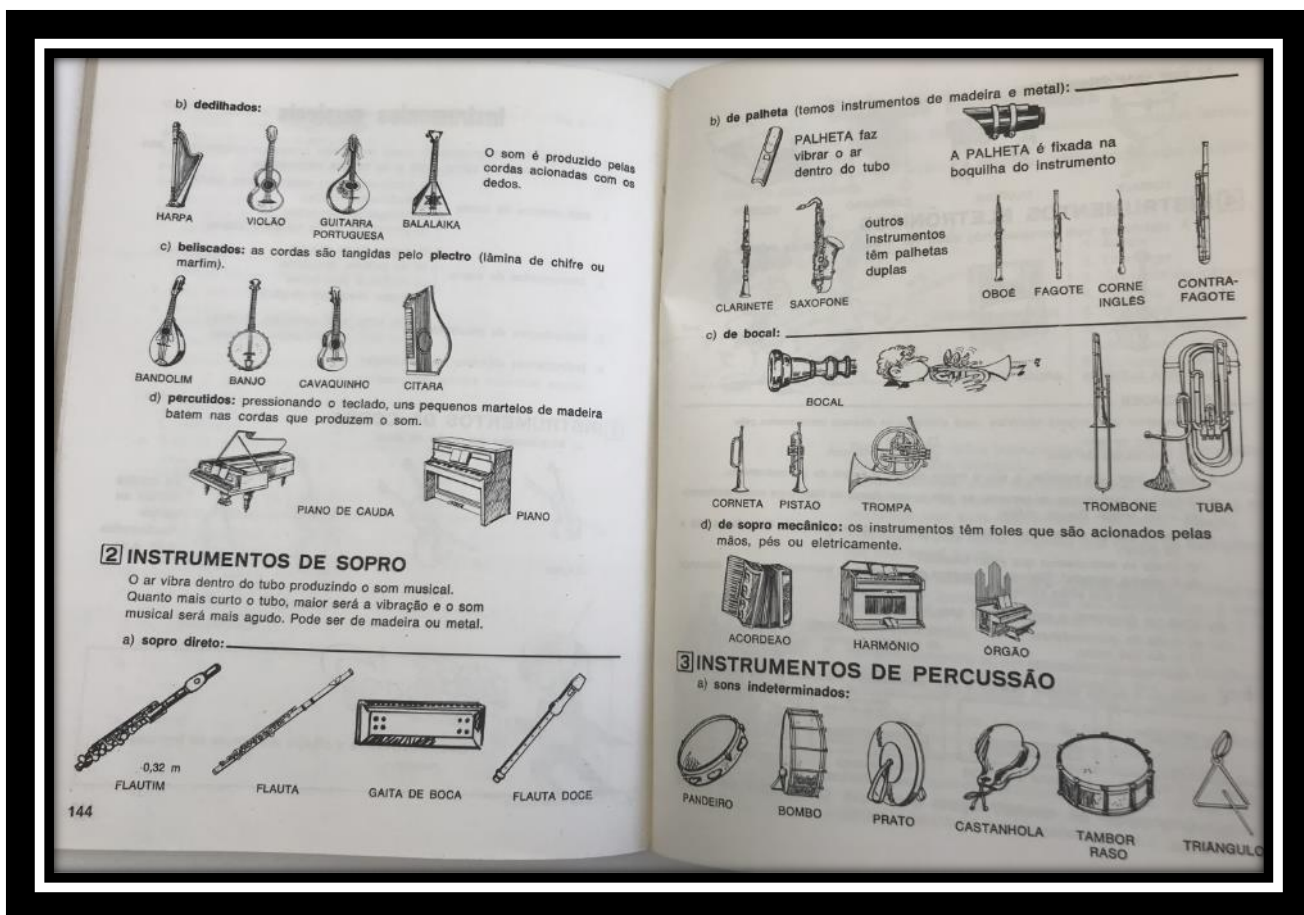


Fonte: Biblioteca da Feusp

Nota-se que o livro se torna atraente e divertido por meio das ações dos personagens que parecem dizer à frase que está no livro, como nas histórias em quadrinhos, com falas dentro de balões. Considerando que a Educação Artística era considerada como parte integrante da comunicação e expressão, Cunha (2015, p. 71), ressalta que “a utilização da representação gráfica de uma criança denota uma possível intenção de familiarizar o leitor com o texto, assim a imagem entraria como uma aliada na comunicação”.

As páginas de 127 a 151 são dedicadas aos conteúdos de música. O livro apresenta diferentes informações desta área para o aluno, desde definições musicais, como por exemplo, cifras, escalas maiores e menores, instrumentos musicais, conjuntos instrumentais, e também apresenta brevemente a biografia de músicos brasileiros e estrangeiros.

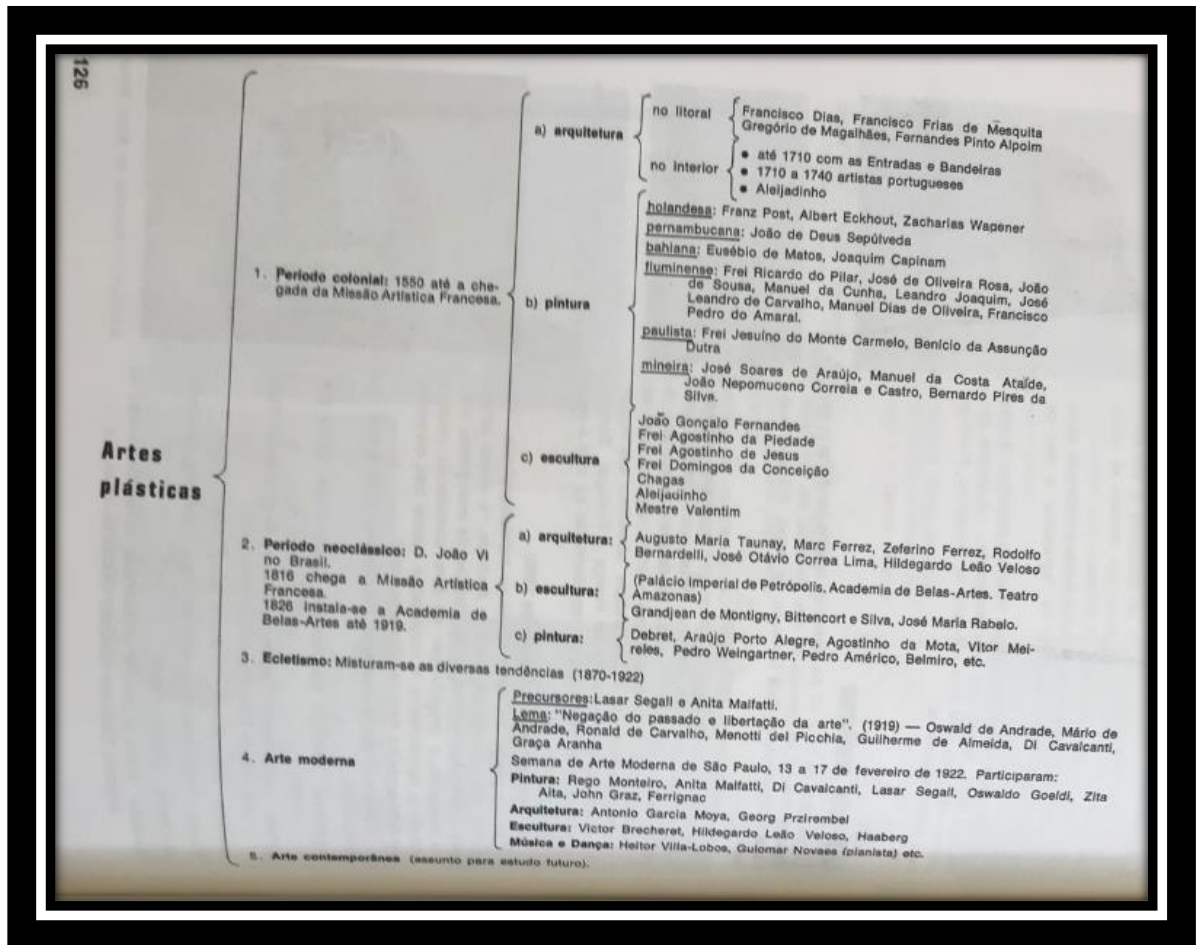
Figura 27-Apresentação e classificação dos instrumentos musicais.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Nota-se que o livro é minucioso ao ponto que detalha precisamente a finalidade de cada instrumento musical, conforme mostra a figura 27, como também apresenta a princípio um esquema do percurso da Arte no Brasil e posteriormente conta a história desde o período colonial até o modernismo, como mostra a figura 28.

Figura 28- Esquema da história da arte no Brasil.

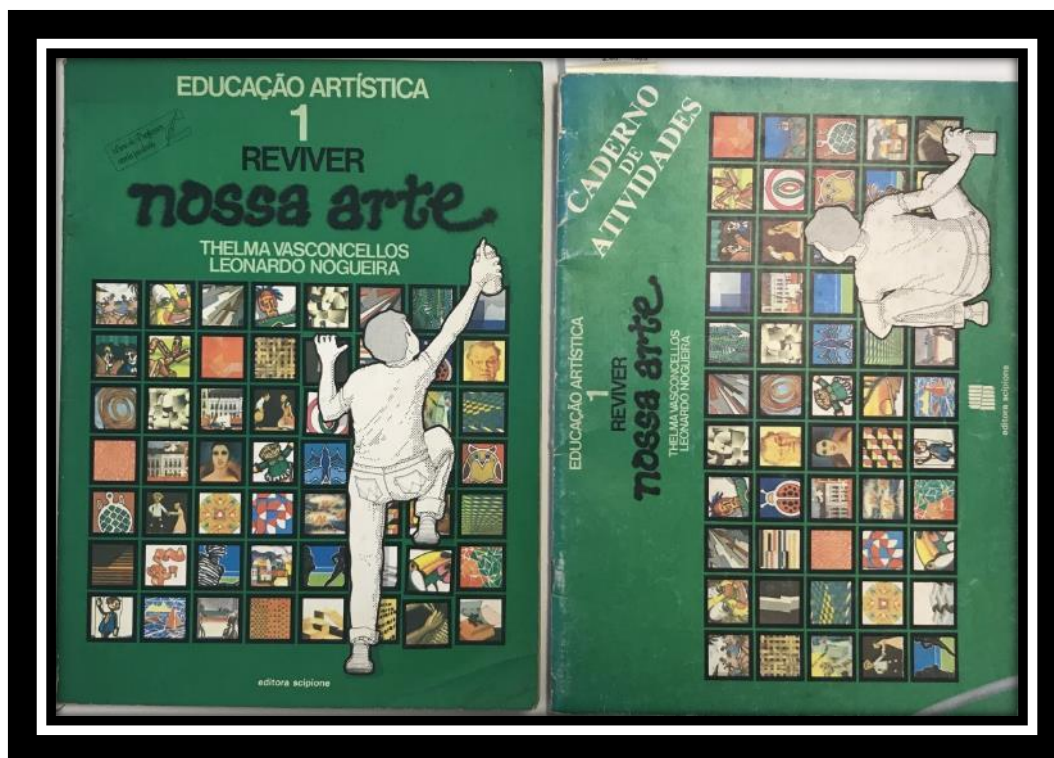


Fonte: Biblioteca da Feusp

Portanto, o livro aborda assuntos pertinentes às artes plásticas e musicais, com foco principalmente no uso de técnicas de pinturas e desenhos.

O volume 1 do LD *Reviver Nossa Arte*, de Thelma Vasconcellos e Leonardo Nogueira, editada pela Scipione, em 1985, possui duas versões diferentes. A primeira versão destinada ao professor e a segunda um caderno de atividades para o aluno, conforme mostra a figura 29.

Figura 29- Capas dos LDs Reviver Nossa Arte de 1985.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Na capa nota-se a figura de uma pessoa aplicando a técnica de grafite no título de maior destaque do livro. Logo abaixo, pequenas imagens artísticas servem de apoio e contemplação do grafiteiro. No LD do professor, seus autores deixam claro na apresentação que “todas as páginas apresentam **motivações** ou **aplicações** propondo atividades criativas que ampliam os temas abordados” (VASCONCELLOS; NOGUEIRA, 1985, p. 3, grifo dos autores), além disso, na contra capa consta um calendário folclórico brasileiro, para auxiliar em pesquisas “em busca das verdadeiras raízes da nossa formação cultural” (VASCONCELLOS; NOGUEIRA, 1985, p. 3). No que diz respeito à versão enquanto caderno de atividades, os autores ressaltam que sua finalidade era colocar em prática as habilidades artísticas. Embora, o livro revele que tratará de temas referentes à expressão plástica, com ênfase na aplicação de diferentes técnicas de pintura e desenho, observamos também, que contempla a área teatral.

Portanto, é nítida a preocupação de algumas editoras lançarem LDs de acordo com a linha geral- Comunicação e Expressão fixadas pelo CFE, ao propor os conteúdos para serem utilizados pelo professor desta disciplina, que fez dele seu instrumento de ensino.

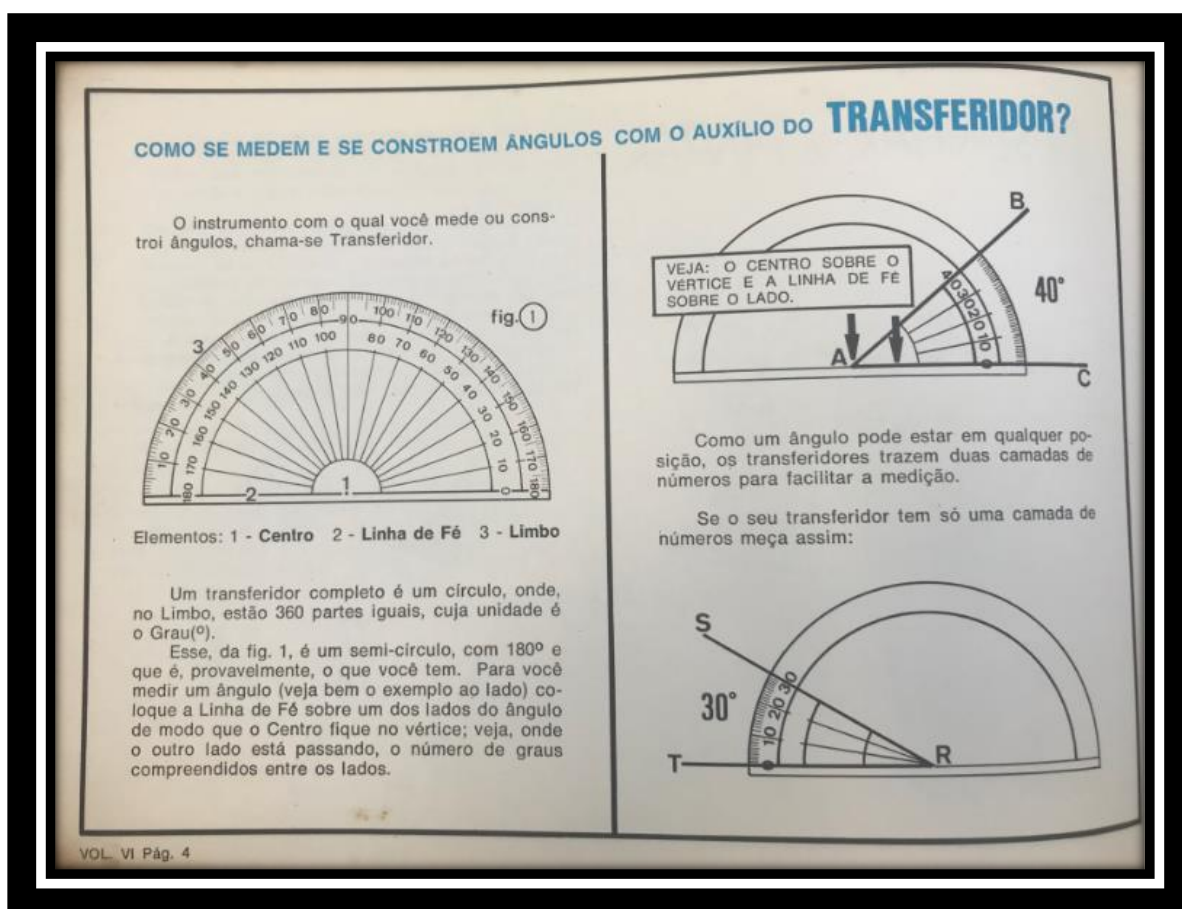
4.4 Técnicas e Materiais nos Livros Didáticos de Educação Artística

Os LDs analisados consideraram importante o contato dos alunos seja com instrumentos geométricos para desenho, seja para criação de seus próprios instrumentos. Com algumas especificidades a parte, consideramos que todos os LDs selecionados, objetivavam a exploração de técnicas e procedimentos diversos para criação das atividades propostas. Portanto, para apresentar as técnicas e materiais, separamos os LDs em dois grupos; o primeiro trata dos LDs com princípios geométricos de desenho e o segundo caracterizados pela polivalência dos conteúdos nas áreas de artes plásticas e música.

Portanto, apresentamos a seguir, as técnicas e materiais sugeridos nos LDs com princípios geométricos: *Desenho- Educação Artística; Desenho Geométrico- Educação Artística; Hoje é Dia de Arte; Viver com Arte Educação Artística e Plástica Educação Artística.*

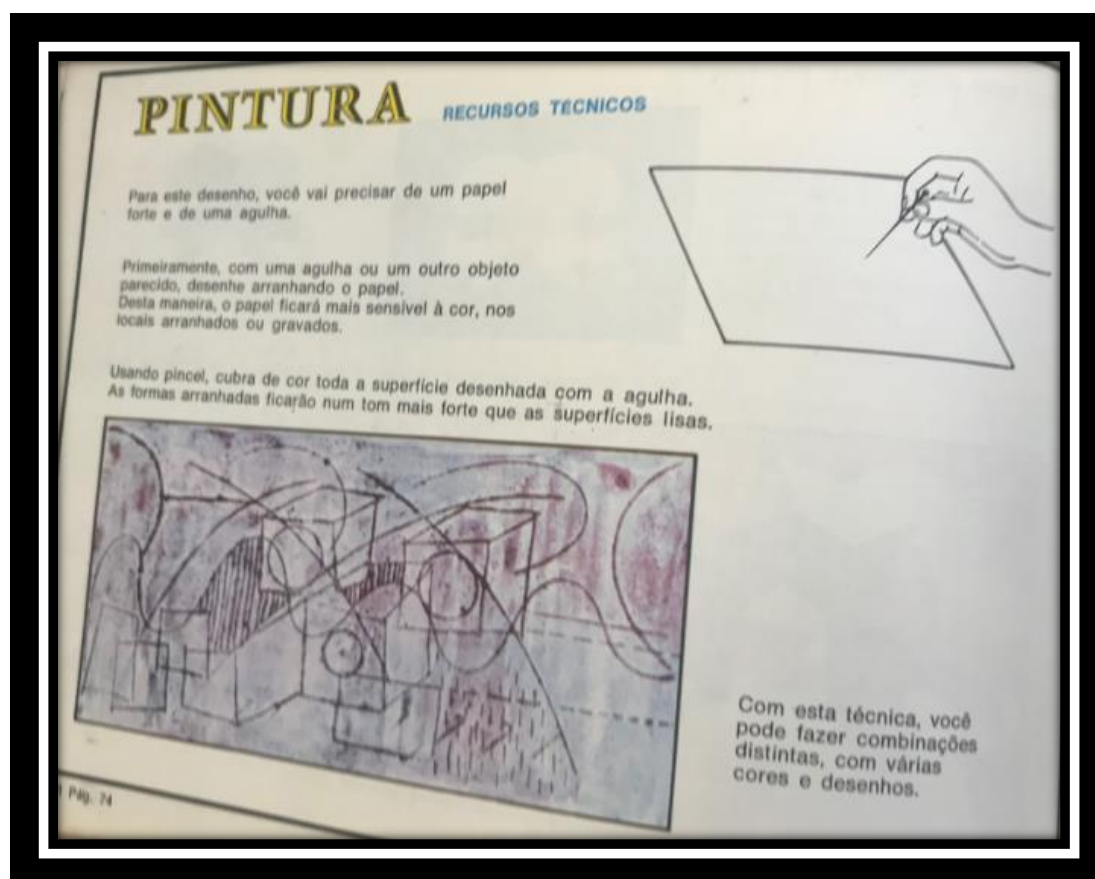
A coleção de 5ª a 8ª série, *Desenho- Educação Artística*, de André Herling, editado pelo IBEP, apresenta materiais geométricos para realização das atividades com princípios geométricos, como medição de ângulos com uso do transferidor conforme mostra a figura abaixo.

Figura 30- Materiais geométricos para as atividades da 6ª série.



Além do uso do transferidor nas atividades propostas, este LD também utiliza outros recursos técnicos para abordar os conteúdos de artes plásticas: desenho, cor, pintura, recorte e colagem. Na pintura, por exemplo, se explora a técnica do desenho feito com agulha sobre uma superfície lisa.

Figura 31- Técnica de desenho com agulha para os alunos da 6ª série.



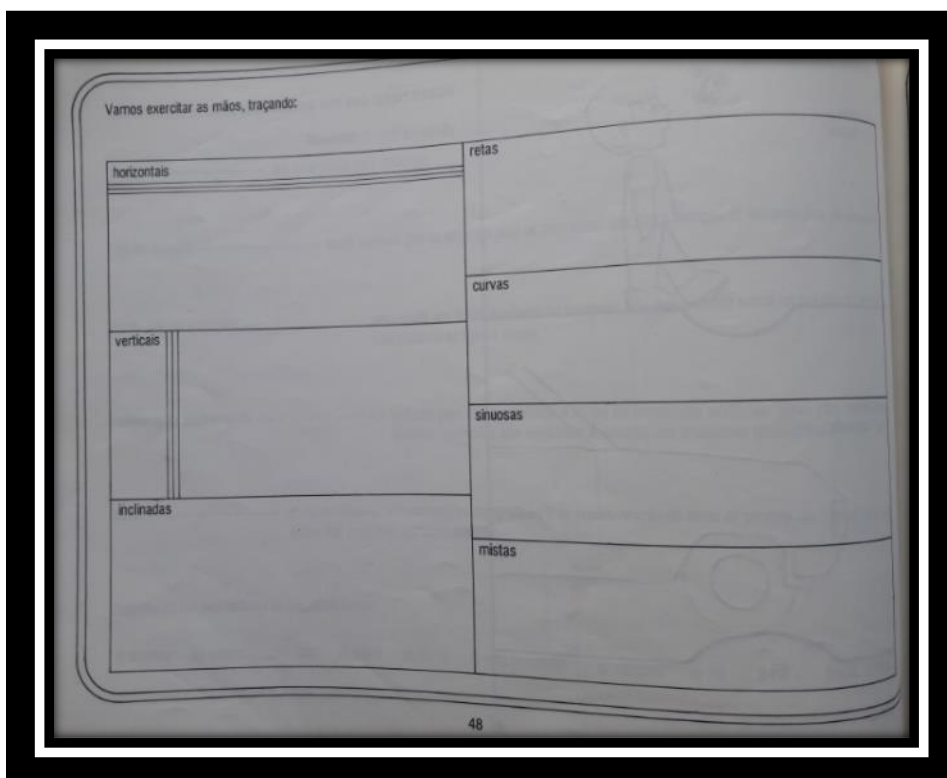
Fonte: Biblioteca da Feusp

O princípio desta atividade é explorar a criatividade dos alunos através do desenho com agulha, que é revelado de forma nítida, somente após a pintura completa da folha com tinta e pincel.

O volume 1 do LD *Desenho Geométrico- Educação Artística*, de Leni Mª Navolar Bornemann, da editora Arco-Iris, como sugerido no título, trata de técnicas e materiais voltados para a geometria, com uso apenas de lápis, borracha, compasso, régua e esquadros. Embora sua capa seja colorida, a parte interna do livro é toda em preto e branco, com personagens na parte superior ou inferior de algumas páginas, que dialogam com o aluno orientando-o durante as atividades.

Como já dissemos, as atividades dos LDs voltadas aos programas de desenho geométrico eram úteis para determinadas profissões e cabia ao professor, por meio dos LDs aprimorar tais aptidões. Identificamos uma atividade deste LD com tais conceitos.

Figura 32- Atividade de traçado proposto no volume 1 da coleção Desenho Geométrico- Educação Artística.

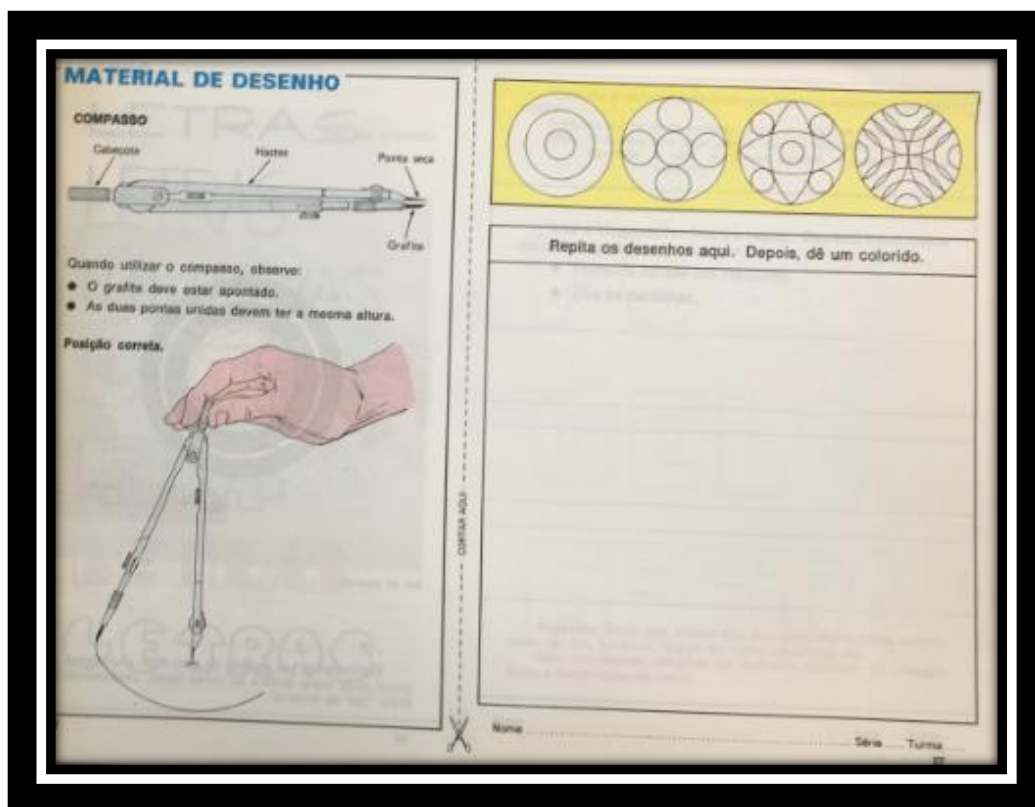


Fonte: Biblioteca da Feusp

Nota-se que eram exigidas atividades com a finalidade de exercitar a vista, a mão e a inteligência, como nos lembram Fusari e Ferraz (2001).

A coleção de 5ª a 8ª série *Hoje é Dia de Arte*, de Malaí Guedes de Oliveira, editado pelo IBEP, também utiliza como materiais para o desenvolvimento das atividades geométricas o uso de lápis, borracha, compasso, régua e esquadros, conforme mostra a figura abaixo.

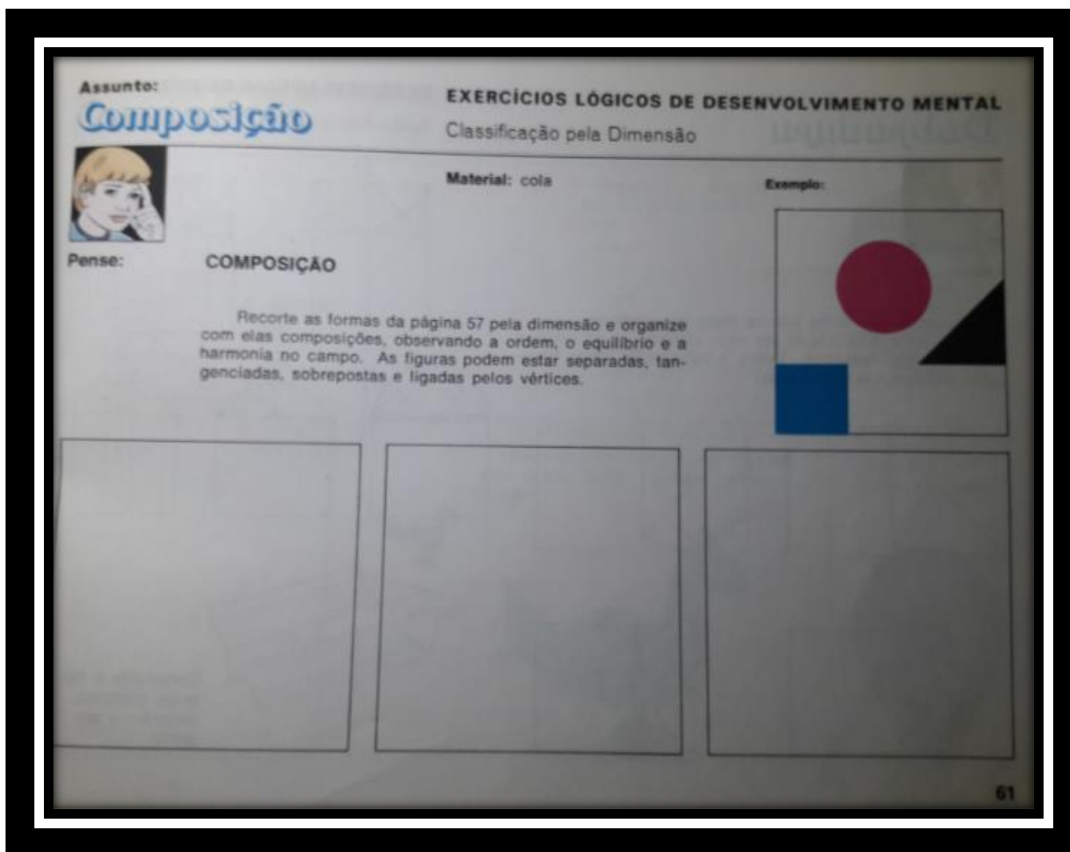
Figura 33- Materiais geométricos nas atividades propostas para os alunos da 5ª série.



Fonte: Arquivo pessoal

A coleção de 5ª a 8ª série *Plástica Educação Artística*, de Eiji Yajima, editado pelo IBEP, explora as técnicas de desenho através de figuras geométricas associadas ao uso de recorte e colagem de revistas e papéis, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 34- Atividade proposta para os alunos da 6ª série.

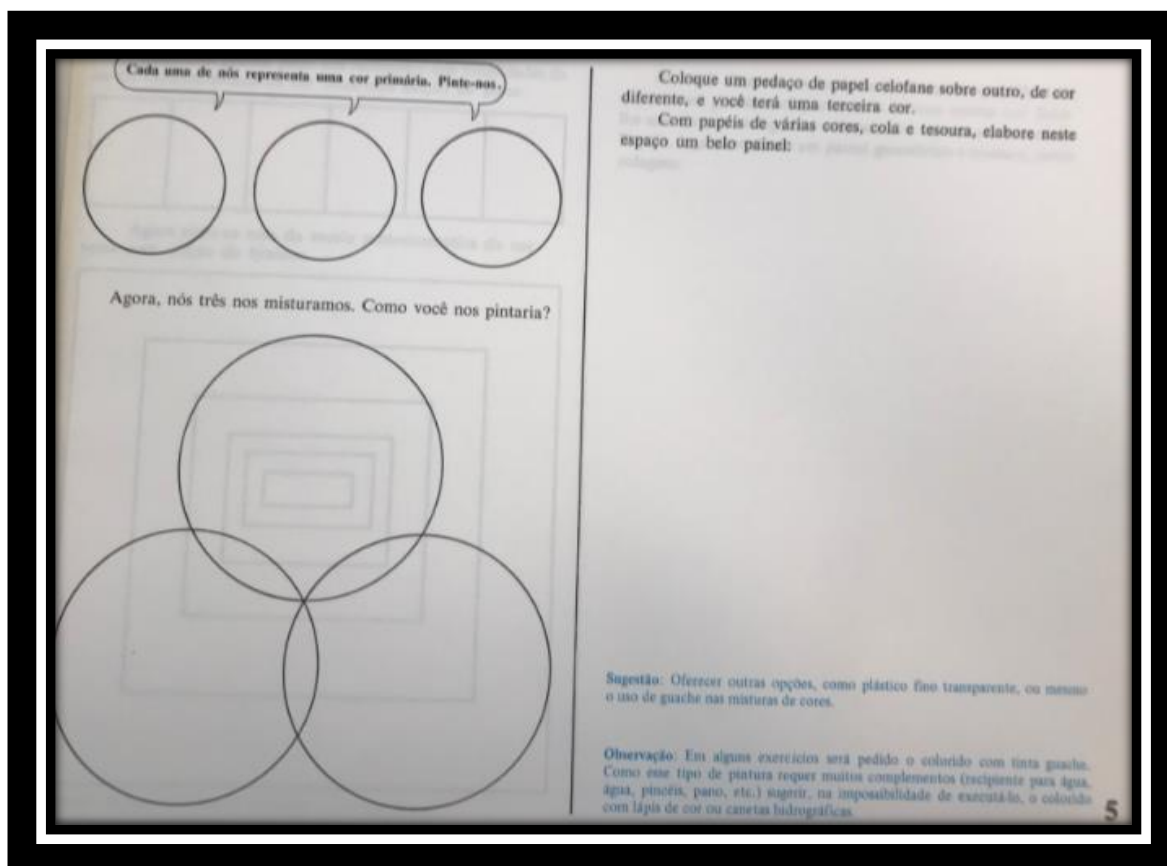


Fonte: Arquivo pessoal

Esta atividade de composição estava associada ao desenvolvimento mental dos alunos, para aprimorarem suas habilidades. Convém dizer, que estas atividades são comuns nos LDs com princípios geométricos que analisamos.

A coleção com quatro volumes *Viver com Arte Educação Artística*, de Natália Xavier e Albano Agner, da editora ática, propõe atividades instigando os alunos a descobrirem os resultados através da criação e exploração de recursos técnicos. A atividade abaixo é mais um destes exemplos.

Figura 35- Descobrimto das cores secundárias por meio de papéis celofanes propostos no volume 2 da coleção *Viver com Arte Educação Artística*.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Nota-se que para descobrir o surgimento das cores secundárias, a atividade sugere que os alunos sobreponham dois pedaços de papéis celofanes para observarem o surgimento de uma terceira cor. Além disso, o LD sugere que o professor apresente outras sugestões de materiais aos alunos, como por exemplo, plástico transparente ou a própria mistura de tintas. A seguir, apresentamos as técnicas e os materiais sugeridos nos LDs polivalentes: *Educação Artística: estudo dirigido, Comunicação pela Arte e Reviver Nossa Arte*.

A coleção de 5ª a 8ª série *Educação Artística: estudo dirigido*, das autoras Jurema Barros Waack e Maria Célia Bombana Christofolletti, da editora IBEP, abordam além das artes plásticas, as áreas de dança, música e teatro, por meio de técnicas diversas, desde recorte e colagem de figuras, como também o uso de anilina, água sanitária e acetona para explorarem técnicas de pintura. No LD da 5ª série desta coleção, localizamos a mesma atividade do desenho com agulha proposta para os alunos da 6ª série da coleção *Desenho-Educação Artística*.

Figura 36- Atividade com técnica de agulha proposta para a 5ª série.

CRIATIVIDADE

MATERIAL: 1 - anilina para doces; 2 - um pincel grosso; 3 - um copinho plástico; 4 - um pedaço de trapo (pote velho); 5 - uma folha de papel de embrulho para forrar a carteira; 6 - uma agulha ou alfinete (de costura).

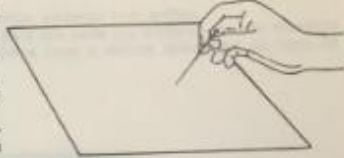
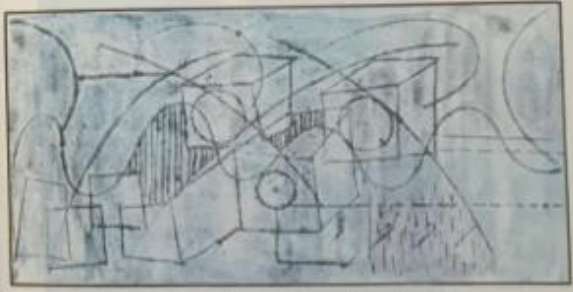
Pensando no ritmo obtido em conjunto pela classe, faça, na folha branca, um desenho, usando a agulha ou a ponta de metal do compasso.

A seguir, passe anilina, de uma cor só, em toda a superfície do papel, usando o pincel grosso.

Onde foi riscado ou gravado, a anilina penetrará e então aparecerá o seu desenho.

(Anilina para doce é encontrada em farmácias, mercearias, supermercados, etc.).

O exemplo que damos a seguir é para que você veja o efeito bonito que esta técnica oferece.

Use sua imaginação e desenhe pensando no ritmo da classe.

Data	
Material	
Ordem	
Criatividade	

33

Fonte: Biblioteca da Feusp

Embora seja a mesma atividade, ambas estão inseridas em contextos diferentes, pois nesta atividade o desenho com a agulha sugere o movimento e ritmo, associado ao conteúdo de música e ritmo apresentados na página anterior. Já a mesma atividade proposta na coleção *Desenho- Educação Artística* estava associada à exploração das cores.

O LD da 6ª série *Comunicação pela Arte*, de autoria de Ornald Fleitas, da editora FTD aborda conteúdos das artes plásticas e música, relacionando as atividades técnicas com os textos propostos conforme mostra a figura abaixo.

Figura 37- Atividade – material para desenhar proposta para os alunos da 6ª série.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Após contextualizar o conteúdo sobre texturas, um dos personagens que conversam com o leitor, no caso, os alunos, solicita a exploração do desenho através das técnicas de lixa e papelão para identificarem as especificidades de cada material explorado. Observamos também atividades com técnicas de tinta guache, acrílica e nanquim. Com pinturas em tecidos e caixas.

O volume 1 do LD *Reviver Nossa Arte*, de Thelma Vasconcellos e Leonardo Nogueira, editada pela Scipione, destaca-se pelas atividades voltadas para as artes plásticas com foco na aplicação de diferentes técnicas de pintura e desenho, explorando materiais diversos, conforme mostra a figura 38.

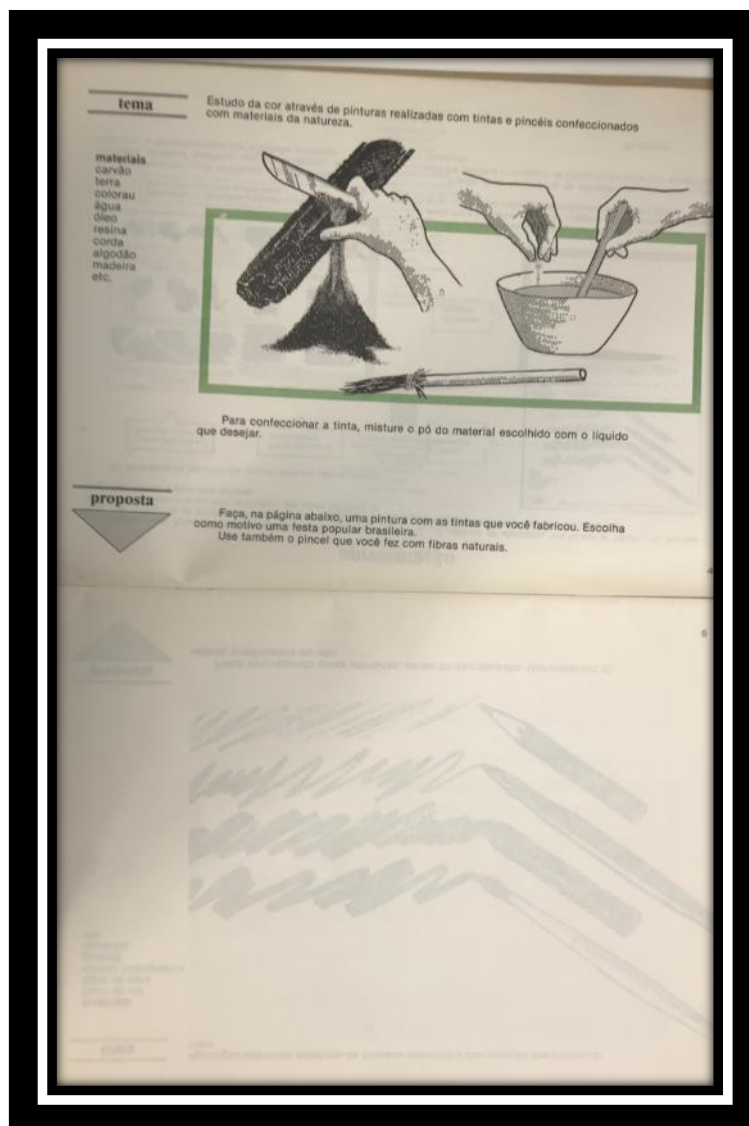
Figura 38- Texto-atividade do LD *Reviver Nossa Arte* de 1985.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Nota-se que as atividades propostas objetivavam explorar o uso de diferentes tipos de técnicas para determinados temas. As atividades apresentadas na figura 38 inter-relacionam-se, ao propor a exploração da técnica de estampados feitos com materiais diversos, como se fossem carimbos. O mesmo princípio é utilizado para a atividade da página 17, contudo, as impressões trazem um olhar artístico ao apresentar as obras de literatura de cordel. Na versão – caderno de atividades- os conteúdos são organizados em temas. Cada tema traz uma breve explicação em relação ao assunto abordado e na página seguinte é apresentada uma proposta para a aplicação dessa técnica pelo aluno, conforme evidenciamos na figura abaixo.

Figura 39- Texto-atividade do LD Reviver Nossa Arte de 1985.



Fonte: Biblioteca da Feusp

Esse modelo estrutural do texto por meio de temas e aplicações das técnicas propostas ocorre em todo o LD. Esta versão traz ao final do livro um calendário cívico, que serve para auxiliar em algumas atividades propostas para a Educação Artística neste livro. Desta forma, nota-se que os LDs analisados para essa disciplina possuíam relações entre si, no que diz respeito aos conteúdos artísticos, embora, cada coleção tenha priorizado sua concepção de arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a investigar a trajetória e as práticas educativas em torno da disciplina escolar – Educação Artística, em duas escolas de ensino secundário em Dourados, Mato Grosso (do Sul) nos anos de 1971 a 1982. Com base na análise dos dados obtidos por meio de documentos, legislações, livros didáticos e entrevistas e à luz do referencial teórico, torna-se possível, ao final deste trabalho, pontuar aspectos importantes no que se refere à trajetória desta disciplina a partir de sua inserção no currículo escolar brasileiro por meio da lei nº 5.692/71 e das práticas educativas artísticas em ambas as instituições pesquisadas.

A pesquisa se orientou por meio de quatro capítulos, na qual buscamos por meio deles analisarmos o objetivo aqui proposto. Neste sentido, o primeiro capítulo buscou apresentar a partir do olhar de diversos autores o significado da Arte, ou seja, suas definições e terminologias, pois engessar essa definição em uma única resposta é limitar a nossa própria sensibilidade para a abertura de novos conceitos e conhecimentos da nossa história artística e da vida que nos cerca.

É sabido que a inserção da Educação Artística se tornou possível através da lei 5.692/71, que por meio do acordo oficial entre MEC-USAID que reformularam a educação brasileira, incluindo esta disciplina no currículo. As influências artísticas citadas no primeiro capítulo estavam enraizadas nesta nova área, como podemos ver nos LDs analisados no quarto capítulo. Acreditamos que a disciplina foi implantada para atender os objetivos desenvolvimentistas, embasada num caráter técnico-científico da Lei.

No segundo capítulo analisamos documentos legais e publicações da época em Mato Grosso (do Sul), ou seja, do âmbito nacional ao regional, considerando nosso foco regional. Com base na análise dos documentos, foi possível compreender o processo de inserção da Educação Artística através da lei nº 5. 692 de 1971, que desde então, colocou de forma indiscutível a prática artística no currículo. Os documentos produzidos em Mato Grosso (do Sul), a saber, o Jornal Monitor e sugestões/comportamentos esperados, tiveram como intuito orientar os arte-educadores para a nova área. Contudo, não sabemos se estes periódicos chegavam até as mãos dos professores douradenses, contudo, ambas as professoras entrevistadas relataram de não se lembrarem de nenhum programa de conteúdo para a Educação Artística a serem seguidos.

Frizamos no decorrer de todo o texto a questão da polivalência nas aulas de Educação Artística. Na coletânea Educação Artística Leis e Pareces, contém o Parecer 540/77, bastante elucidativa, embora não conclusiva, pois em momento algum chega a defini-la como

disciplina ou como atividade, entretanto, aborda a questão da “polivalência”. O Parecer é explicitamente a favor da polivalência:

A partir da série escolhida pela escola, nunca acima da quinta série, (...) é certo que as escolas deverão contar com professores de Educação Artística, preferencialmente polivalente no 1º grau. Mas o trabalho deve se desenvolver sempre que possível por atividades e sem qualquer preocupação seletiva (Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 12).

Mesmo porque não se buscava formar artistas. Por isso,

Não faria sentido, pois, manter-se o aluno preso a uma opção na qual o seu desempenho não revela seu maior interesse, negando-lhe a oportunidade de outras experiências, e muito menos impedir a promoção de série àquele que não apresente resultados satisfatórios em termos de produto: o desenho “feio”. A dança canhestra, a representação dissonante no grupo, o canto desafinado no coro. E isto porque a importância das atividades artísticas na escola reside no processo e não nos seus resultados (Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 12).

A polivalência, que não visa à formação de artistas, justifica, pois, que não haja impedimento a “promoção de série”. A esse respeito, o Parecer diz linhas antes: “A propósito, a verificação da aprendizagem nas atividades que visem especificamente à Educação Artística nas escolas do 1º e 2º graus não se harmoniza também com a utilização de critérios formais” (Educação Artística Leis e Pareceres, 1981, p. 12). Não por acaso, a professora Tarsila, dizia que tal disciplina não reprovava e “geralmente os meninos não ligavam muito, porque a nota não valia” (p. 88). Neste sentido, ao término da escrita desta pesquisa, sobressai um sentimento de inquietude em pensar se em Dourados, Mato Grosso (do Sul) especialmente as instituições GOC e GPV trataram a Educação Artística enquanto uma disciplina ou atividade complementar do currículo.

Concordamos com Subtil (2012, p. 147), ao considerar que a “polivalência e a ênfase na expressão e comunicação obliteraram a função precípua da arte”. A utopia é que cada linguagem artística fosse considerada no currículo enquanto uma área a ser ministrada por profissionais qualificados dentro de cada especificidade.

No terceiro capítulo apresentamos as instituições GOC e GPV e analisamos a inserção da Educação Artística em seus currículos e as práticas artísticas por meio das entrevistas com ex-professoras. Neste sentido, percebemos por meio dos discursos das professoras que Dourados necessitava de professores para ministrarem a disciplina de Educação Artística. E quando os localizavam, eram professores formados em cursos normais ou em outras áreas. Assim, mesmo com professores sem formação específica na área de Educação Artística,

ambas as instituições ofertaram esta disciplina no currículo. Embora houvesse um conteúdo programado para a disciplina com base nos fundamentos da lei nº 5. 692/71, os professores contratados para lecionaram a disciplina de Educação Artística organizavam suas aulas de acordo com seus conhecimentos e experiências pessoais e na prática das aulas exploravam o que conheciam sobre esta nova área do currículo, principalmente a linguagem artística (artes plásticas, música, teatro e dança) que mais tinham afinidade, como por exemplo, a figura nacionalista, através de hinos cantados pelos alunos, privilegiando a linguagem da música dentro da polivalência da disciplina de Educação Artística. Convém ressaltar, que assim como outras disciplinas, a Educação Artística sofreu alterações no currículo de ambas as instituições neste período de 1971 a 1982, de acordo com as normas e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes da época. Portanto, fazendo uma relação entre os documentos analisados no segundo capítulo com o currículo escrito (prescrições) e o currículo executado, nota-se que no papel havia relações entre os conteúdos, contudo, o mesmo não acontecia na prática destes profissionais, que selecionavam os conteúdos desta disciplina, de acordo, com seus conhecimentos e critérios pessoais.

O quarto e último capítulo realizou um estudo dos LDs de Educação Artística produzidos nas décadas de 1970 e 1980. Tais LDs foram produzidos num período em que o mercado editorial passava por mudanças e avanços no setor gráfico, assim os LDs para o ensino de Educação Artística eram repletos de imagens e efeitos visuais diversos, além das novas possibilidades de organizar o uso dos textos e das imagens. Nota-se que alguns LDs apresentavam imagens de obras de arte que privilegiavam a pintura e a história da arte europeia e brasileira, em consonância aos interesses de promoção do nacionalismo, propostos na legislação da época. Isso é evidenciado ainda, nos calendários de datas cívicas e folclóricas.

As concepções artísticas citadas no primeiro capítulo influenciaram não somente a compreensão do que seria a Educação Artística, mas também, em alguns conteúdos propostos nos LDs analisados, a exemplo o desenho do natural, embasados nos modelos de Walter Smith e até mesmo a exploração da ampliação e redução de desenhos, introduzidos por Rui Barbosa e chamada naquela época de “rede estimográfica”, foram preservados através destes LDs até os anos de 1980 nas escolas brasileiras, como lembra Barbosa (2015).

Portanto, sabemos que a trajetória da disciplina de Educação Artística no currículo escolar Mato-grossense ainda tem muito a ser desvelado. Acreditamos que as pesquisas na área da História da Educação e da Arte possam trazer novas contribuições e informações pertinentes para a História dessa disciplina. Pois, esta dissertação não abarcou toda a

problemática acerca do tema, mas objetivou elucidar algumas questões que eram inquietantes para a pesquisadora contribuindo também para a história da disciplina de Educação Artística de Dourados.

Por fim, esta dissertação visou contribuir para a produção de uma história da disciplina de Educação Artística em Mato Grosso (do Sul) entre 1971 e 1982, além de localizar, recuperar, reunir, selecionar, sistematizar e analisar fontes documentais sobre tal disciplina em Mato Grosso (do Sul) e das instituições pesquisadas. E nos fez compreender o quanto do passado permanece no presente, ainda hoje nas aulas de Arte, e por meio da problematização desse campo, acreditamos que tenhamos contribuído para que as práticas artísticas não se resumam em conteúdos de ampliação e redução de desenhos como vimos nos LDs de Educação Artística, mas que tais práticas assumam seu caráter emancipador e humanizador nesta sociedade.

REFERÊNCIAS

Fontes

ATAS de Resultados Finais GOC 1958 a 1971.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Indicação CFE 23 de 6 de fevereiro de 1973. Cursos de Habilitação para Licenciaturas da área de Educação Geral. In: RAMA, Leslie M. J. da Silva; SANTOS, José Álvaro Pereira dos. (Org.) *Educação e Ensino Artísticos* (Legislação Básica). São Paulo: SE/CENP, v.1, 1984a. p. 207- 211.

_____. Conselho Federal de Educação. Indicação CFE 22 de 8 de fevereiro de 1973. Formação do magistério: princípios e normas a observar na organização dos cursos de licenciatura. In: *DOCUMENTA nº 146*, 1973a. p. 383-392.

_____. Conselho Federal de Educação. Indicação CFE 36 de 7 de agosto de 1973. Mínimos de conteúdo e duração do curso de licenciatura em Educação Artística. In: RAMA, Leslie M. J. da Silva; SANTOS, José Álvaro Pereira dos. (Org.) *Educação e Ensino Artísticos* (Legislação Básica). São Paulo: SE/CENP, v.1, 1984b. p. 211- 218.

_____. Ministério de Educação. *Programa de Desenvolvimento Integrado da Arte na Educação*. Brasília-DF 1981. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001890.pdf>.

BORNEMANN, L. M. N. *Desenho Geométrico: Educação Artística*. Volume 1, Curitiba: Arco-íris, [197?].

CORPO DOCENTE em exercício 1957 a 1974.

CORPO DOCENTE de 1980.

DESIGNAÇÃO do cargo de diretora, 1981.

FLEITAS, O. *Comunicação pela Arte Educação Artística*. 6ª série, 1º grau. São Paulo, FTD, 1977.

FOTO da Fachada do Ginásio Presidente Vargas 1957.

FOTO da Fachada do Centro Educacional Osvaldo Cruz.

FUNCIONAMENTO do 2º ciclo-curso colegial de 1967.

HERLING, A. *Desenho: educação artística*. 6ª, 7ª, 8ª série, São Paulo: Instituto Brasileiro de Educação Pedagógica - IBEP, [198?].

HISTÓRICO da Escola Estadual Presidente Vargas de 1991.

JORNAL O PROGRESSO, 1958, p. 02. Arquivo CDR.

LIVRO PONTO de 1971 a 1974.

OLIVEIRA, M. G. *Hoje é dia de arte*. 5ª, 6ª, 7ª, 8ª série, São Paulo: IBEP, [1980?].

VASCONCELLOS, T.; NOGUEIRA, L. *Educação artística – Reviver a nossa arte*. Volume 1, São Paulo: Scipione, 1985.

REGIMENTO do Centro Educacional Osvaldo Cruz, Dourados, Mato Grosso, 1970, p. 1-18.

REQUERIMENTO de funcionamento do 2º Curso de Educação Geral, 1982.

MATO GROSSO DO SUL. *Sugestões de Comportamentos Esperados e Conteúdos de Educação Artística para Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: SED. 1981.

MONITOR, jornal. *Informativo da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso, em parceria com o Plano Integrado de educação do estado de Mato Grosso (PIEMAT)*, Cuiabá, n. 7, maio/1974.

PRODIARTE, *Relatório de Encontros de Cooperação Técnica do Prodiarte*, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, Subsecretária de Desenvolvimento educacional e a Coordenadoria de Ensino Regular de 1º Grau, em parceria com o Programa de Desenvolvimento Integrado, em Brasília, 1982.

XAVIER N.; AGNER, A. *Viver com arte: educação artística*. Volume 1 São Paulo: Ática, 1982.

XAVIER N.; AGNER, A. *Viver com arte: educação artística*. Volumes 1, 2, 3, 4, São Paulo: Ática, 1984.

WAACK, J. B; CHRISTOFOLETTI, M. C. B. *Educação artística, estudo dirigido: expressão musical, expressão corporal, expressão plástica*. 5ª, 6ª, 7ª, 8ª série, São Paulo: IBEP, [1979?].

YAJIMA, E. *Plástica: Educação Artística*. 5ª, 6ª, 7ª, 8ª série, São Paulo: Instituto Brasileiro de Educação Pedagógica – IBEP, 1980.

Bibliografias

ALBA, V. Parabéns, Dourados! *Jornal O Progresso*, Dourados, 28 mar. 1954. Ano III, n.º 152. Impresso.

AMARAL, A. A. *Arte para quê? a preocupação social na arte brasileira, 1930-1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil* / Aracy A. Amaral. – 2. ed. rev. – São Paulo: Nobel, 1987.

BARBOSA, A. M. *Arte-Educação: conflitos/acertos*. 2. ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 1985.

_____. *A Imagem do Ensino da Arte*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. *Arte-Educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. *Ensino da Arte: Memória e História*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *Redesenhando o desenho: Educadores, política e história*. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em 14 set. 2014.

_____. *Lei Federal nº 5692/71. Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 03 janeiro 2018.

_____. Parecer nº 540/77, de 10 de fevereiro de 1977, do CFE. Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7º da Lei 5.692/71. *In documenta nº 195*, Rio de Janeiro, fev. 1977.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus- *Educação Artística Leis e Pareceres*. Brasília, 1981.

_____. *Medida Provisória Nº 746*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em 03 maio 2017.

BIASOLI, Carmem Lúcia Abadie. *A Formação do Professor de Arte: do ensaio. . . à encenação*. 2. Ed. - Revisada. Campinas -SP: Papirus, 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BRITO, S. H. *Educação e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*, tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2001.

BOSI, A. *Reflexões sobre a arte*. Série Fundamentos. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CAMPOS, N. S. P. *O Som que vem da Escola: as Bandas e as Fanfarras Escolares em Campo Grande/MS (1997 a 2008)*. Tese de doutorado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008.

CHARTIER, R. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria e Educação. Porto Alegre, n° 2, p. 177-229, 1990.

COLI, J. *O que é Arte*. 15. ed., Editora Brasiliense: São Paulo – SP, 1995.

CHOPPIN A. *Les manuales scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette Éducation, 1992.

CUNHA, A. S. T. *A Coleção educação artística no contexto da lei nº 5.692/71: entre as prescrições legais e as práticas editoriais*. (dissertação de mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2015.

DALLABRIDA, N. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, v. 12, n. 1, p. 167-192, jan./abr.2012.

DIA E LARA. A Legislação Brasileira para o Ensino de Artes e de Música 1920 A 1996. *Anais IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*, João Pessoa, 2012, p. 908-936. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/index.html.

FARTHING, S. *Tudo sobre arte / Stephen Farthing* [tradução de Paulo Polzonoff Jr. Et al.]. – Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

FISCHER, E. *A necessidade da arte*. Tradução Leandro Konder. – 9. Ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FERRAZ, M. H. T.; SIQUEIRA, P. I. *Arte-Educação: vivência, experimentação ou livro didático?* São Paulo, Edições Loyola, 1987.

FUSARI E FERRAZ. *Arte na Educação Escolar*. 2. ed. São Paulo: 2001 (coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

GATTI JÚNIOR, D.; PESSANHA, E.C. Currículos, Práticas e Cotidiano Escolar: A Importância dos Arquivos Escolares para a Produção de Conhecimento em História da Educação. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 155-191, Maio/Ago 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

GOMBRICH, E. H. *A história da arte / E. H. Gombrich*: tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

IAVELBERG, R. *Para gostar de aprender arte; sala de aula e formação de Professores*. Porto Alegre; Artemed, 2003.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

- KUSSAKAWA, J, A; NEGRÃO, S, M, V. Gritos de indignação que ressoam desde o século XIX no ensino de arte brasileiro. *Anais IX ANPED Sul*, Curitiba-PR, 24 a 27 jun. 2012, p. 1-17.
- MARQUES, I.V. *O Ensino Secundário no Sul do Antigo Mato Grosso: o Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados (1951-1974)*. UFGD, 2014.
- MARTINI, R. *Formação Continuada de Professores: A Prática Pedagógica no Ensino da Arte Através do Projeto “Arte na Escola”*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais)-Universidad Internacional Tres Fronteras (UNINTER), Ciudad del Este – Paraguay, 2010.
- MARTINS, A.R. As Entrelinhas do Ensino das Artes na Educação Básica. *TEATRO: criação e construção de conhecimento*, v.2, n.2, Palmas - TO, jan/jun. 2014.
- MARTINS, M.C. *A História Prescrita e Disciplinada nos Currículos Escolares: Quem Legitima Esses Saberes?*. Tese de doutorado, da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- MOREIRA, K. H; SILVA, M. *Um inventário: o livro didático de história em pesquisas (1980 a 2005)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MOREIRA, K.H; RODRIGUES, E. O. P.O Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados nas páginas do jornal estudantil ABC: ensino secundário no sul de Mato Grosso nos anos 1960. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 22, n. 46, p. 113-136, set./dez. 2017.
- MOREIRA, K. H; DIAZ, J. M. H. *História da Educação e Livros Didáticos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- MUNAKATA, K. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese de doutorado, PUC-SP, 1997.
- _____. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista brasileira história da educação*, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.
- _____. Como foi possível a arte na escola? *Fermentario*, v.2, n. 10, Uruguay, out. 2016, p. 191- 208.
- OSINSKI, D. *Arte, História e Ensino – uma trajetória*. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.
- PASSONE, E. O. R. *A Escola Presidente Vargas (Dourados-MS) e o Currículo do Ensino Secundário entre 1958 A 1986*. Dourados, 2014.
- PESSANHA, Eurize Caldas. A História das Disciplinas Escolares Armazenada nos Arquivos das Escolas. *Anais VI Congresso Brasileiro da História da Educação*, Vitória-ES, 2011, p. 1-11. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/index.htm.
- PESSANHA, Eurize C.; DANIEL, Maria Emilia B.; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. *Revista Brasileira da Educação*, São Paulo, n. 27, p.57-69, 2004.

PINTOR, D, P, C. *Disciplina Educação Artística em Mato Grosso do Sul: Dilemas que a História pode Explicar (1971 - 1997)*. Dissertação (mestrado em educação), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Unidade Universitária de Paranaíba, Paranaíba – MS, 2017.

PROENÇA, M. G. V. S. *História da Arte*. São Paulo: Ática, 2012.

PNPE. *Curso de Educação Artística*. Cursos de extensão cultural, n.5, editoração- Prof. Ubiratan Rosa, São Paulo, 1980.

REIS, A. M D. *O uso do livro didático de Língua Portuguesa por professores do ensino fundamental*. (dissertação de mestrado), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 5. ed. Vozes, Petrópolis, 1978.

ROSA, M.G.S. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1990.

ROBLES, C.M; ASSIS, J.H.V. P. *Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados – Sul de Mato Grosso: História, Memória e Práticas Educativas*. Dourados-MS, 2016. Disponível em: <http://congressodeeducacaoufgd.com.br/arquivos/bf7451b0aaa5d51ce88009e32ad8b70d.pdf> . Acesso em: 28 nov. 2016.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 10. Ed. Campinas-SP, 2006.

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores associados, 2007.

SANTOS, A.L.F; AZEVEDO, J.M.L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 42 set./dez. 2009, p. 534-605.

SOUSA, R.P.L. *O Desafio Da Imagem: Alternativa Contemporânea para a Arte nas Escolas de Segundo Grau*. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 1991.

SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v.2).

SUBTIL, M. J. D. A lei nº 5.692/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente. *Rev. Bras. Hist. Educ*, Campinas-SP, v. 12, n. 3, p. 125-151, set./dez. 2012.

_____. Educação e Arte: dilemas da prática que a história pode explicar. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.2, jul/dez. 2009, p.185-194.

ANEXOS

ANEXO 1- Acervo do GOC no CDR da UFGD



Foto dos documentos organizados em caixas sem catalogação, além de quadros e diários oficiais, fotografado pela autora no dia 18 de janeiro de 2017

ANEXO 2- Informativo da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso (Jornal Monitor, 1974)



Foto do jornal monitor fotografado pela autora no dia 11 de janeiro de 2017 no CDR da UFGD

ANEXO 3- Atas de resultados finais do Curso Ginásial de 1975 a 1976 do GPV

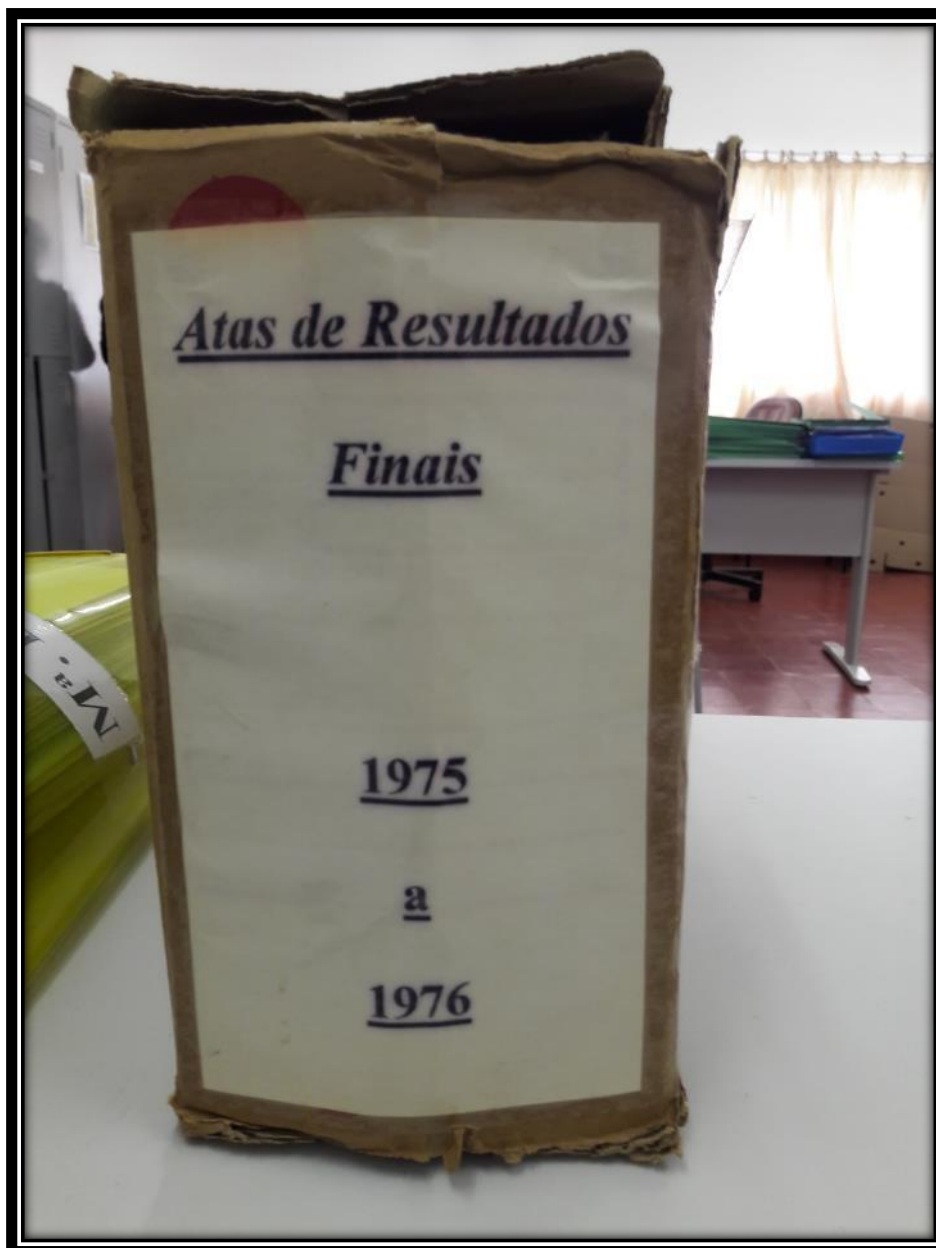


Foto dos documentos guardados em caixas, contendo os resultados finais do Curso Ginásial, fotografado pela autora no dia 30 de janeiro de 2017

ANEXO 4- Ata de resultados finais do Curso Ginásial da 1ª série 1975

ESCOLA ESTADUAL DE I.º E II.º GRAUS "PRESIDENTE VARGAS" — MATO GROSSO

DOURADOS

1ª Série 1ª Turma "A" Turno NOTURNO Ano Letivo 1975

RESULTADOS FINAIS

NOME DO ALUNO

Com. e Exprea.	EDUCAÇÃO GERAL												FORMAÇÃO ESPECIAL		MÉDIA GERAL		
	Estudos Sociais			Ciências				Artigo 7.º					Líng. Est.	-			
	Hist.	Geog.	-	Mat	Qd	Fis	Bio	Ed. Art.	Ed. Mus.	Pr. Gen.	Ed. Fis.						
Lin. Per e Lit. - Ures																	
Guo Ademar	56	58	72	-	63	70	67	72	95	98	65	67	65	-	Apr.		
Marvalho Franco	68	76	85	-	72	92	65	78	77	72	78	82	85	-	Apr.		
Maria Solis Martins	D	E	S	I	S	T	E	N	T	E							
Mizaira Primo	D	E	S	I	S	T	E	N	T	E							
Ornel de Silva	T	R	A	N	S	F	E	R	I	D	O						
Orte Carneiro Santiago	65	73	67	-	73	78	63	72	78	71	86	65	66	-	Apr.		
	63	67	56	-	61	68	68	63	75	88	67	-	78	-	Apr.		
Bressiani	65	65	68	-	61	72	68	62	85	65	75	67	71	-	Apr.		
de Ribeiro	D	E	S	I	S	T	E	N	T	E							
de Castro	67	68	70	-	57	78	78	77	71	82	76	75	68	-	Apr.		
Paulen	D	E	S	I	S	T	E	N	T	E							
Paula Fertilha	D	E	S	I	S	T	E	N	T	E							
	D	E	S	I	S	T	E	N	T	E							

Foto da grade curricular do Curso Ginásial da 1ª série de 1975 com a presença da disciplina de Educação Artística